



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE- UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE - PRODEMA



EMANUELE MARIA LEITE SUZART

ENTRE A TERRA FIRME E A TERRA MOLHADA: REPRODUÇÃO SOCIAL DAS
MARISQUEIRAS/CATADORAS DE MANGABA DO POVOADO PONTAL, SE.

São Cristóvão

2015

EMANUELE MARIA LEITE SUZART

**ENTRE A TERRA FIRME E A TERRA MOLHADA: REPRODUÇÃO SOCIAL DAS
MARISQUEIRAS/CATADORAS DE MANGABA DO POVOADO PONTAL, SE.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof^o Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho.

São Cristóvão

2015

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Suzart, Emanuele Maria Leite
S968e Entre a terra firme e a terra molhada: reprodução social das
marisqueira/catadoras de mangaba do povoado Pontal, SE. /
Emanuele Maria Leite Suzart ; orientador Cristiano Wellington
Noberto Ramalho. – São Cristóvão, 2015.
122 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2015.

1. Meio ambiente. 2. Comunidades tradicionais. 3. Mulher. 4.
Marisco - Pesca. 5. Mangaba. I. Ramalho, Cristiano Wellington
Noberto, orient. II. Título.

CDU 502:338.43

EMANUELE MARIA LEITE SUZART

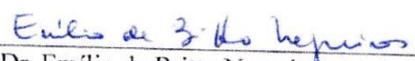
**ENTRE A TERRA FIRME E A TERRA MOLHADA: REPRODUÇÃO SOCIAL
DAS MARISQUEIRAS/CATADORAS DE MANGABA DO POVOADO PONTAL,
SE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, no
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade de Federal de Sergipe.

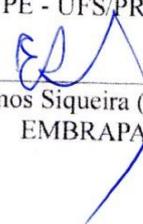
Aprovada pela Banca Examinadora em 26 de maio de 2015



Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (orientador)
UFPE - UFS/PRODEMA



Dr. Emilio de Brito Negreiros (examinador interno)
UFPE - UFS/PRODEMA



Dr. Edmar Ramos Siqueira (examinador externo)
EMBRAPA/SE

São Cristóvão – Sergipe
2015

EMANUELE MARIA LEITE SUZART

**ENTRE A TERRA FIRME E A TERRA MOLHADA: REPRODUÇÃO SOCIAL
DAS MARISQUEIRAS/CATADORAS DE MANGABA DO POVOADO PONTAL,
SE**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

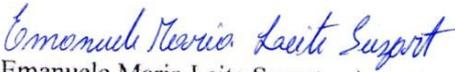

Emanuele Maria Leite Suzart – Autora
Universidade Federal de Sergipe

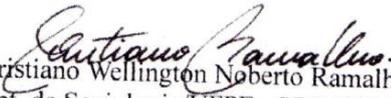

Prof^o Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho – Orientador
Dept. de Sociologia/UFPE - PRODEMA/UFS

EMANUELE MARIA LEITE SUZART

**ENTRE A TERRA FIRME E A TERRA MOLHADA: REPRODUÇÃO SOCIAL
DAS MARISQUEIRAS/CATADORAS DE MANGABA DO POVOADO PONTAL,
SE**

É concedido ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias.


Emanuele Maria Leite Suzart – Autora
Universidade Federal de Sergipe


Prof^o Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho – Orientador
Dept. de Sociologia/UFPE - PRODEMA/UFS

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho em especial às mulheres do povoado Pontal que me receberam com toda a simplicidade em suas casas e em suas vidas. Obrigada pelo aprendizado, pelo conhecimento e pelas conversas sobre as atividades da pesca, a cata da mangaba, suas vidas e suas histórias pessoais.

Agradeço ao meus pais, Maria das Graças e Arivando Suzart, aos meus irmãos, Dalva, Marina e David, que sempre ajudaram e deram força para seguir em frente na construção da vida acadêmica. Meus sinceros agradecimentos a vocês, pois vocês são tudo para mim.

Ao meu companheiro Thiago da Silva Santana, que sempre esteve ao meu lado desde a graduação e com quem compartilho um projeto de vida, sonhos, alegrias, tristezas e dificuldades do cotidiano. Agradeço a paciência e a compreensão.

Ao meu orientador Prof^o Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho, pelo incentivo e pela caminhada ao meu lado na construção deste trabalho. Pelo conhecimento que nos foi proporcionado ao ministrar uma matéria ofertada pelo PRODEMA. Obrigada pelas conversas descontraídas, pela serenidade de contribuir no trabalho, pela referência enquanto profissional.

Às amigas construídas antes e durante os anos do mestrado, pelas contribuições e discussões teóricas e metodológicas, pelo apoio psicológico e afetivo durante toda a jornada percorrida durante esses dois anos. Meus sinceros agradecimentos: Simone, Sara, Leandro, Nanda, Douglas, Marina e Vivian.

Ao professor Emílio de Britto Negreiros e a professora Ana Rosa, pelas contribuições valiosas na qualificação e na construção final desta pesquisa.

A todos os docentes e profissionais do PRODEMA pelo acolhimento prestado durante esses dois anos de mestrado.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

A todos meu singelo agradecimento.

RESUMO

As comunidades tradicionais são responsáveis pela preservação de diversos ecossistemas em que estão inseridas, já que dependem, parcial ou exclusivamente, dos recursos naturais disponíveis para garantir sua reprodução social. Tal reprodução, geralmente, conta com o desenvolvimento de diversas atividades produtivas e diferentes atores sociais envolvidos na própria comunidade. Em se tratando de comunidades pesqueiras tradicionais, por exemplo, o olhar, muitas das vezes, se direciona para a atividade principal da pesca de peixe desenvolvida pelo pescador. A partir disso, atividades outras que possuem relação com a pesca ou não, desenvolvidas por mulheres, e que são essenciais para a reprodução social das comunidades, se tornam invisíveis. Na contracorrente deste olhar é que o objetivo do presente trabalho se propõe a compreender a reprodução social das mulheres do povoado Pontal, no estado de Sergipe, a partir do trabalho da pesca do marisco e da cata da mangaba. O presente trabalho teve como base a pesquisa etnográfica, cujo foco foi, a partir da própria realidade local de um grupo social e de seus modos de ver, interpretar e sentir o mundo, desvendar a complexidade de suas práticas sociais e seus modos de vida. Para que isso fosse possível, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto às mulheres da comunidade. Sendo assim, constatou-se como são desenvolvidos as práticas e saberes do trabalho da pesca do marisco e da cata pelas mulheres do povoado, em que os ciclos naturais dialogam com os ciclos ecológicos (épocas de pesca, épocas de coletas de mangaba). Percebeu-se também a reprodução sociocultural e econômica construídas na comunidade a partir do desenvolvimento dessas duas atividades que, em alguns meses do ano, se combinam. Por fim, discutiu-se as dificuldades e contradições vivenciadas pelas mulheres do povoado através do fechamento das áreas para a cata da mangaba e da implementação de viveiros de maricultura nas proximidades das comunidades.

Palavras - chaves: Reprodução Social; Marisqueiras; Catadoras de Mangaba; Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

Traditional communities are responsible for the preservation of various ecosystems in which they operate, since they depend almost exclusively on natural resources available to ensure their social reproduction. Such reproduction generally includes the development of various productive activities and different social actors involved in the community. When it comes to traditional fishing communities, for example, the look, a lot of the time, is directed to the main activity of fish fishing developed by the fisherman. From this, other activities that are related to fishing or not, carried out by women, and that are essential for the social reproduction of communities, become invisible. In otherwise look is that the objective of this study aims to understand the social reproduction of the village women Pontal in the state of Sergipe, from shellfish fishing work and extraction of mangaba. This study was based on ethnographic research, whose focus was, from the very local reality of a social group and its ways of seeing, interpreting and feeling the world, unraveling the complexity of their social practices and their ways of life. To make this possible, semi-structured interviews were carried out with women in the community. Thus, it was found as the practices are developed and shellfish fishing job knowledge and extraction by women of the village, where natural cycles dialogue with the ecological cycles (fishing seasons, mangaba collections seasons). It was noticed also the socio-cultural and economic reproduction built in the community from the development of these two activities that in some months of the year are combined. Finally, we discussed the difficulties and contradictions experienced by women of the town by closing areas to the extraction of mangaba, and the implementation of mariculture ponds nearby communities.

Keywords: Social reproduction; Collectors of Mangaba; Traditional communities

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de localização do município de Indiaroba e do Povoado Pontal, SE.....	15
Figura 02 - Imagem parcial do povoado Pontal, SE.....	16
Figura 03 - Porto do Papagaio	54
Figura 04 - Mulher pescando o aratu.....	57
Figura 05 - Espécie de crustáceo utilizada como isca	58
Figura 06 - Covo.....	59
Figura 07 - Jereré.....	59
Figura 08 - Rede de calão ou redinha	60
Figura 09 - Tarrafa para captura de camarão.....	61
Figura 10 - Redinha para a captura do caranguejo	62
Figura 11 - Processo de quebra do aratu.....	65
Figura 12 - Processo de quebra do siri	65
Figura 13 - Lavagem do camarão	66
Figura 14 - Recipiente utilizado como medida de litro	70
Figura 15 - Mangaba de ves retirada no período de 01/12/2014.....	79
Figura 16 - Mangaba de ves retirada no período de 04/18/2014.....	79
Figura 17 - Marisqueira mostrando o gancho.....	81
Figura 18 - Adolescente tirando mangaba com o gancho	81
Figura 19 - Adolescente tirando mangaba com o gancho em cima do pé de mangaba.....	81
Figura 20 - Caixa de feira utilizada como medida.....	84
Figura 21 - Mãe e filha voltando do extrativismo da mangaba.....	95
Figura 22 - Empresa Lusomar	101
Figura 23 - Área cercada do seu Anjo	107
Figura 24 - Área cercada do seu Augusto.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Entrevistadas por ordem de Idade, no povoado Pontal, SE	20
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Situação conjugal	43
Gráfico 02 - Quantidades de filhos.....	44
Gráfico 03 - Grau de escolaridade	45
Gráfico 04 - Composição da renda	45
Gráfico 05 - Acesso as políticas públicas.....	46
Gráfico 06 - Profissão das entrevistadas.....	47
Gráfico 07 - Atividade que mais contribui com a renda.....	47
Gráfico 08 - Donos, cuidadores e dono e cuidador de áreas com mangaba	106
Gráfico 09 - Porcentagem das áreas abertas e cercadas no povoado Pontal	108
Gráfico 10 - Finalidade dada às mangabas pelos donos e/ou cuidadores de áreas de mangaba	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Nome vulgar da espécies, seus nomes científicos/família e a porcentagem de mulheres que pescam as respectivas espécies em Pontal	51
Tabela 02 - Artes e petrechos utilizados na pesca em Pontal e as suas respectivas espécies...	54
Tabela 03 - Principais artes/petrechos de pesca, assim como, suas características e formas utilizadas pelas mulheres do povoado Pontal/SE	56
Tabela 04 - Períodos do defeso do caranguejo uçá para o ano de 2014	63
Tabela 05 - Espécies vendidas por quilo ou unidade e seus respectivos preços de venda	68
Tabela 06 - Relação dos donos e/ou cuidadores de áreas de mangaba e seus respectivos tamanhos	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Motivação e justificativa do objeto de estudo	16
Objetivo geral e específicos da pesquisa	17
Procedimentos Metodológicos	18
Revisão de literatura e levantamento dos dados secundários	19
Amostra	19
Instrumentos de Pesquisa: entrevistas semiestruturadas, observação participante e diário de campo.	21
Estrutura dos Capítulos	23
CAPÍTULO I – REPRODUÇÃO SOCIAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS	25
1.2 Produção e Reprodução Social.....	25
1.1.1 Produção Material/Trabalho.....	25
1.1.2 Reprodução Social.....	30
1.2 - Sociabilidades das Comunidades Tradicionais	33
1.3 Mulheres do Povoado Pontal, SE: extrativistas da terra firme e da terra molhada	41
1.3.1 Breve Perfil das Mulheres do Povoado Pontal	43
CAPÍTULO II –TRABALHO NA TERRA MOLHADA E NA TERRA FIRME: CONTRIBUIÇÕES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES DO POVOADO PONTAL.	49
2.1 Mulheres no trabalho na terra molhada.....	49
2.1.1 Trabalho no Mangue	50
2.1.2 Beneficiamento, produção de valores-de-usos e valores-de-troca	65
2.1.3 O trabalho na perspectiva das mulheres	71
2.2 Mulheres no trabalho na terra firme	76
2.2.1 Trabalho produtivo, beneficiamento e comercialização.....	77
2.3 Racionalidades e sociabilidades a partir da relação com a natureza.	88
CAPÍTULO III- REPRODUÇÃO AMEAÇADA: IMPACTOS DE EMPREENDIMENTOS NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES DO POVOADO PONTAL/SE	98
3.1 Carcinicultura e viveiros de maricultura	98
3.2 Áreas de acesso a mangabeiras	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	117

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADO AS MULHERES DO POVOADO PONTAL, SE.....	122
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADO AOS DONOS E CUIDADORES DE ÁREAS COM MANGABEIRAS DO POVOADO PONTAL, SE.....	124

INTRODUÇÃO

O presente estudo dissertativo tem por objetivo compreender a reprodução social das mulheres do povoado Pontal, no estado de Sergipe, a partir do trabalho da pesca do marisco e da cata da mangaba.

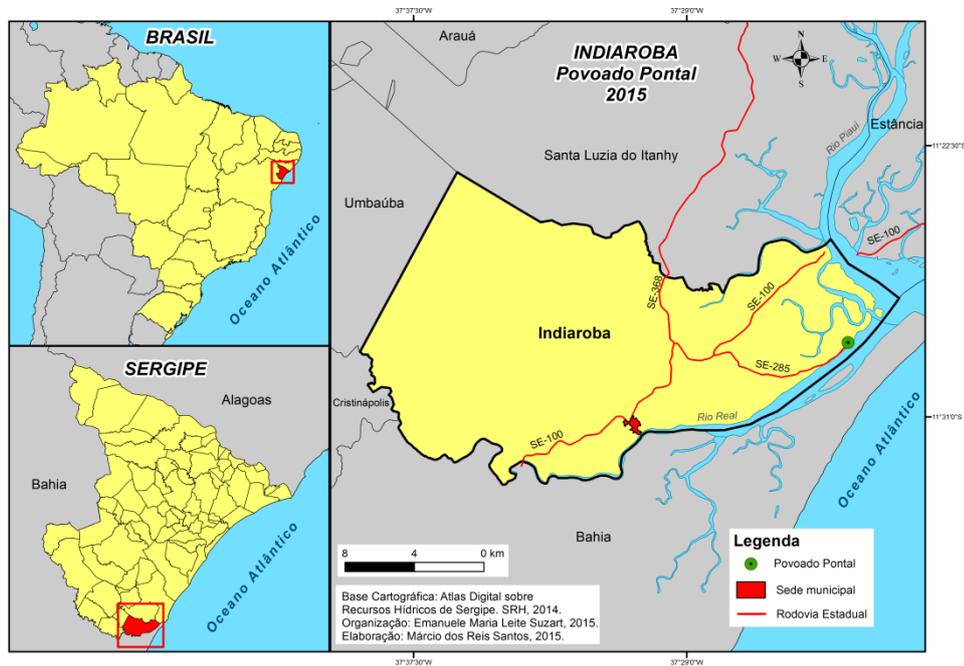
Neste sentido, a pesquisa visa compreender a partir das diversas gerações de mulheres o desenvolvimento do trabalho, desde a produção até a comercialização, as práticas e saberes que se estabelecem em torno da atividade da mariscagem e do extrativismo da mangaba, e a importância da contribuição dessas duas atividades para a reprodução social à comunidade pesqueira. Além disso, analisa a sociabilidade construída na comunidade a partir da combinação ou alternância da atividade da pesca do marisco e da cata da mangaba, assim como as dificuldades encontradas para a realização dessas atividades.

O presente estudo foi realizado no Povoado Pontal, Município de Indiaroba, Sergipe (Figura 1). O município está localizado na região costeira sul, cuja área é de 313,525 km². Sua população total é de 15.831 habitantes, segundo o Censo do IBGE¹ (2010), sendo que 5.585 habitam a zona urbana e 10.276 a rural, com uma densidade demográfica de 50,49 hab/km².

Indiaroba faz fronteira ao norte com os municípios de Santa Luzia do Itanhy e Estância, a oeste com Umbaúba e Cristinápolis e a sul com o Estado da Bahia, do qual é separado pelo rio Real. A sede do município tem uma altitude de 10m e coordenadas geográficas de 11°31'10" de latitude sul e 37°30'37" de longitude oeste. O acesso a partir de Aracaju é feito pelas rodovias pavimentadas BR-101 e SE-368, com o percurso no total de 100 km.

¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

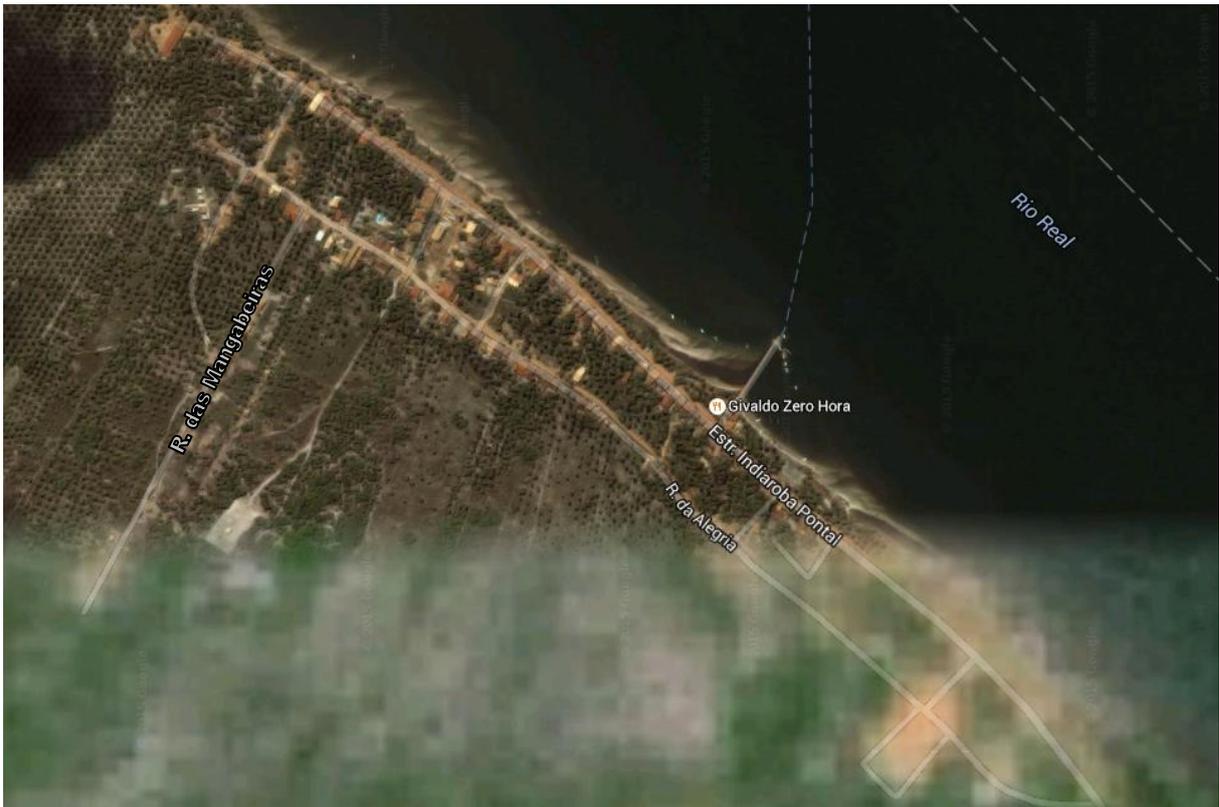
Figura 1 - Mapa de Localização do município de Indiaroba e do povoado Pontal.



Fonte: Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe (2014).

O Povoado Pontal está localizado a 17,6 km da sede do Município de Indiaroba. O acesso a partir de Aracaju é feito pelas rodovias pavimentadas BR-101, SE-368 e SE-285 (trecho Pontal-Convento), com o percurso no total de 106 km. O povoado faz fronteira ao norte com o Povoado Terra Caída, a oeste com o Povoado Convento, ao sul com o Povoado Preguiça e a leste com o Rio Real. O povoado Pontal é basicamente formado por três ruas como mostra a Figura 2, a estrada Indiaroba/Pontal que no centro do povoado recebe o nome de Rua da Frente ou Francisco Alves Torres, a Rua de Trás ou a Rua da Alegria e a Rua das Mangabeiras.

Figura 2 - Imagem parcial do povoado Pontal.



FONTE: Google Earth. Adaptação: Emanuele Suzart (2014).

A escolha do Povoado Pontal, como área de estudo, deveu-se às seguintes peculiaridades: (1) a presença de comunidades tradicionais que sobrevivem do extrativismo de recursos naturais, especialmente marisqueiras/catadoras de mangaba e (2) um conjunto de contradições oriundas do fechamento das áreas para a cata da mangaba e da implantação de viveiros de maricultura nas proximidades, evidenciadas pelas as catadoras, pescadoras e pescadores artesanais da localidade.

Motivação e justificativa do objeto de estudo

O encantamento pelo tema sobre as relações do homem com a natureza me fez optar por uma formação profissional que permitisse conhecer e trabalhar com o mundo natural, assim optei por cursar, na graduação, Ciências Biológicas Licenciatura.

Durante esse percurso, tive a oportunidade de conhecer diversos trabalhos com grupos sociais e movimentos sociais, e isto também me despertou o interesse em associar a temática do mundo natural a esses grupos sociais.

No ano de 2009, fui convidada a fazer parte do Projeto Produção de Saberes e Práticas das Mulheres Catadoras de Mangaba de Sergipe, como estagiária. E foi nesse momento que tive o primeiro contato com as catadoras de mangaba. Porém, durante o primeiro ano de execução do projeto, acabei me afastando e saindo do estágio, pois acabei tomando gosto pelo ensino de ciências.

Após me formar e na perspectiva de submeter-me a seleção para o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pensei em retomar os estudos sobre as catadoras de mangaba e construí um projeto para a seleção referente a este grupo social.

Ao ser selecionada para o programa, debrucei-me ainda mais nos estudos sobre o modo de vida das catadoras de mangaba, a fim de compreender melhor meu objeto de estudo. Porém, na qualificação do projeto da pesquisa proposta, a banca levantou uma reflexão acerca das outras atividades produtivas que, possivelmente, poderiam estar associadas ao extrativismo da mangaba pelas catadoras de Pontal.

Diante desta inquietação, a pesquisa passou a investigar e a compreender, a partir das atividades realizadas pelas mulheres do povoado Pontal, os elementos da vida material e simbólica que constituem o modo de vida particular desse grupo social.

Objetivo geral e específicos da pesquisa

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a reprodução social das mulheres do povoado Pontal, no estado de Sergipe, a partir do trabalho da pesca do marisco e da cata da mangaba.

Na perspectiva de alcançar o objetivo geral, a pesquisa estrutura-se a partir dos seguintes objetivos específicos: compreender o conceito de produção e reprodução social, e de as comunidades tradicionais, assim como revelar quem são as mulheres do povoado Pontal/SE; entender a reprodução sociocultural e econômica construídas na comunidade a partir do desenvolvimento dessas duas atividades, onde os ciclos naturais dialogam com os ciclos ecológicos (épocas de pesca, épocas de coletas de mangaba); analisar e discutir as dificuldades e contradições vivenciadas pelas mulheres do povoado através do fechamento das áreas para a cata da mangaba e da implementação de viveiros de maricultura nas proximidades das comunidades.

No sentido de desenvolver cada objetivo específico apresentado, a dissertação está estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

Do ponto de vista teórico-metodológico, adotamos o materialismo histórico-dialético objetivando articular processos locais a dinâmicas mais gerais, para melhor compreendermos o desenvolvimento e contradições que compõem as relações sociais (NETTO, 2011), as quais impactam e fazem parte do processo de reprodução social das catadoras de mangaba do Povoado do Pontal, Indiaroba, SE.

A pesquisa de campo do presente trabalho teve como base a pesquisa etnográfica, cujo foco é partir da própria realidade local de um grupo social e, com isso, desvendar a complexidade de suas práticas sociais e seus modos de vida. Sendo assim, Beaud e Weber afirmam que:

Pelo fato de o etnógrafo limitar-se ao trabalho de descrição – interpretação – os dois andam em par- ele põe às claras a complexidade das práticas mais comuns dos pesquisados, aquelas que são de tal forma espontâneas que acabam passando despercebidas, que se acreditam serem “naturais” uma vez que foram naturalizadas pela ordem social como práticas econômicas, alimentares, escolares, culturais e religiosas ou políticas etc (BEAUD; WEBER, 2007, p. 10).

Com isso, o presente estudo se propôs a fazer um estudo etnográfico sobre a reprodução social das marisqueiras/catadoras de mangaba do município de Indiaroba/SE, a fim de compreender seu modo de vida, suas estratégias na organização do trabalho e sua relação com o ciclo dos recursos naturais. Comunidades tradicionais e o tema da reprodução social, fundamentada em pesquisa etnográfica, já foram estudados por vários autores (DIEGUES, 2000; BRANDÃO, 2007). Tendo como apoio a pesquisa etnográfica, é possível compreender, através do cotidiano das marisqueiras/catadoras de mangaba, como se dá o processo de reprodução sociocultural e econômico dessas mulheres com o fechamento das áreas de mangabeiras e também com a chegada de viveiros de maricultura nas proximidades do povoado.

Uma característica importante da pesquisa etnográfica é que ela procura se aproximar ao máximo do objeto. Esta aproximação permite ao pesquisador aproximar-se do que está

distante e observar nos detalhes pontos que outros pesquisadores olham, sistematicamente, de longe (BEAUD; WEBER, 2007).

A presente pesquisa se propôs a trabalhar uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa, pois ambas dialogam entre si, permitindo uma integração para dar conta de um determinado objeto. Ou seja, cada uma contribui ao seu modo, para o resgate e iluminação de aspectos não aparentes e não conscientes para os atores envolvidos na pesquisa, evitando que o estudioso fique preso apenas a um único horizonte em termos de procedimento metodológico (CARDOSO, 1997).

Buscando-se demonstrar uma particularidade do campo de pesquisa, as marisqueiras/catadoras de mangaba constituem, neste trabalho, o grupo central de análise.

Revisão de literatura e levantamento dos dados secundários.

Assim, para a pesquisa quantitativa-qualitativa, a pesquisa recorreu a dados secundários, para melhor compreender o campo de pesquisa a ser estudado, oriundos do IBGE, Embrapa, Ministério da Pesca. Para melhor compreensão dos temas e categorias utilizadas, foi realizada uma Revisão Bibliográfica, por meio de pesquisas na biblioteca da Universidade Federal de Sergipe; levantamentos bibliográficos de livros, artigos; monografias, teses, dissertações; e dados via internet.

Amostra

No tocante ao universo amostral da presente pesquisa utilizamos o modo amostral por bola de neve. Segundo Freitas et al., este modo propõe selecionar “os indivíduos pelo interesse por determinado tema e um sujeito indica o outro, caso os elementos colhidos ainda não satisfaçam a necessidades de preencher os objetivos do pesquisador [...]” (FREITAS et al., 2011, p.1004).

Para compreender a realidade local do grupo social, suas complexidades e seus modos de vida, foram entrevistadas 25 mulheres, como mostra o Tabela 1, sendo que algumas delas concederam mais de um depoimento. Associado a isso, a escolha das entrevistadas perpassou pelo critério de recorte geracional, embora não seja o foco da pesquisa.

Quadro 1. Entrevistadas por ordem de Idade, no povoado Pontal, SE.

Nome	Idade
M.E.T.N.	21 anos
A.S.S.M.	28 anos
V.M.S	26 anos
V.C.S.	29 anos
M.E.C.N.	30 anos
J.M.S.	30 anos
D.S.S.	35 anos
R.S.S.	35 anos
R.C.S.	36 anos
M.J.S.	38 anos
M.L.C.S.	40 anos
E.T.S.	43 anos
I.S.T.	46 anos
J.C.S.	47 anos
C.L.F.	48 anos
A.T.S.M.	49 anos
E.C.O.	49 anos
B.S.S.	54 anos
J.C.S.	59 anos
M.L.M.	60 anos
L.C.S.	62 anos
M.I.C.S.	65 anos
M.C.S.J.	67 anos
E.M.C.	84 anos
M.R.S.	84 anos

FONTE: elaborado pela autora (2014).

A amostra das 25 entrevistadas não seguiu mais adiante, devido ao fato que, após a 18ª (décima oitava) entrevista, as respostas passaram a se repetir de forma significativa. Sendo assim, decidi que, para além do universo amostral que já tinha, não era necessário seguir com mais entrevistas.

Afim de obtermos informações sobre as áreas fechadas para a cata da mangaba, além das informações colhidas nas entrevistas com as mulheres, realizamos entrevistas com os respectivos donos e com os responsáveis pelo cuidado das áreas para compreender melhor a temática. Nesse caso, entrevistamos 9 pessoas entre donos e cuidadores das áreas, sendo que as áreas apontadas pelas mulheres compõem um total de 14 áreas.

Além disso, realizamos uma entrevista com o presidente da colônia de pescadores. Em uma oportunidade não prevista pela pesquisa, realizamos uma conversa informal, sem roteiro, com 4 pescadores da localidade, sendo que 2 deles já tinham prestado algum tipo de serviço

nos viveiros de maricultura próximos ao povoado. Diante da contribuição nas informações, consideramos pertinente somar as entrevistas dos pescadores à pesquisa.

Com isso, foram concedidos à presente pesquisa um total de 39 depoimentos, sendo que todos os entrevistados residem no povoado Pontal.

Instrumentos de Pesquisa: entrevistas semiestruturadas, observação participante e diário de campo.

Para obter os dados primários, a pesquisa de campo, com base no estudo etnográfico, utilizou instrumentos capazes de captar o máximo de informações sobre a pesquisa. Assim, as coletas de dados foram feitas a partir: entrevistas semiestruturadas, observação participante; elementos esses comuns em pesquisa sobre populações tradicionais (DIEGUES, 2000; BRANDÃO, 2007). Também registramos as experiências por meio de registro fotográfico, gravações de áudio e diário de campo.

Segundo Minayo (1999), a entrevista tem o propósito de estabelecer uma comunicação entre o pesquisador e o pesquisado, proporcionando a obtenção de dados de ordem subjetiva, ou seja, informações sobre os sujeitos que não são mensuráveis, como: conduta, comportamento, valores, opiniões, crenças, dentre outros. Sendo assim, a entrevista visa seu foco de estudo no conhecimento de realidades, a partir de contextos histórico e social vivenciados por um determinado grupo sujeitos.

Porém, a relação entre o entrevistador e o entrevistado deve ser construída de forma dialógica, fazendo com que o horizonte do pesquisador e do entrevistado abra-se um ao outro, promovendo um “encontro etnográfico” (OLIVEIRA, 2000). Isto permite que a troca de informações entre o pesquisador e o pesquisado ocorra de forma compartilhada, evitando uma relação de imposição de um discurso sobre o outro, e estabelecendo de fato uma interação entre iguais, no qual um se permite ouvir e outro ser ouvido. Neste sentido, “o ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, a qual entrada de mão única, em uma outra de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação” (Ibidem, 2000, p. 24).

Para compreender a história individual e coletiva das marisqueiras/catadoras de mangaba do povoado Pontal/SE, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Com as entrevistas, buscou-se entender como se estabelece a relação das marisqueiras/catadoras de mangaba com o ciclo natural dos recursos naturais utilizados na pesca do marisco e na cata da

mangaba, assim como suas práticas, formas de manejo, beneficiamento e comercialização. Além disso, perquiriu-se como as atividades da mariscagem e do extrativismo da mangaba se combinam na vida e no cotidiano das mulheres, como o trabalho é organizado no seio da família e as relações sociais estabelecidas, como as mulheres visualizam o papel delas na atividade do extrativismo e na mariscagem e o seu significado.

No sentido de responder a essas questões da pesquisa, foram necessárias 16 idas a campo durante o ano de 2014, sendo que as duas primeiras visitas tiveram o objetivo de estabelecer um diálogo inicial e informal com as marisqueiras/catadoras de mangaba, além de colher elementos que nos ajudasse na elaboração da entrevista semiestruturada. A partir da terceira ida a campo, as entrevistas foram aplicadas.

Para entender o processo de fechamento das áreas de cata da mangaba e seus motivos a partir da perspectiva dos donos e dos responsáveis pelo cuidado das áreas, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Para responder questões referentes a essa temática, foram necessárias mais 3 idas a campo, sendo que essas foram as últimas.

Assim como o ouvir é importante na pesquisa etnográfica, o olhar é tão importante quanto. Apesar de possuir especificidades diferentes na investigação, tanto o olhar quanto o ouvir andam juntos no processo da pesquisa. Assim, concomitantemente à realização das entrevistas, a observação participante é de suma importância, pois também revela expressões que digam respeito do tema da pesquisa (MINAYO, 1999).

A observação participante proporciona ao etnógrafo o convívio com a realidade do objeto de pesquisa. Neste sentido, o contato com o pesquisado faz com que o pesquisador acompanhe e se debruce sobre o cotidiano do mesmo. Com a aplicação desse instrumento, paralelamente à aplicação das entrevistas, acompanhamos, durante as idas a campo, o dia a dia das marisqueiras/catadoras de mangaba em suas práticas e formas de manejo, o convívio com as famílias e com outras mulheres em espaços de socialização. Dentre as atividades que são realizadas na mariscagem em Pontal, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas práticas de pesca, como a do aratu, do siri e do camarão. Além da etapa produtiva, acompanhamos o processo de beneficiamento do aratu, siri, camarão e massunim.

Com relação ao extrativismo da mangaba, observamos o manejo desenvolvido para a extração do fruto, assim como o seu processo de beneficiamento.

Paralelo ao desenvolvimento dessas atividades, seja no processo produtivo seja na etapa de beneficiamento, a observação participante nos permitiu conversas informais, nas

quais as marisqueiras/catadoras de mangaba puderam falar da sua vida pessoal, suas concepções de mundo, seus valores, sua cultura, suas concepções políticas e opiniões sobre determinados assuntos. Em uma das idas a campo, foram realizadas conversas informais com alguns pescadores do povoado durante a aplicação das entrevistas com as marisqueiras/catadoras. Para que fosse possível registrar o máximo de informações concedidas através dos relatos, utilizamos o gravador de áudio, a máquina fotográfica e o diário de campo.

A atividade da escrita é também outra parte da pesquisa etnográfica. Para Oliveira (2000), o olhar e o ouvir podem ser considerados como atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo, mas é no ato de escrever que, seguramente, se configura o processo final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento torna-se mais crítica.

O momento em que registramos boa parte das observações num instrumento chamado diário de campo, também se constitui um processo de grande contribuição na pesquisa. Nele, foram registradas as conversas informais, as falas das catadoras, os acontecimentos do dia-a-dia, as impressões do pesquisador sobre o que foi vivido e presenciado nos diversos espaços escolhidos para a pesquisa.

As anotações do diário de campo trouxeram reflexões importantes para o ato da escrita fora do campo de pesquisa. Pois foi através dele que observações da pesquisa puderam ser rememoradas para a construção reflexiva e interpretativa de um discurso ou de um conhecimento mais elaborado.

Neste sentido a análise dos dados da pesquisa etnográfica é uma tarefa complexa, que envolve diversos elementos que precisam ser organizados, analisados e compreendidos.

Estrutura dos Capítulos

No Capítulo I, procura-se apresentar a motivação e a justificativa para a escolha do objeto de estudo, a área de estudo na qual a pesquisa se insere, apresentando o cenário do Povoado Pontal, e os procedimentos metodológicos traçados, que explicitam a delimitação do universo amostral e os instrumentos de coleta de dados utilizados.

No Capítulo II, expõe-se o aporte teórico utilizado para compreender concepções e conceitos sobre trabalho e reprodução social, destacando elementos e fatores transversais e

comuns que ajudam a construir um conceito sobre comunidades tradicionais. Além disso, tenta-se caracterizar e traçar um perfil que revele quem são as mulheres do povoado Pontal. .

O Capítulo III desvenda o saber/fazer marisqueiras/catadoras do povoado Pontal. Neste capítulo, a ideia foi compreender as práticas e saberes que envolvem o trabalho da cata do marisco e do extrativismo da mangaba, da produção à comercialização. Além de revelar, através do olhar das mulheres, uma interpretação de mundo que subsidia a construção de modo de vida peculiar e tradicional oriundo da combinação das duas atividades.

No Capítulo IV, são discutidas as dificuldades encontradas e as contradições vivenciadas a partir de outras dinâmicas que se contrapõem à racionalidade das mulheres da local.

CAPÍTULO I – Reprodução Social e Comunidades Tradicionais

1.2 Produção e Reprodução Social

1.1.1 Produção Material/Trabalho

O processo de produção e reprodução social dos seres humanos só é possível devido ao fato dos seres humanos poderem transformar a natureza. Essa mediação do homem com a natureza, no processo de produção e reprodução social, acontece por meio do trabalho. Para Marx e Engels, na Ideologia Alemã, o trabalho é essencial para a produção do ser humano e da sua existência, ao afirmarem que “São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2010, p.44).

Esta concepção é uma crítica que foi feita – no aludido livro – à concepção da filosofia da história de Hegel, que se baseia na compreensão da história a partir de ideologias e do mundo das ideias. Apesar de não nos aprofundarmos aqui na concepção de Hegel, visto que este não é o objetivo da presente dissertação, para entendermos por completo as divergências entre os autores, para nós, a crítica feita por Marx e Engels nos traz um elemento importante para o entendimento da existência humana, assim como dá início a construção de uma concepção materialista da história.

No primeiro momento, a necessidade do ser humano em produzir, através do trabalho, é impulsionada de acordo com suas necessidades básicas para a garantia de sua sobrevivência, como se alimentar, se desenvolver, se vestir, se reproduzir, etc. Para Marx e Engels, a satisfação das necessidades básicas é o primeiro pressuposto para compreender toda a existência humana e sua construção histórica, pois este é o primeiro fato histórico.

[...] somos obrigados a lembrar que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios de produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios

deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida (Ibidem, 2010, p. 53).

Dando continuidade a esta ideia, o segundo pressuposto é que satisfeitas as necessidades básicas, essas geram novas necessidades.

[...] satisfeita essa primeira necessidade, a satisfação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – a produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (Ibidem, 2010, p. 54).

Por fim, o terceiro e último pressuposto vai dizer que com a ampliação da população a partir da reprodução de novas famílias, as necessidades são ampliadas gerando novas relações.

A terceira relação que intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que cotidianamente renovam sua vida, passam a criar outros homens, e a se reproduzir: é a relação entre homem e a mulher, entre pais e filhos, a família. Essa família que no início é a única relação social, torna-se depois, quando as necessidades ampliadas geram novas relações sociais (Ibidem, 2010, p. 54).

Tais pressupostos não podem ser interpretados como momentos isolados entre si e, muito menos, momentos que explicam uma fase remota do surgimento da história dos seres humanos, pois isso seria um equívoco. Para os autores, os mesmos compõem a vida social dos seres humanos simultaneamente, desde o surgimento dos primeiros homens, até os dias de hoje, visto que são elementos inelimináveis da vida humana.

Podemos perceber que o mundo dos homens se constitui também a partir de leis diferenciadas das leis da natureza. Porém, isso não quer dizer que os humanos não estejam submetidos às leis naturais, a exemplo da alimentação, um processo comum a todos os seres vivos. A alimentação, para os seres humanos, permite o funcionamento do seu metabolismo para se manterem vivos. Suprida essa necessidade básica, os seres humanos são capazes de realizar várias atividades que os diferenciam dos demais seres vivos, e uma delas é a capacidade do ser humano de produzir e criar um mundo para além de suas necessidades imediatas, como a arte, a religião, a ciência, a política, a cultura, que passam a colocar uma mediação valiosa sobre a esfera da existência e dos condicionantes materiais.

O homem, ao produzir, tanto na esfera material como os instrumentos de trabalho (artesanatos e tecnologias), quanto na esfera imaterial, como a arte, política, cultura, música etc, certamente apresenta um dos elementos que diferencia os seres humanos dos animais, constituindo assim uma das leis dos homens. Esta ideia já tinha sido exposta por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, quando afirmam que

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente, sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2010, p.44).

Podemos perceber que a sociedade humana se distingue da natureza, mas, ao mesmo tempo, sem ela, o ser humano não se produz e reproduz, pois é essa dependência da natureza que se viabiliza a produção dos meios de existência e, conseqüentemente, da vida material. Na alimentação, por exemplo, existe a dependência do ciclo natural da fruta na qual servirá para se alimentar, como também do ciclo natural da matéria-prima a ser transformada em instrumento para retirar aquela fruta que servirá de alimento. Sendo assim, o mundo natural é a base para o desenvolvimento do mundo dos homens. Para confirmar esta ideia, Lessa escreveu que “[...] por mais desenvolvida que seja a sociedade, ela sempre terá uma base natural. Sem a transformação da natureza pelos homens – e sem a reprodução biológica – não há história humana” (LESSA, 1999, p.20).

O mundo natural é base, tanto para a sociedade se desenvolver e se construir materialmente, quanto para os indivíduos construírem a si mesmo socialmente. Com esse novo elemento, a categoria trabalho, como já dizia Marx (2006), Marx e Engels (2010) e Lukács (apud LESSA, 2012), não se resume à transformação da natureza para a produção de materiais e, conseqüentemente, à produção da existência humana, mas também parte de relações sociais estabelecidas entre os indivíduos nesse mesmo processo. Sendo assim, o trabalho fará parte da construção deste ser ou indivíduo social. Nesse sentido, Lessa indica que

A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). A relação dos homens com a natureza requer com absoluta necessidade, a relação entre os homens. Por isso, além dos atos

de trabalho, a vida social contém uma enorme variedades de atividades voltadas a atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si (Ibidem, 2012, p.25).

Pois, a categoria trabalho é uma categoria ontológica fundamental para a existência humana. Por meio desta concepção, o mundo dos homens se diferencia, radicalmente, do mundo natural, pois sem o trabalho não há existência humana.

Neste aspecto, o trabalho não é uma atividade produtiva instintiva do ser humano para atender suas necessidades imediatas, e por isso se difere da atividade produtiva de outros seres. Marx (2006) deixa isso bem claro quando afirma, em seu livro *O capital*, que

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha, executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas, o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2006, p. 211-212).

De acordo com Marx, o envolvimento da consciência é central para entendermos o trabalho como um processo que não se registre a partir de determinações biológicas, por mais que estas determinações impulsionem a realização do trabalho. Assim, pensar o trabalho será uma atividade exclusiva dos seres humanos. Lukács complementa dizendo que “[...] trabalho é uma categoria exclusivamente social, pela qual ‘uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade’” (LUKÁCS, 1986:193 apud LESSA, 2012, p. 60).

Partindo dessas premissas, o trabalho é a concretização objetiva de projeções teleológicas, ou seja, para qualquer ser humano construir algo ou algum objeto, ele antecipa na consciência uma finalidade e um resultado provável para a construção do mesmo. Essa antecipação possibilita a criação de alternativas as quais o indivíduo escolhe a que ele julga melhor para a construção do objeto. Escolhida a alternativa, o indivíduo é levado a construir o objeto. De acordo com Lessa (2008, p.19), “[...] a conversão da prévia-ideação em um objeto é denominado por Marx como objetivação”.

A cada novo processo de objetivação, o indivíduo é desafiado a novas prévias ideações e, conseqüentemente, a novas objetivações. Este processo é realizado repetidamente pelos

indivíduos, pois a todo momento novas situações são criadas pelas novas objetivações e assim por diante.

Cabe ressaltar que este mesmo indivíduo está inserido em um determinado grau de desenvolvimento da sociedade em dado momento histórico. Sendo assim, além do conhecimento do próprio indivíduo, esses fatores externos também o influenciarão na construção da objetivação, possibilitando a construção de novas objetividades.

A cada nova objetividade gerada, por meio do trabalho, sempre surgirão novas questões a serem resolvidas pelos seres humanos. A cada nova questão, a realidade se modifica gerando uma nova realidade, pois algo nela foi transformado, e os próprios indivíduos se modificam, pois eles ao transformarem a realidade adquirem novas experiências e novas habilidades. Para Marx, em resumo, isso significa que o homem, ao transformar a natureza, também é transformado.

Como os indivíduos convivem uns com os outros em sociedade, as novas questões geradas pelas objetivações dos indivíduos também são novas questões para a sociedade como um todo, ou seja, a nova realidade gerada também é construída e desenvolvida socialmente. As novas questões colocadas, tanto para o indivíduo, quanto para a sociedade, fazem com que ambos contribuam para o avanço de novos conhecimentos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento social.

Com isso, entendemos que o conhecimento gerado pelo processo de objetivação percorre um caminho iniciado pelo indivíduo, mas que assume um caráter social, mudando assim, conseqüentemente, o caráter do conhecimento, antes singular e com uma finalidade específica, para um conhecimento cada vez mais amplo e com outras finalidades diferentes daquela que o originou. Estes dois processos que ocorrem concomitantemente, segundo Lessa (2008), é o processo de generalização do conhecimento. De acordo com o autor

[...] o conhecimento de um caso singular (construção de um machado) se eleva a um conhecimento genérico que pode ser útil em diversas circunstâncias. [...] Mas há, também, um outro processo de generalização: os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio de toda a sociedade. Em mais ou menos tempo, dependendo do caso, eles se generalizam a todos os indivíduos. O que era de domínio de apenas uma pessoa torna-se de toda humanidade (Ibidem, 2008, p. 25).

Sendo assim, a objetividade gerada a partir do trabalho singular de um indivíduo passa a fazer parte de um coletivo social e, conseqüentemente, será absorvida pela história da

humanidade. Com isso, “[...] o objeto construído pelo trabalho do indivíduo possui, portanto, sempre segundo Marx, uma inalienável dimensão social: ele tem por base a história passada; faz parte da vida em sociedade; faz parte da história dos homens de um modo geral” (Ibidem, 2008, p.24).

Toda essa transição do conhecimento individual para um conhecimento mais coletivo, assim como de um conhecimento singular para um conhecimento genérico, é impulsionada pela ação cotidiana da relação do indivíduo com a sociedade como um todo. Em outras palavras, Lessa (1994) vai dizer que o processo de generalização do conhecimento é mediado pelo fluxo da práxis social. Neste sentido, é através da práxis social que o conhecimento, a princípio construído teleologicamente por um indivíduo, se generaliza a todos os outros indivíduos que compõem a sociedade. É a partir desta mediação que objetos, técnicas e conhecimentos são aperfeiçoados constantemente e se tornam cada vez mais complexos e genéricos e, concomitantemente, as relações sociais geradas a partir do processo do trabalho também se tornam cada vez mais complexas e genéricas.

O impulso à generalização é responsável pela elevação do ser humano a patamares superiores, crescentes de sociabilidade, e, ao mesmo tempo, é a raiz do desenvolvimento de relações sociais que tornam o ser humano cada vez mais genérico. Em resumo, todo esse processo se caracteriza como essência da reprodução social (LESSA, 1994).

A partir de toda a discussão sobre o trabalho e sua importância na história da humanidade, assim como seus desdobramentos que geraram as sociabilidades entre os homens, o apontamento acerca da reprodução social será discutido no próximo ponto.

1.1.2 Reprodução Social

Como havíamos dito, o estímulo a generalização de ações individuais e singulares, faz com que o indivíduo e a sociedade se desenvolvam a patamares cada vez mais complexos. Com a evolução da sociedade ao longo da história, as necessidades, as relações humanas também se tornam cada vez mais complexas. Isto é tão verdade que, em sociedades mais primitivas, as possibilidades colocadas pelo tempo histórico para poder se alimentar era saber plantar. Com o desenvolvimento social ao longo da história, o aperfeiçoamento da técnica de plantio e complexificação das relações sociais, fez com que as possibilidades exigidas para se

obter os alimentos fossem outras. Atualmente, na sociedade capitalista, para os seres humanos se alimentarem basta obter o dinheiro para comprar o alimento.

A partir deste exemplo, podemos perceber dois fatos importantes para compreender a reprodução social. O primeiro fato é que, com o desenvolvimento social, os seres humanos, ao longo da história, distanciam-se cada vez mais de relações primitivas, ou seja, de relações geradas das sociedades mais antigas. Após Marx, Lukács (apud LESSA, 1994) problematizou que processo de distanciamento necessário para que haja o desenvolvimento social é o processo de sociabilização.

O outro ponto é que com o desenvolvimento social das formações sociais, ao longo da história, se tornam cada vez mais complexas, e acabam por exigir, conseqüentemente, indivíduos mais complexos e capazes de realizar ações cada vez mais mediadas socialmente. Sendo assim, de acordo com Lessa, referenciado em Lukács, “[...] o desenvolvimento do ser social também requer e favorece o desenvolvimento, a complexificação, das individualidades” (Ibidem, 1994, p.69).

Podemos dizer que o desenvolvimento de sociedades cada vez mais complexas, proporciona os indivíduos a se tornarem cada vez mais complexos. Com os indivíduos mais complexos, as relações sociais iniciais ou primitivas dão lugar a relações sociais complexas. Complementando esta ideia, Lessa vai dizer que “quanto mais rica e intensa for a vida social, quanto mais articulada for a vida do indivíduo com a história de toda a humanidade, mais desenvolvida no sentido humano será sua existência” (Idem, 2010, p.77). Isso é uma constante presente no desenvolvimento e reprodução da sociedade como um todo.

Em meio a todo esse processo, as relações sociais construídas ao longo do desenvolvimento da sociedade não se estabelecem, somente, a partir do trabalho, mas através de mediações sociais criadas pelos indivíduos para organizar as próprias relações existentes entre si. Em outras palavras, “[...] o processo de evolução social dá origem a necessidades e a mediações sociais para atender a estas necessidades que, embora tenham suas gêneses no processo de sociabilização desencadeado pelo trabalho, não se restringem mais ao processo de trabalho em si” (Idem, 1994, p. 68).

Sendo assim, podemos dizer que a reprodução social não se reduz ao processo do trabalho, mas, ao mesmo tempo, sem ele não há como se constituir uma sociabilidade, e a mediação responsável por articular esses dois pontos é a reprodução social.

Na reprodução social, as relações sociais entre os indivíduos são organizadas por meio de complexos ou mediações sociais. Para Lukács (apud LESSA, 1996), os complexos sociais vão atender a necessidades específicas oriundas da evolução e da complexificação das relações sociais. Nas sociedades primitivas, por exemplo, as relações sociais eram mais simples, sendo que um dos complexos sociais que organizavam os indivíduos era baseado nos costumes e tradições que eram passadas, pelos mais velhos, de geração em geração. Com o aperfeiçoamento do trabalho, o desenvolvimento das relações sociais se torna cada vez mais complexo ao longo do tempo e novos complexos sociais são gerados para atender às novas necessidades geradas na sociedade. A exemplo da sociedade de classes, elementos como a divisão social do trabalho e a exploração do homem pelo homem precisam ser garantidos por novos complexos sociais. Daí surgem complexos sociais como o Estado, a ideologia, a política, a cultura etc, que organizam socialmente os indivíduos a partir da função social de cada um.

Corroborando com esta ideia, Lukács (apud Idem, 1994) vai afirmar que a reprodução social é uma composição de diversas mediações reais (como o direito, a linguagem, o estado, a arte, etc) que articulam o trabalho com a totalidade social e devido a este fato não se confunde com o trabalho.

A partir do exemplo anterior que diferencia as relações sociais de uma sociedade primitiva das relações da sociedade de classes, podemos perceber que ao passo que as sociedades se tornam mais complexas, mais diferentes são internamente na organização dos indivíduos. Sobre esse aspecto, Lukács afirma que as sociedades se tornam internamente mais heterogêneas e complexas, na medida em que reprodução social introduz novas contradições e complexos sociais que organizem os indivíduos (apud Idem, 2008).

Com a complexificação das sociedades, as relações sociais tornam-se mais complexas, assim como as ações singulares que compõem a vida cotidiana dos indivíduos tornam-se mais complexas. Em outras palavras, a vida social mais desenvolvida exige que os indivíduos atuem em seu cotidiano de formas cada vez mais complexas, porém, para que isso ocorra, os indivíduos precisam desenvolver cada vez mais como indivíduos (Ibidem, 2008). As ações singulares ao se tornarem cada vez mais complexas contribuem para o desenvolvimento de novos modos de produção, garantindo a continuidade e a evolução do desenvolvimento social.

Todos os elementos, ditos anteriormente, contribuem para a complexificação da sociedade e das relações sociais, de uma determinada sociedade em um determinado tempo

histórico e, ao mesmo tempo, são partes de um conjunto que constitui uma determinada formação social. Este processo é denominado de totalidade social (Idem, 1999).

Identificamos que a reprodução social como mediação entre o trabalho e a socialização é composta por dois processos, o de individualização e o de sociabilidade. O processo de individualização se constitui a partir do afastamento do indivíduos de relações primitivas e individualidades complexas cada vez mais mediadas socialmente e é desta forma que contribui para o processo de desenvolvimento social.

Já o processo de sociabilidade se constitui a partir do surgimento de relações sociais complexas, que, na necessidade de novos complexos sociais, se tornam cada vez heterogêneas internamente. Além disso, requer o desenvolvimento de indivíduos com ações mais complexas, para garantir a partir do desenvolvimento do modo de produção de uma sociedade para outra e a evolução da humanidade.

De acordo com Lessa (1994), a reprodução social envolve dois momentos distintos, ainda que inseparáveis: a reprodução do indivíduo enquanto individualidade; e a reprodução da formação social na sua totalidade. No dizer de Lukács, resultou na consciência do caráter bipolar da reprodução social.

Nunca é demais frisar que o processo e a dinâmica da reprodução social dialogam com condições históricas específicas, modos de vida particulares, valores de mundo, singularidades societárias, fatores esses que conferem diferenças entre grupos sociais nos seus modos de ver, viver, sentir e interpretar o mundo. Por isso, a reprodução social não é homogênea, mesmo que aconteça dentro de uma sociedade capitalista, visto que cada grupo humano faz-se sujeitos, recebe, insere-se e apropria-se do mundo à sua maneira, produzindo formas de ser e determinações de existências singulares (dos operários, índios, pescadores, camponeses, etc.).

1.2 - Sociabilidades das Comunidades Tradicionais

O espaço do campo e das florestas no Brasil, com o passar dos anos, tem se modificado rapidamente, porém essas modificações estão atreladas a alguns problemas ambientais causados pela a implantação de grandes monoculturas, uso descontrolado de insumos agrícolas e agrotóxicos, retirada de vegetação nativa, assoreamento de rios e lagos, desgastes do solo, etc., ou seja, tais mudanças decorrem de mudanças impostas pela economia de mercado e seus marcos industriais com suas relações sociais de produção e reprodução

socioambiental, territorial. Tais consequências causadas pela ação antrópica sobre alguns ecossistemas tem gerado, de acordo com Diegues (et al., 2000), diversos impactos ambientais como desaparecimento de extensas áreas nativas e da diversidade de espécies animais e vegetais.

Os impactos antrópicos causados nos ecossistemas, além de contribuir no desaparecimento dos recursos naturais, tem causado um grande impacto nas comunidades tradicionais que habitam nos diversos ecossistemas e que dependem de recursos naturais como um dos meios para sobreviver.

A partir desta questão, percebemos que se faz necessário discutir novas formas de o homem se relacionar com a natureza, pois constatamos que é um tema transversal a diversos outros temas e porque possui uma relação intrínseca com problemas ambientais que “[...] tem repercutido nos estilos de vida e de consumo, na ética e na cultura, na dinâmica política e social e na organização do espaço em escala mundial” (MUNIZ, 2009, p.5).

Nesta perspectiva, para compreender como se estabelece essa relação homem/natureza, faz-se imprescindível entender como nós, seres humanos, iniciamos o processo de modificação inferido pelo ser humano à natureza; modificação esta que é, e sempre foi, mediada pelo trabalho, atividade realizada para transformar a natureza para produção de objetos utilizáveis pelos sujeitos da sociedade.

Com isso, compreendemos que a relação do homem com a natureza não se baseia no fato de o homem se adaptar às condições que lhe são impostas pelo meio ambiente, muito menos em uma relação de dominação do homem com a natureza por meio da técnica para obtenção de sua subsistência. Entendemos que, nesta relação homem/natureza, o homem não se vê separado da natureza, mas sim como a própria natureza, constituindo outra interpretação do mundo natural. Nesse universo tradicional, os aspectos materiais, do trabalho, estão iluminados pelos elementos de ordem simbólica, sem deixar de ter, no entanto, força ontológica.

Para melhor entender o que seriam essas comunidades, populações e/ou sociedades tradicionais, que habitam diversos ecossistemas e se destacam por ter uma relação equilibrada com a natureza além de conservar a diversidade biológica, regataremos seu conceito pelo entendimento de Diegues, que utiliza a noção de “sociedades tradicionais” para se referir

[...] a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES et al., 2000, p.22).

Neste sentido, a reprodução da social e as formas de extrair recursos naturais mantendo a natureza equilibrada se dão pelo trabalho. O trabalho é organizado no núcleo familiar e voltado para a subsistência, ou seja, para a garantia dos recursos necessários para sobrevivência das sociedades tradicionais. Corroborando com esta ideia, Arruda vai dizer que as comunidades tradicionais

[...] apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável (ARRUDA, 1999, p.79-80).

Como os membros que fazem parte de uma população tradicional não se atrelam ao trabalho para garantir meios de produção e necessidades infinitas como presenciamos na sociedade capitalista industrial (SAHLINS, 1978), o trabalho e sua organização, dentro destas populações tradicionais, se dão de formas deferentes que na sociedade atual, ou seja, ele não se encontra subordinado, subsumido pelo capital, pela mais-valia.

Assim, a organização produtiva dessas comunidades se estabelece através do que alguns vão classificar de relações pré-capitalistas, isto é, o capital se apropria indiretamente, sem estabelecer um relação capitalista de produção, baseada na exploração da força de trabalho do produtor por meio do assalariamento (OLIVEIRA, 1990). Como o modo de produção das comunidades tradicionais não é voltado para o lucro, apesar de produzir excedentes para ser comercializado a fim de obter de outras mercadorias com valores-de-uso, as comunidades estabelecem uma relação harmoniosa com a natureza, o que possibilita, conseqüentemente, a criação de técnicas de manejo que respeitem o meio ambiente. Assim explica Diegues:

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total (et al., 2000,p.18).

O processo de subordinação das comunidades tradicionais camponesas ao capital de forma indireta, para autores como Brandão (2007), Fernandes (2004), Oliveira (1990), acontece por meio da renda capitalizada da terra. A renda capitalizada da terra é somente com uma pequena parte da riqueza que o grupo familiar produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que detêm controle político do mercado.

De acordo com Brandão, os membros de camponeses tradicionais

[...] geram tanto os bens de consumo familiar quanto, e em múltiplos casos, principalmente o excedente que é destinado à troca e à venda em mercados vicinais, locais e mesmo regionais. Pequenos proprietários e produtores arrendatários de terra plantam e criam diretamente para o mercado e, em diferentes situações, tendem a tornar-se “cativos” de produtores maiores ou mesmo de empresas que financiam a produção e detêm o poder de compra de seus produtos (BRANDÃO, 2007, p. 45).

Sendo assim, a subordinação do produtor ao capital se processa quando o próprio capital, por meio de suas representações, como as empresas que atuam no mercado, vende seus produtos caros ao produtor, e paga um preço baixo aos produtos excedentes agrícolas vendidos pelo produtor. Portanto, Oliveira (1990) vai dizer que o capital se apropria indiretamente da unidade de produção familiar.

Apesar disto, no campo ainda é presente também as unidades familiares que produzem somente para o consumo, como as comunidades indígenas ou comunidades bastante isoladas do mercado local (Ibidem, 2007).

Isso nos mostra que a reprodução social não é homogênea. Na dinâmica social da sociedade capitalista, também é possível a reprodução social de grupos sociais singulares e como modos de vida particulares, como é o caso das diversas comunidades tradicionais (de pescadores, de extrativistas, de marisqueiras, etc.) existentes no Brasil.

Assim, as comunidades tradicionais dentro de um processo e de uma dinâmica de reprodução social global, reproduzem-se socialmente à sua maneira, produzindo formas peculiares de produção, de organizar e dividir socialmente o trabalho, de satisfazer suas necessidades, de construir valores e formas de ser.

Para melhor compreender a lógica do trabalho para as populações tradicionais, os antropólogos Sahlins (1978) e Godelier (1981) afirmam que a organização e divisão social do trabalho nessas culturas tradicionais se dão de forma mais igualitária, mesmo que ainda assim

em algumas comunidades o trabalho seja dividido entre os gêneros e/ou que possua algum tipo de hierarquia.

O processo de produção ou o tempo de trabalho necessário não está vinculado somente às técnicas ou aos meios de produção, mas sim as relações sociais construídas nestas sociedades. Para Godelier (1981) e Brandão (2007), as questões do trabalho também são vinculadas às representações místicas ou sobrenaturais quando vai se estabelecer uma relação com a natureza.

Com isso, a relação que o homem da comunidade estabelece com a natureza é de respeito com a aquela que a qualquer momento pode tirar o que está sendo oferecido (GODELIER, 1981). Como comentado, em algumas comunidades tradicionais, ter o conhecimento de alguns animais e plantas pode ser interpretado como um dom sobrenatural ou compreender o próprio meio como algo sagrado. A partir de tal ideia, Godelier (1981) complementa que nestas comunidades o dom sobrenatural é atribuído à figura do sacerdote ou do curandeiro, que, conseqüentemente, possuirá outra posição dentro da comunidade.

A exemplo disto, Overing (1999), em seu estudo, cujo objetivo é compreender e desvelar as visões de mundo de outras pessoas, em particular as dos povos indígenas da floresta tropical amazônica, constatou que qualquer atividade cotidiana (como o da caça, coleta, o construir casa, casar e ter filhos) ou qualquer atividade biológica (como beber, comer e ter relações sexuais) para esses povos são atividades rituais com significados bastante profundos e que só é possível realizá-las com a intervenção das forças sobrenaturais. Neste caso, todos os indivíduos são influenciados pelas forças sobrenaturais.

No campo também estão presentes as representações simbólicas, como confirma Brandão:

Os próprios seres da natureza, das águas e do vento às plantas e aos animais, são dotados de identidades, de forças e de formas de interação conosco bem maiores do que poderíamos supor. Entre camponeses católicos, os ciclos da vida natural, entre a floresta, os campos de pastagens, os terrenos de lavouras sazonais ou permanentes, o pomar ao redor da casa e a horta próxima à cozinha, são diversos e interligados tempos-lugares regidos pelas forças da natureza, transformadas pelas forças do trabalho humano e ordenados por princípios e ritmos extranaturais que entretecem a maior parte das atividades agropastoris de tempos, ritos e gestos ora mágicos, ora religiosos (BRANDÃO, 2007, p. 53).

As representações simbólicas e místicas construídas pelas populações tradicionais influenciam e orientam os sujeitos de como lidar com a natureza. Sendo assim, orientam práticas e manejos que preservem a natureza, inclusive para que seja usufruída pelas gerações futuras, a exemplo das mulheres quilombolas do Guaporé.

Nas comunidades remanescentes de quilombos a aprendizagem dos ‘segredos as curas’ se dá muito pela observação, pela curiosidade. As filhas viam as mães preparar os remédios com recursos naturais e fazer orações e acabam incorporando aquele conhecimento. Assim, a transmissão de conhecimentos relativos à manipulação de ervas e raízes, e das orações, se dá através de práticas sociais cotidianas no ‘fazer-se’ dessas comunidades (CRUZ, 2010, p.922).

A tradição de partilhar concepções de como se relacionar com a natureza e técnicas de manejo que preservem os recursos naturais é uma das formas de manter vivas essas relações como também de preservar a própria natureza. Portanto,

Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES *et al*, 2000, p.20).

Assim, o saber tradicional tem na oralidade e no ato de aprender fazendo, na observação cotidiana, seus principais meios que as comunidades tradicionais utilizam para manter e transmitir seu conhecimento muitas vezes secular. Nas palavras de Pereira e Diegues, “[...] transversal às demais características intrínsecas às populações tradicionais expostas anteriormente, encontra-se a transmissão oral como mecanismo de difusão, a qual estabelece uma relação contínua com os conteúdos disseminados [...]” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p.40).

Todas essas representações simbólicas, relações de produção e relações sociais das culturas tradicionais são construídas em tempos e espaços diferenciados da sociedade capitalista. O tempo dessas comunidades tradicionais é o tempo do ciclo da natureza, ou seja, o tempo do trabalho para obter sua própria subsistência, é o ciclo natural dos recursos naturais. Assim como afirma Cruz que

No Guaporé o tempo da natureza é que indica as atividades das populações remanescentes de quilombos. Outra atividade extrativista é a coleta e a

quebra da castanha. Ela começa a cair no mês de novembro, mas as pessoas só podem iniciar a coleta e a quebra em fevereiro, quando ela já acabou de cair, pois se um ouriço cair na cabeça de alguém dificilmente ele escapa com vida (CRUZ, 2010, p.921).

Brandão (2007) coloca que, apesar das comunidades do campo possuírem uma relação parcial com o mercado, o tempo e o espaço para a reprodução social e obtenção de subsistência destas comunidades é, em grande parte, o tempo do ciclo natural dos recursos.

O que aproxima comunidades indígenas (entre isoladas contatadas, integradas), comunidades quilombolas e as ainda existentes (e cada vez mais raras), comunidades regionais camponesas semi-isoladas, é o fato de que, entre elas, para quem o tempo ainda é mais “comida” do que “dinheiro”, o correr da vida se passa no interior de uma natureza ainda muito pouco socializada. [...] Como uma boa parte do que se obtém para o sustento familiar e a reprodução da vida coletiva é obtido da natureza, por coleta, caça e pesca, os espaços da vida e do trabalho ainda são, em uma larga medida, os da própria natureza (BRANDÃO, 2007, p. 51).

Para reforçar ainda mais esta ideia, de acordo com Brandão, os seringueiros do Acre revelam sua relação com o tempo e espaço da natureza quando dizem que “[...] a medida de minutos ou de horas pode ser dada pelo tempo de coletada seringa em uma árvore, e a medida de um dia é a soma das coletas de várias árvores, mais os deslocamentos entre a casa (a “colocação”) e elas” (Ibidem, 2007, p. 51).

A partir do momento que se tenta entender melhor essas diversas representações, talvez se possa compreender o quanto é inconcebível para essas comunidades a construção de hidroelétricas no meio da floresta, por exemplo.

Todos os elementos colocados ao longo do texto são importantes para uma análise da compreensão atual sobre o que são as comunidades tradicionais. Porém, estes mesmos elementos são passíveis a influências e/ou deformações em suas culturas tradicionais? A consequência disto pode vir a acarretar a descaracterização de um grupo social quanto uma comunidade tradicional?

Comunidades tradicionais ao longo do tempo sofrem e sempre sofreram diversas influências. Sobre este ponto, Diegues primeiramente vai dizer que uma das razões de perda ou de deformação das culturas tradicionais é devido ao fato da uniformização cultural produzida pela sociedade capitalista (DIEGUES, 2002, p.93).

Corroborando com esta afirmativa, Brandão (2007) vai acrescentar que essa uniformidade produzida pela sociedade capitalista é colocada em todas as esferas de produção e reprodução social no campo.

Pois de fato bem sabemos que a junção do capital flexível, as novas tecnologias aplicadas sobretudo à pecuária e à monocultura e, como sua “ciência”, sua lógica e sua ideologia invadem tanto o campo rural quanto todos os outros campos da vida (no sentido agora conferido por Pierre Bourdieu a essa palavra), ora propondo e ora impondo uma outra ética dirigida à criação de saberes, valores, sentimentos e sociabilidades que gerem modos de vida tão “modernos” que terminem, sabendo disso ou não, inteiramente submetidos a essa nova racionalidade (BRANDÃO, 2007, p. 40).

Com essa nova lógica, as populações tradicionais se vêem obrigadas a se recriarem para sobreviver a essa racionalidade, até porque elas não estão isoladas deste tipo de influência. Inclusive para o avanço do capital no campo é interessante manter a sua existência. Para corroborar com esta ideia, Brandão (2007) vai dizer que o grupo familiar tradicional não é marginal à expansão do capital agrário e nem é uma experiência social em extinção. Ao contrário, ela é orgânica e essencial à expansão do capitalismo, seja no campo, seja nas florestas (Ibidem, 2007, p.45).

Com outras palavras, Diegues (2002) caminha em direção semelhante a Brandão quando constata que a articulação do modo de produção capitalista com uma comunidade tradicional nem sempre tem levado a destruição da pequena produção mercantil. Pelo contrário, tem se apropriado da produção artesanal.

Sendo assim, as comunidades tradicionais são obrigadas a absorver em parte valores e costumes, mas isso não significa abandonar sua cultura, nesta constante construção a cultura não é algo estático.

As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos pequena produção mercantil. A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos (Ibidem, 2002, p.94).

Isto é tão verdade que as comunidades, através de diversos meios, também constroem formas de resistência ou alternativas a racionalidade capitalista. Seja ela

Pela via da questão agrária, pela via da questão ambiental, pela via dos direitos humanos ou por outras vias de enfrentamento que a elas se somam e com elas interagem, são inúmeras as unidades de ações sociais que se opõem à racionalidade, ao poder e aos interesses da expansão globalizada do capital no campo, como propõem, no bojo de suas diferentes contra-racionalidades, outras e opostas alternativas de gestão social de tempos e de espaços, de vidas e de mundos de vida e de trabalho (BRANDÃO, 2007, p.41).

Com isso, devemos ter o entendimento de que o pescador não vai deixar de ser pescador somente porque entrou em contato com outra cultura, como se esse contato fosse algo proibido ou pecaminoso, colocando-o numa bolha isolada. Uma análise como esta é equivocada, pois pescador só sabe se é pescador – apesar de ter tido contato com todas as formas, seja material, seja simbólica, de outra cultura que não a dele – somente se reconhecendo no outro e se afirmando como tal.

1.3 Mulheres do Povoado Pontal, SE: extrativistas da terra firme e da terra molhada

O Povoado Pontal, devido a sua localização geográfica em uma ponta de terra, é um povoado privilegiado, pois é banhado em boa parte de sua extensão pelo Rio Real, estando a 106 km da capital de Sergipe, Aracaju.

De acordo com relatos e alguns estudos feitos na região (DANTAS, 2010; ROCHA, 2012), a origem e a formação do povoado ocorreu a partir da ocupação por algumas famílias. A primeira família a povoar Pontal, foi a família do Sr. Gonçalo do Papagaio, em 1830. Em segundo, foi a família composta por parentes da Sra. Joaquina Maria da Conceição, em 1840. No ano 1965, foi a família do Sr. Marcos Evangelista do Nascimento. Em seguida, por volta de 1970, chegou a família do Sr. João José Torres, onde se fixou e iniciou a criação de coco.

Essas famílias, consideradas fundadoras de Pontal, foram se relacionando entre si e, a partir disso, concentram boa parte da estrutura fundiária do povoado. Povoados e comunidades, compostas, basicamente por famílias nucleares pertencentes a diversas gerações, podem ser chamadas de famílias extensas (WOLF, 1970 apud FRAXE, 2011). Sendo assim, o povoado Pontal é uma comunidade com predominância de famílias extensas, tanto com gerações das famílias fundadoras, como de gerações de famílias mais recentes e vindas de outros lugares.

Com o passar dos anos, as famílias proprietárias das terras, foram marcando suas áreas e vendendo seus lotes e a população de Pontal foi crescendo.

Em 1989, devido à exibição da novela *Tieta do Agreste* produzida pela Rede Globo em Mangue Seco, o povoado Pontal, um dos principais acessos a Mangue Seco, ficou em evidência, o que atraiu investimentos do setor de turismo. Com o turismo e suas belezas naturais, as terras de Pontal se tornaram mais valorizadas e passaram a ser mais procuradas por pessoas de outras localidades, tanto para morar como para construir casas de veraneio. Este fato em certa medida contribuiu para que as catadoras perdessem ainda mais espaço para a realização do extrativismo da mangaba.

Com o desenvolvimento da população local, atualmente o povoado está organizado em três ruas principais. A primeira, é em frente ao Rio Real, que pode ser chamada de Rua da Frente ou Francisco Alves Torres. A segunda rua é a Rua de Trás, que corta povoado por dentro. Há pouco anos, criaram a terceira rua principal chamada de Rua das Mangabeiras, rua perpendicular às outras e com ocupação populacional mais recente.

Até o ano de 2012, a principal via de acesso ao povoado era uma estrada de terra. Para melhorar o acesso da população local, facilitar o acesso aos turistas e melhorar o acesso a Aracaju, a rodovia que dá acesso ao povoado Pontal/Convento foi inaugurada em 2012. Em seguida, e da interligação do litoral sul com a conclusão da Ponte Gilberto Amado, inaugurada em 2013.

A paisagem de Pontal não se alterou somente com o aumento da população, mas também com a inserção e atividade monocultura do coco, trazida pelas primeiras famílias que habitaram no povoado, em meio as vegetação de várias árvores como mangabeiras, mangueiras, cajueiros, murici, jaqueiras, e etc. A monocultura do coco junto com a pesca eram algumas das atividades econômicas realizadas no povoado.

De acordo com os relatos colhidos durante a pesquisa a atividade da pesca também é uma atividade antiga no povoado. Dentro da pesca havia a divisão sexual do trabalho, pois pescar o peixe era atividade considerada masculina e pegar o marisco era atividade feminina. Apesar disso, o reconhecimento como marisqueira só ocorreu recentemente.

O trabalho extrativista da mangaba começou a ter visibilidade a partir de estudos inicializados em 2003 (MOTA; SILVA JÚNIOR; SCHMITZ, 2005; MOTA et al., 2011; MOTA et al., 2012) em Pontal e em outras localidades de Sergipe. Sendo assim, a fruta aos poucos foi se valorizando em todo o estado. Com sua valorização, os proprietários de algumas

áreas com pés de mangaba em Pontal intensificaram o fechamento das áreas e até mesmo começaram a cortar alguns pés para evitar que as catadoras entrassem para realizar a atividade extrativista. Atualmente, a atividade da cata da mangaba também compõe o conjunto das atividades econômicas realizada em Pontal, sendo que em outras localidades é considerada como a renda principal. Devido a todo o processo extrativista da mangaba no estado, as mulheres se reconhecem enquanto catadoras de mangaba.

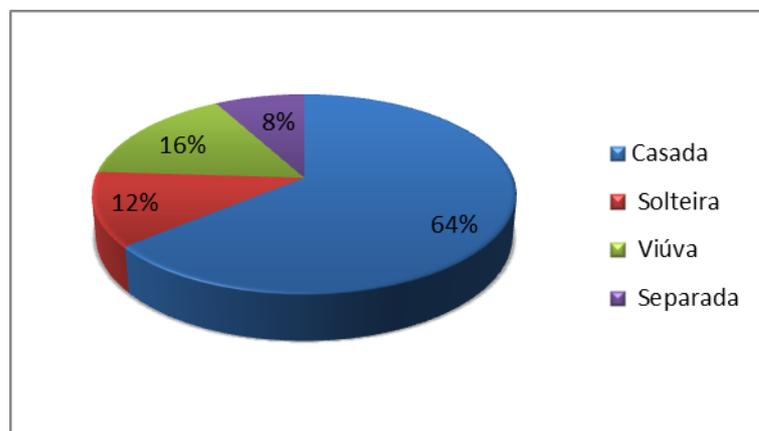
Dentre as atividades econômicas desenvolvidas em Pontal, o trabalho das mulheres está associado às atividades da mariscagem e do extrativismo da mangaba. Sendo assim, é através dessas duas atividades que as mulheres se reproduzem socialmente. Para compreender melhor quem são essas mulheres e sua contribuição para reprodução social da comunidade de Pontal, construímos um breve perfil deste grupo social.

1.3.1 Breve Perfil das Mulheres do Povoado Pontal

Com o objetivo de compreender um pouco mais as mulheres do povoado Pontal, traçamos um breve perfil socioeconômico, a partir das 25 entrevistas concedidas para a pesquisa.

De acordo com as entrevistadas, ao questionarmos sobre a situação conjugal atual, 64% responderam que são casadas (Gráfico 01). Independente da situação conjugal, a maioria das mulheres são responsáveis pelo cuidado dos filhos, residem em Pontal junto a seus pais, pois eles também ajudam no cuidado dos netos, porém em casas separadas.

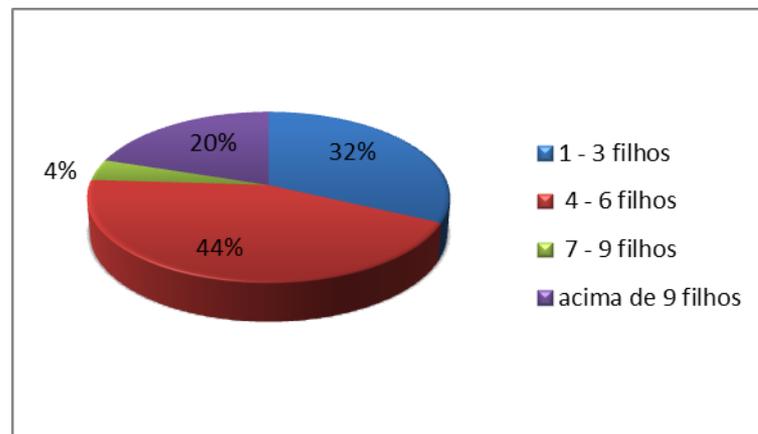
Gráfico 01 - Situação Conjugal das entrevistadas.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

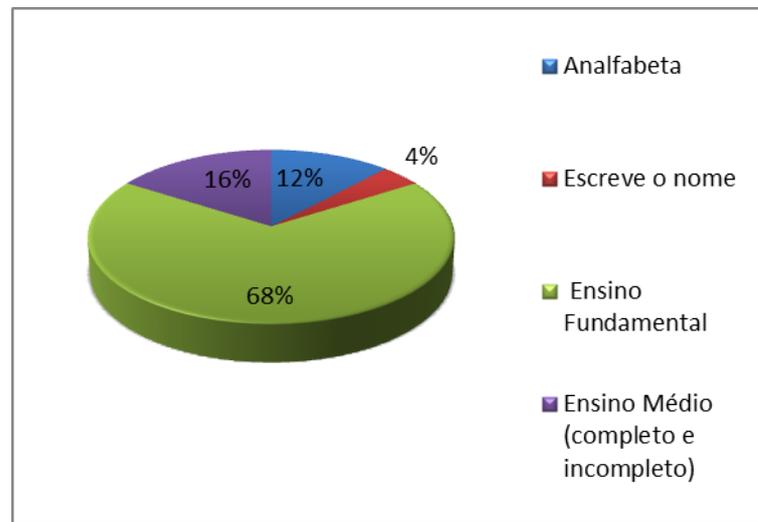
A maioria das mulheres possui entre 4 a 6 filhos (Gráfico 2). A criança ou adolescente de Pontal participa do processo do trabalho, tanto da pesca como da mangaba, em torno de 7 a 8 anos de idade, socializando-se logo cedo neste trabalho e colaborando dessa maneira com a reprodução da própria família que está inserida. Sua disponibilidade de tempo para contribuir no trabalho familiar é determinada de acordo com o horário ou período escolar. A inserção da criança ou do adolescente, geralmente, é na etapa da produção e do beneficiamento. Sendo assim, sua inserção na unidade produtiva familiar é significativa, pois sua posição muda de consumidor para produtor.

Gráfico 02 – Quantidade de filhos.



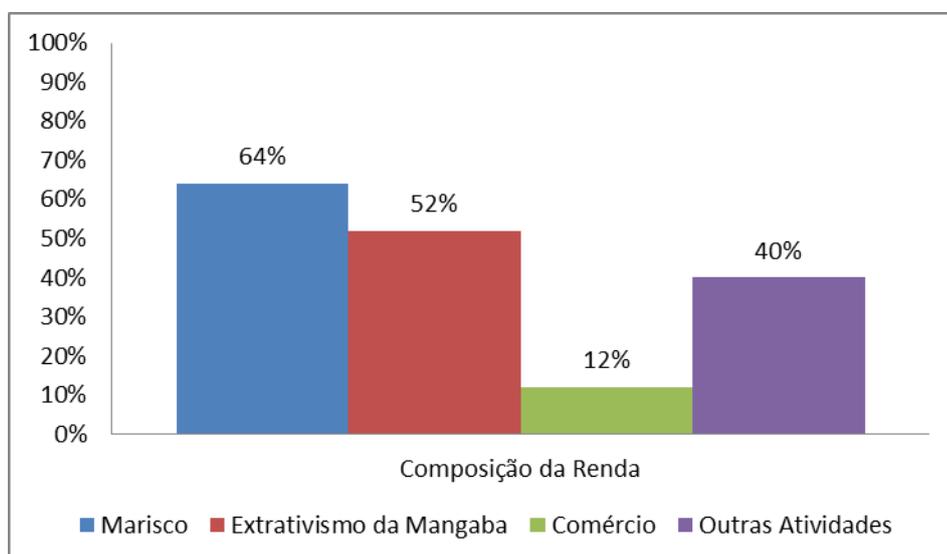
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Com relação ao Grau de Escolaridade (Gráfico 3), 68% das entrevistadas pararam em alguma série do Ensino Fundamental. Somente 16% das mulheres passaram para o ensino médio, sendo que 8% não concluíram e 8% concluíram. Uma das razões que explica a baixa escolaridade entre as mulheres é o fato de serem inseridas na atividade da mariscagem ou na cata da mangaba desde a infância, o que explicita, em mais um momento, o papel formador do trabalho e em seu modo de vida na comunidade local. Um outro motivo deve-se ao fato de serem mães muito jovens, sendo assim, largam a escola para irem trabalhar. Apesar da baixa escolaridade, as mulheres fazem questão de garantir seus filhos na escola, independente se vão continuar na atividade do marisco ou da mangaba.

Gráfico 03 – Grau de Escolaridade.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

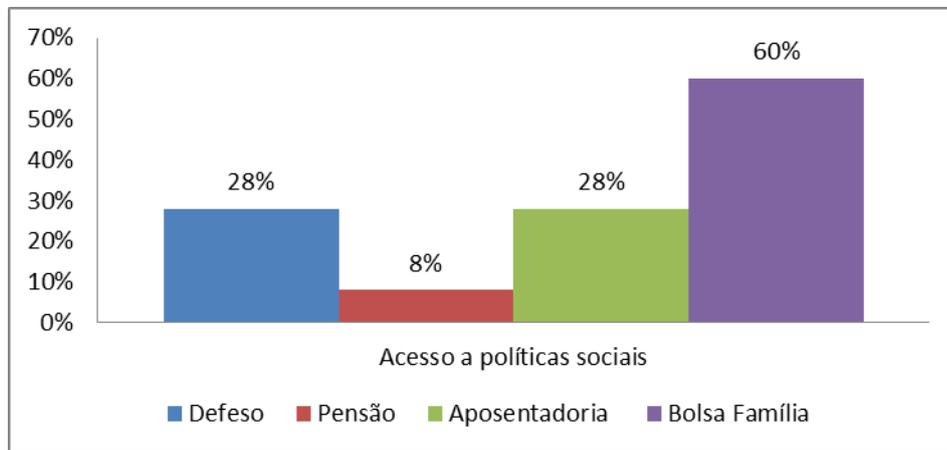
A renda da mulher é composta por mais de uma atividade. Porém, 64% das mulheres praticam a pesca do marisco como uma de suas atividades. O extrativismo da mangaba representa 52%. O comércio que representa 12%, geralmente, é localizado na própria residência das mulheres. Os tipos de estabelecimentos comerciais são: bar, restaurante, mercearia e lanchonete. Com relação a outras atividades exercidas que totalizam 40%, estão divididas em trabalhos como o coco, faxina, lavar roupa, cuidar de casas e turismo. Conforme mostra a Gráfico 4.

Gráfico 04 – Composição da Renda.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Com relação ao acesso às políticas sociais (Gráfico 5), a bolsa família se destaca com acesso de 60% das mulheres entrevistadas. O acesso ao seguro defeso gira em torno de 28%. O seguro defeso é disponibilizado todos os anos no período em que a pesca do camarão e do caranguejo uçá estão suspensos. Para receber o defeso, tem que estar associada à colônia de pescadores e possuir a carteirinha de pescadora artesanal, porém a dificuldade se encontra em fazer a carteirinha da pesca. Muitas relatam que é bastante difícil, pois todo o processo até receber a carteirinha pode levar até anos.

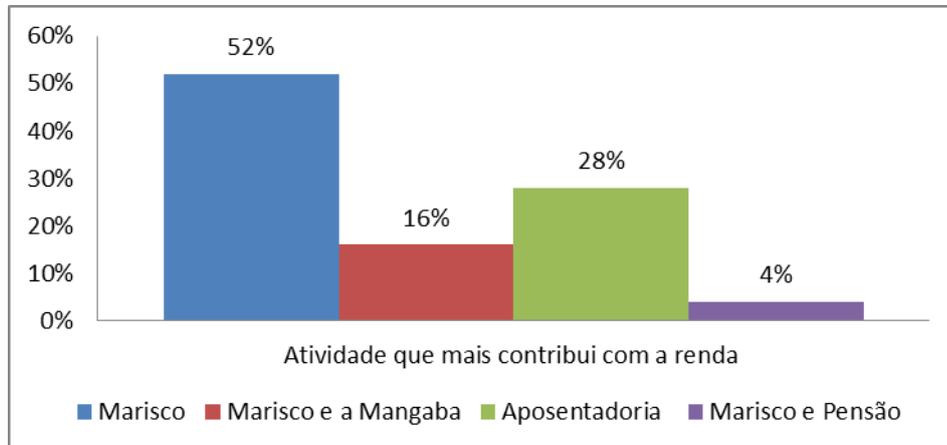
Gráfico 05 – Acesso a políticas sociais.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ao perguntarmos sobre a atividade que contribui mais com a renda (Gráfico 6), 52% respondeu a atividade da pesca do marisco. Algumas mulheres responderam que a renda está associada ao marisco e mangaba representando 16%. As mulheres que responderam que a maior parte da renda vem da aposentadoria ressaltaram que, antes de estarem aposentadas, a maior parte era do marisco, em segundo era do extrativismo da mangaba e em terceiro do coco.

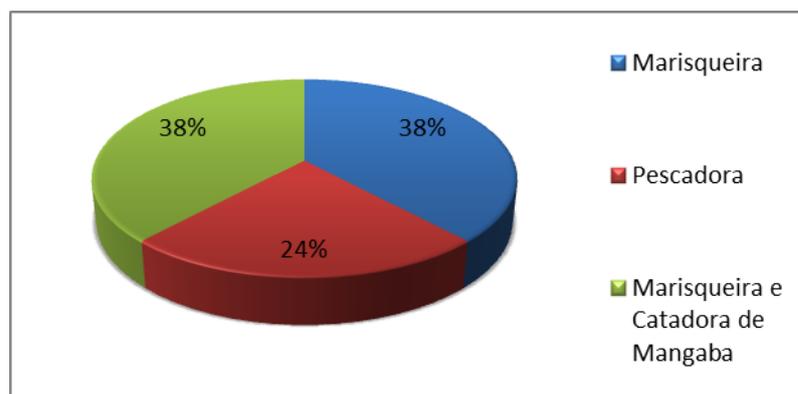
Gráfico 06 – Atividade que mais contribui com a renda.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Diante disso, podemos perceber que a atividade do marisco se sobressai como atividade principal para as mulheres do povoado Pontal. Sendo assim, ao perguntarmos a profissão de cada entrevistada (Gráfico 7), 38% responderam serem marisqueiras, 38% responderam marisqueiras e catadoras de mangaba e 24% responderam ser pescadoras.

Gráfico 07 – Profissão das entrevistadas.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As entrevistadas que responderam serem marisqueiras deve-se a dois motivos: o primeiro, por relacionar essa atividade ao gênero feminino, pois em para elas o homem é pescador por pescar peixe e o caranguejo e a mulher é marisqueira; o segundo é devido à importância que essa atividade tem em suas vidas e de sua família. As mulheres que responderam serem pescadoras afirmam não ter diferença entre os trabalhos e por isso se

consideram pescadoras. Já as mulheres que responderam ser marisqueiras e catadoras de mangaba, deve-se ao fato de atribuírem a mesma importância para as duas atividades, já que ambas contribuem para a renda.

Tudo isso mostra alguns elementos valiosos. Primeiro, a importância do trabalho para as famílias locais e seu papel de recriação de elos, laços e pertencimento comunitários, bem como representa possibilidade de reprodução social e formação dessas pessoas; em segundo lugar, o modo de vida existe em profunda simbiose com os ciclos naturais, permitindo a combinação e o fino diálogo entre a produção ecológica e a reprodução social em termos materiais e simbólicos em determinado território; terceiro, o mundo do trabalho é a “escola” de muito, de seus processos de socialização; e, por fim, a combinação disso tudo deságua na própria ideia de reprodução social da comunidade e individual das pessoas, onde a pesca e a coleta de mangaba são eixos importantes.

CAPÍTULO II – Trabalho na terra molhada e na terra firme: contribuições para a reprodução social das mulheres do povoado Pontal.

2.1 Mulheres no trabalho na terra molhada

A pesca é uma atividade bastante antiga realizada pelo homem com o objetivo de atender, a princípio, necessidades básicas de alimentação. Apoiado nessa noção, Diegues (1983; 2003) vai afirmar que a atividade da pesca nas sociedades primitivas foi uma atividade importante para se garantir o alimento e que essa atividade surgiu, inclusive, antes da agricultura. E complementa dizendo que “sem dúvida, anteriormente a captura do pescado, o homem primitivo era um coletor de moluscos” (DIEGUES, 1983, p.13).

Ao tocarmos no trabalho da pesca em comunidades pesqueiras tradicionais, em nosso imaginário, normalmente, surge a figura do pescador, desbravador dos mistérios do rio ou do mar e responsável por ser o provedor da renda e da subsistência da sua família. A partir deste olhar, o trabalho feminino na pesca muitas das vezes fica em segundo plano e quando possui alguma relevância não é considerado um trabalho e sim uma “ajuda”.

A divisão sexual do trabalho presente no trabalho da pesca e que contribui na definição do que é o trabalho do homem e o que é a trabalho da mulher, assim como na desvalorização do trabalho feminino em detrimento do trabalho masculino, é uma construção social. Sendo assim, é uma condição naturalizada tanto pelos homens quanto pelas mulheres, das comunidades pesqueiras.

Sendo assim, o trabalho da mulher na comunidade pesqueira é tão importante quanto o trabalho dos homens para garantir a produção e a reprodução social da comunidade. As estratégias encontradas pelas mulheres para atuarem em atividades relacionadas à própria pesca são as mais diversas possíveis, como afirma Maneschy e Álvares (2010), dando exemplos de trabalhos de mulheres na pesca em comunidades pesqueiras litorâneas nas regiões Norte e Nordeste, ao dizer que “[...] quando se faz referência a atividades de pesca realizada por mulheres, trata-se geralmente de tecer redes, beneficiar o pescado, coletar mariscos e algas e pescar nas proximidades [...]” (MANESCHY; ÁLVARES, 2010, p.2).

No caso do Povoado Pontal, as principais atividades desenvolvidas predominantemente pelas mulheres são a coleta de mariscos e o extrativismo da mangaba.

Apesar de possuírem ciclos biológicos diferentes, em alguns momentos durante o ano essas atividades se combinam. Porém, neste ponto nos atentaremos a compreender o desenvolvimento do trabalho da mariscagem. O extrativismo da mangaba, assim como a sociabilidades criadas a partir da combinação das duas atividades serão tratadas nos pontos seguintes.

2.1.1 Trabalho no Mangue

Segundo Oliveira (1993), Vanucci (1999) e Landim (2003), os manguezais são ecossistemas que ocupam uma grande parte dos litorais nas áreas tropicais, localizados em região de entre mares, são formados por uma flora fluvial, tolerantes a alta salinidade, solo lodoso, faixa de entre marés, associados no geral a estuários e lagunas costeiras. Além do que, são importantes ecossistemas que ligam o ambiente marinho ao ambiente terrestre.

Os manguezais oferecem uma série de condições para o desenvolvimento de diferentes animais. Para algumas espécies animais, os manguezais podem servir como refúgio de predadores, fonte de alimentos, espaço reprodutivo, habitat em uma determinada fase de desenvolvimento ou em todo desenvolvimento de uma espécie, etc.

Assim como, a terra e a água são considerados meios de subsistência para utilização do homem (MARX, 2006), o mangue é principal meio de subsistência para diversas comunidades tradicionais. Como já discutimos no capítulo anterior, aqui é pelo trabalho que essas comunidades garantem seu alimento, sua renda, constroem práticas e saberes, - elaboram relações sociais e relações com a natureza peculiares. Em outras palavras, é na relação com esse ecossistema que muitas comunidades produzem e se reproduzem socialmente.

Uma das atividades laborais realizadas nesse ecossistema por diversas comunidades é a atividade da mariscagem. A mariscagem é uma especialidade, dentro de gama de saberes e fazeres no trabalho da pesca artesanal, que se caracteriza pela extração de diversas espécies de moluscos e crustáceos.

Em diversos estudos, foi constatado que essa atividade é desenvolvida, principalmente, pelas mulheres (ARAGÃO, 2011; SANTIAGO; ACCIOLY, 2011; DUMITH, 2012).

No Povoado Pontal, a mariscagem também se constitui como um trabalho exercido pelas mulheres, que mariscam diversas espécies, como: siri, sururu, camarão, ostra, aratu, caranguejo e, massunim. E isso é transcrito por meio das falas das entrevistadas:

Eu sempre gostei de pescar. Buscar siri, camarão...Também pescava de linha, pegar siri também, sururu, ostra... tudo nós catava. (M.I.C.S., 65 anos, do povoado Pontal, SE).

Pescava siri, camarão... Agora... aratu não. (E.M.C., 84 anos, do povoado Pontal, SE).

Pesco aratu só. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal, SE).

Pescava aratu, ostra, sururu, massunim...o trabalho da gente aqui é esse não tem outro trabalho não. Siri...eu não pego não porque é de croa e não consigo pegar, eu não acerto. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal, SE).

Pra comercializar é mais aratu. Pra comer é sururu, ostra. (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal, SE).

Assim como todo trabalho é construído teleologicamente para uma determinada finalidade, o trabalho das mulheres no mangue também. Sendo assim, a extração de cada espécie estará voltada para a finalidade que cada marisqueira quer com aquela produção, seja para consumo seja para venda. Geralmente, no trabalho no mangue as marisqueiras extraem mais de uma espécie, mas há casos de marisqueiras que catam somente uma espécie.

A partir da Tabela 1, podemos visualizar a porcentagem de cada espécie extraída pelas mulheres em Pontal.

Tabela 1 - Nome vulgar das espécies, seus nomes científicos/família e a porcentagem de cada espécie extraída pelas mulheres em Pontal.

Nome Vulgar das Espécies	Nome Científico das Espécies/Família	%
Siri	<i>Callinectes danae</i>	72%
Sururu	<i>Mytilus falcata</i>	52%
Camarão	Penaeidae (família)	48%
Ostra	<i>Crassostrea rhizophorae</i>	40%
Aratu	<i>Goniopsis cruentata</i>	80%
Caranguejo	<i>Ucides cordatus</i>	40%
Massunim	<i>Anomalocardia brasiliiana</i>	8%

FONTE: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com a Tabela 1, o aratu e o siri são as espécies mais extraídas pelas marisqueiras nesta localidade. Segundo as entrevistadas, o motivo maior para a extração dessas duas espécies deve-se ao fato das espécies lhes permitirem auferir maior renda para casa, para a família. Para fins de subsistência, as marisqueiras, geralmente, catam a ostra, o sururu e o massunim, sendo que o sururu é a espécie mais extraída para essa finalidade. O caranguejo é pouco extraído pelas mulheres, uma vez que o trabalho é considerado um trabalho masculino devido o seu grau de dificuldade pelas mesmas, como afirma a entrevistada ao justificar o porquê não extrair o caranguejo “Caranguejo não pegava não. Caranguejo é só pra homem, porque é em mangue fechado. Ali só pra eles mesmos.”(L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal, SE). Isso mostra que o trabalho é também definido por outros valores sociais, simbólicos.

Para realizar o trabalho de extração das espécies, alguns conhecimentos sobre o ecossistema de manguezal é de fundamental importância, um deles é domínio sobre as dinâmicas de marés. Segundo relatos, a maré banha o mangue durante 6 horas e passa 6 horas vazando, isso ocorre duas vezes no dia. A cada dia da semana os horários da maré de banhar ou vazar vão se alterando, como afirma V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal, SE: “A cata depende do horário da maré. Cada dia a maré fica mais tarde”.

A partir desse conhecimento, as mulheres relacionam a espécie a ser catada a uma maré específica, como vemos nas falas a seguintes.

O aratu depende do horário da maré, é no horário que ela desocupa o mangue. Quando a maré tá seca é a mesma maré para o aratu e para o caranguejo.(J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal, SE).

Sururu de esteira é bom na maré grande. O sururu de lama na maré grande. E tem gente que pega em todas as marés. Às vezes agente vai pro aratu, e quando vêm traz ostra, sururu, aratu, siri... aí depende da maré. A gente vai para o aratu, aí a maré tá cheia, agente diz “vamos pegar siri enquanto a maré seca”. Aí pega siri, e quando a maré seca, pega o aratu. (M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal, SE).

Só é ruim maré morta. É que chama de quebra que não invade o mangue, só fica na beirada do mangue e o mangue fica tudo seco. Aí os aratu fica ruim de pegar por que eles não pega na isca. Com a maré seca eles comem toda hora aí fica difícil de pegar. Quando é maré molhando, invade o mangue e depois sai, aí a gente vai. Aí é maré boa. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal, SE).

Maré morta ela não molha todos os mangues, aí fica seco e ninguém trabalha. A maré grande ela toma tudo, molha tudo, quando ela tá seca agente vai trabalhar. A de lançamento que é bom pra pegar camarão. Lua cheia é maré grande. Não tem lua não maré morta. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal, SE).

Segundo os relatos, torna-se evidente que conhecimento sobre a natureza é imprescindível para a realização do trabalho da mariscagem, pois através dele que se apreendem as dinâmicas das marés e dos ciclos biológicos das espécies para que daí o ritmo e o tempo de trabalho da mulher se coadune com o tempo e o ritmo da natureza, especialmente sobre a espécie a qual será extraída, ou se a cata de uma espécie pode ser combinada com o de outra espécie.

Podemos perceber também que o conhecimento da dinâmica do mangue é compreendido de forma desigual pelas marisqueiras, o que não quer dizer que seja insuficiente ao ponto de inviabilizar a cata do marisco, um exemplo disso é que houve poucos relatos sobre a relação da dinâmica das marés com as fases da lua.

Com relação ao acesso aos manguezais, as mulheres costumam ir a pé ou de canoa, conforme relata a entrevistada “Não tem barco, ia de pé pela lama.” (E.M.C., 84 anos, do povoado Pontal/SE). A canoa pode ser movida a remo ou pode ser motorizada, podendo ser de uso e propriedade particular de uma família ou de uso e propriedade compartilhada entre famílias ou entre vizinhas, conforme mostra o relato “Tem barco, tem motor. Quando saia do mangue, saia já cansada pra remar de lá pra cá. Aí, agente se juntou nós duas e compramos também um motorzinho.”(C.L.F., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

De acordo com Estatística Pesqueira da Costa do Estado de Sergipe e Extremo Norte da Bahia, realizada em 2010, no povoado Pontal possui um porto controlado que se refere ao porto do Pontal que dá acesso ao mangue pelo rio Real. De acordo com a o Presidente da Colônia de Pescadores, em Pontal, existiam mais 6 portos (Dionísio, Batato, Mataré, Sapueiro, Pitandel de Baixo, Pitandel de Cima) não controlados, porém esses portos foram fechados. Para se ter acesso a esses portos a comunidade local tinha que passar por propriedades particulares, devido ao fechamento de algumas propriedades e uma proibição mais rigorosa dos donos causou o fechamento dos portos. Apesar disso, ainda existe um outro porto, chamado de Porto do Papagaio (Figura 3), não controlado e próximo a propriedades particulares, mas que continua funcionando. Sendo assim, este porto também dá acesso ao mangue, porém pelo Rio de Dentro.

Figura 3 – Porto do Papagaio.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Pensar o trabalho significa relacionar as condições que a natureza oferece as possíveis formas, alternativas e instrumentos para alcançar determinada finalidade com a transformação da mesma. A partir disso, o trabalho da mariscagem permitiu a criação de práticas e instrumentos de captura peculiares para que se realize o trabalho. Sendo assim, “[...] o conhecimento do comportamento das espécies marinhas implica no uso de técnicas de capturas adaptadas às condições variantes. Assim, cada nicho ecológico e mesmo para cada espécie aí existente há necessidade de um instrumento diferente.” (DIEGUES, 1983, p.94).

Os materiais a serem utilizados na extração de suas respectivas espécies são os mais diversos, como mostra a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2. Artes/petrechos utilizados na pesca em Pontal e suas respectivas espécies (nome vulgar).

Nome Vulgar das Espécies	Artes/petrechos utilizados na pesca
Siri	jereré ou siripóia, gancho ou fiska, rede de calão ou redinha, facão, covo
Sururu	faca, coleta manual
Camarão	rede de calão, tarrafa, coleta manual
Ostra	faca, coleta manual
Aratu	vara com linha e balde, coleta manual
Caranguejo	redinha, coleta manual
Massunin	coleta manual

FONTE: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com o relato das mulheres, esses materiais são os mais utilizados na atividade da mariscagem. Alguns materiais são específicos para a captura de uma determinada espécie, porém uma mesma espécie possui mais de um material a ser utilizado para a captura conforme mostra a Tabela 2. Além disso, podemos perceber que alguns materiais são comuns a espécies diferentes, a exemplo da redinha de calão que serve tanto para a captura do siri, assim como para o camarão.

Além dos instrumentos a serem utilizados, o conhecimento sobre a forma ou a prática tradicional na captura do marisco também é importante. Esses saberes são construídos, acumulados e aperfeiçoados ao longo do tempo pela própria comunidade pesqueira como formas peculiares de pesca. Para uma melhor compreensão da prática de captura das espécies, os materiais citados pelas entrevistadas foram caracterizados e descritos como mostra a Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Principais artes/petrechos de pesca, assim como, suas características e formas utilizadas pelas mulheres do povoado Pontal/SE.

Nome	Descrição
Linha	Qualquer arte de pesca que envolva uma linha e iscas.
Jereré ou Siripóia)	É uma rede fixada a uma armação redonda de madeira ou de ferro, possuindo um formato de cone.
Gancho ou Fisga	É uma haste de madeira com uma das extremidades bifurcadas, podendo ser confeccionada no próprio mangue ou não.
Coleta Manual	Sururu: coletado manualmente ou com ajuda de uma faca.
	Caranguejo: coleta manual introduzindo o braço no buraco do caranguejo.
	Ostra: coletado manualmente ou com ajuda de uma faca.
	Massunin: coletado manualmente ou com ajuda de uma faca.
	Camarão: coletado manualmente em águas rasas do estuário. Podendo ser chamado de cochicho.
Aratu: coletado manualmente com uma luva através da sua imobilização com o feixe de luz de uma lanterna. Esse tipo de coleta se realiza a noite.	
Redinha	É uma malha presa de uma lado a outro no buraco do caranguejo, por dois gravetos. Podendo também deixar uma das extremidades soltas. Porém, este material é proibido pelo Ibama na cata do caranguejo.
Tapa	É uma técnica que consiste em tapar o buraco do caranguejo, com lama ou galhos e folhas do mangue, para dificultar a respiração da espécie, e quando saírem do buraco facilitar a captura.
Rede de Calão ou Redinha	É uma rede de arrasto com duas madeiras ou calões nas extremidades.
Tarrafa	É uma malha de nylon com chumbos nas pontas. Ao ser lançada ela se abre formando um círculo, e ao cair na água com a ajuda do chumbo ela se fecha.
Facão	Utensílio com uma lâmina presa a um cabo feito de madeira ou de plástico.
Covo	Armadilha confeccionada em madeira e em formato cilíndrico.

FONTE: Dados da pesquisa (2014).

Na extração do aratu, os materiais utilizados são o balde, uma vara e uma linha (Figura 4). A vara é confeccionada com galho fino de uma árvore de manguezal do próprio local. A isca utilizada na captura também é preparada no local e presa na linha, pode ser um aratu ou uma outra espécie de crustáceo, cujo o nome popular é “almofadinha” (Figura 5). Feito isso,

as mulheres se apoiam, em pé ou sentadas, nas raízes das árvores, tentam ficar paradas e começam a assobiar, a cantar, a chamar os aratus emitindo sons como “rururururururu” ou batendo os galhos nas raízes das árvores do mangue. Em outros estudos, esta prática de cata do aratu também é desenvolvida por mulheres como em na comunidade pesqueira de Mem de Sá/SE (ARAGÃO, 2011) e em Barra dos Carvalhos/BA (SANTIAGO; ACCIOLY, 2011).

O aratu é com a vara e o balde. Senta lá em cima, balança a folhinha e eles vem tudo. Pra chamar o aratu eu gosto mais de assoviar...assovio e pronto. Mas a maioria das pessoas só gosta de tá “rururururu”. Na hora que chega no mangue, só escuta isso direto. (M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal, SE).

A gente leva o balde, uma vara com a linha. Chega lá agente sobe na gaiteira, pega umas folhas, bate as folhas, aí fica sentada e fica quieta. Aí vão saindo do buraco e vão chegando. Aí a gente fica movimentando a vara só com a mão. A gente bota ou um pedacinho de outro aratu, ou um tipo caranguejinho miudito, a gente chama almofada. Aí agente amarra na linha, fica balançando e eles vem. Quando eles tã por lá tem cantar, tem que assobiar. (J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal, SE).

Figura 4 – Mulher pescando o aratu.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Figura 5 – Espécie de Crustáceo utilizado como isca.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

O fato de associar a emissão de um som como uma estratégia de atração do animal é um saber bastante comum e difundido por toda a comunidade. Uma outra forma de capturar o aratu é catando-o à noite. Essa prática consiste em catar o aratu jogando um feixe de luz através de uma lanterna direto no animal, deixando-o imóvel, pegando-o com a mão e colocando no balde. Como afirma a marisqueira, “O aratu quem sabe é melhor de noite. Na maré cheia eles estão tudo trepado na galha, aí você joga a lanterna e pega o aratu.” (J.M.S., 30 anos, do povoado Pontal, SE). Essa prática também é desenvolvida em outros locais, a exemplo da Reserva Extrativista de Canavieiras na Bahia (DUMITH, 2012). Todavia, a atividade da cata do aratu ocorre na parte da noite, o que não é algo visto como positivo por algumas mulheres, como afirma marisqueira “Eu já não vou à noite, porque de dia já é arriscado, imagine a noite. Eu merma tenho medo de ir e me cortar.” (V.M.S., 26 anos, do povoado Pontal, SE).

No caso do siri, para essa mesma espécie o lugar a ser capturado determina o uso do instrumento a ser utilizado e a forma de pesca. O siri pescado no próprio mangue, os instrumentos a serem utilizados são o gancho (ou fisga) e o covo. A fisga é confeccionada a partir de um galho de árvore do próprio mangue, contendo uma das pontas bifurcadas na qual tem o objetivo de prender a espécie. O covo é uma armadilha confeccionada em madeira e em formato cilíndrico (Figura 6). O siri pescado na croa, os instrumentos utilizados podem ser o jereré (ou siripóia) (Figura 7) ou a rede de calão. Como descrevem as marisqueiras a seguir.

O siri é com gancho. Mas aí a gente faz lá no mangue mesmo. Agente vê o siri assim...de baixo d'água assim...vai com gancho, presilha ele e pega. (C.L.F., 40 anos, do povoado Pontal, SE).

Siripóia (isca amarrada no jereré). (J.C.S., 47 anos, do povoado Pontal, SE).

Siri é de linha. Siri agente amarra a isca no pedaço de cordão né. Aí joga e espera o siri vim. Ali agente vai com o jereré só mariscando. (L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal, SE).

Eu só tenho jeito de pegar siri com o facão. Quando a maré tá cheia, ele vai andando...aí você vai por cima dos pau, andando assim... quando vê ele, eu boto o facão em cima do casco e pego. Eu não consigo pegar com a fisga, já meu menino só pega com aquele negócio, a fisga. (M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal, SE).

Figura 6 e 7 – Covo e jereré, respectivamente.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

A rede de calão (ou redinha) é um instrumento de arrasto composto por uma rede e duas madeiras ou calões presas nas extremidades da rede. Seu manuseio se dá no arrasto dos calões por duas pessoas (Figura 8). Esse instrumento também é utilizado na captura de camarões.

Figura 8 – Rede de calão ou redinha.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

A partir dos relatos, podemos perceber as diversas estratégias e instrumentos para a captura de uma mesma espécie. Segundo, Diegues “[...] às vezes, mesmo para a mesma espécie, como a tainha, por exemplo, dependendo de sua fase de crescimento, da época de migração, o pescado necessita de conhecimentos e apetrechos de pesca diferentes.” (DIEGUES, 1983, p. 99).

Ainda sobre a captura do siri, o uso do facão, por exemplo, é um novo conhecimento agregado no saber/fazer na pesca dessa espécie, devido à dificuldade de desenvolver a habilidade tradicionalmente repassada na comunidade pesqueira. Sendo assim, alguns indivíduos desenvolvem formas diferentes acrescentando ainda mais no saber fazer da cata, no nosso caso na cata do siri.

Exceto o uso do facão, todas as outras artes de pesca dessa espécie também são utilizadas em outras localidades como em Barra dos Carvalhos (SANTIAGO; ACCIOLY, 2011), Acupe (SOUTO, 2004) e na Reserva Extrativista de Canavieiras na Bahia (DUMITH, 2012) na Bahia. Já na comunidade pesqueira de Mem de Sá/SE (ARAGÃO, 2011), a única arte utilizada na pesca do siri que coincide com a arte utilizada em Pontal, é a fisga ou o gancho.

No caso do camarão sua captura pode se efetuada com rede de calão (ou redinha), manualmente (ou cochicho) ou de tarrafa para camarão (Figura 9). Como explicam as marisqueiras

O camarão agente pega de cochicho, como dizem né de mão por debaixo d'agua, ou com tarrafa. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Redinha é uma rede de pegar camarão, uma segura de um lado outra segura do outro, aí agente vai redando, depois tira o lanço. (L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal/SE).

Camarão, de vez em quando, pego na mão de cochicho.(R.C.S., 36 anos, do povoado Pontal/SE).

Figura 9 – Tarrafa para captura do camarão.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Relacionando a outros estudos realizados em comunidades pesqueiras, tanto em Sergipe (ARAGÃO, 2011), como em outras localidades como na Bahia (SOUTO, 2004), a rede de calão e a tarrafa são as artes mais comuns.

Um outro fator que influência na pesca do camarão é o seu ciclo reprodutivo, pois nesse período a pesca do camarão é proibida pelo IBAMA². Em Sergipe, o defeso do camarão

² IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

é realizado em duas fases distintas. A primeira fase corresponde a 1º de abril a 15 de maio; a segunda, de 1º de dezembro a 15 de janeiro. O defeso tem o objetivo de proteção dos camarões jovens em fase de desenvolvimento e na desova, com qualquer petrecho de pesca.

No caranguejo a captura pode ser manual através do “braceamento”, tapando o buraco ou com a redinha (Figura 10).

O caranguejo a gente tira no braço quando tá bom. Quando não tá, agente tapa ele pra poder pegar. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Caranguejo pegava com a redinha. O pessoal só leva os machos. (J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

Figura 10 – Redinha para a captura do caranguejo.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

O braceamento consiste em colocar o braço no buraco do caranguejo e retirá-lo pelo dorso e é uma técnica bastante comum em outras localidades. O processo de tapar o buraco do caranguejo é uma técnica de obstrução do buraco por meio de galhos e folhas do mangue ou com a própria lama para asfixiá-lo, e quando o buraco é desobstruído, ele sai facilmente e é capturado. Já a redinha é um petrecho feito de fios plásticos, colocado preso de um lado a outro no buraco por duas varetas ou gravetos. Na medida em que o caranguejo tenta sair do buraco, ele fica enroscado na própria redinha, facilitando assim sua captura.

Porém, essa técnica de captura é proibida pelos órgãos fiscalizadores como o IBAMA. Acreditamos que, devido a este fato, duas idas marcadas para observar o processo de pesca do caranguejo com as próprias marisqueiras foram canceladas.

Além das questões já destacadas, há também um outro procedimento de captura relatado pelas poucas mulheres que se aventuram na pesca do caranguejo, a pesca da espécie macho no período da andada.

Eu sempre gostava de ir pras andadas de caranguejo, ia, pegava... eu gostava de ir pras andadas. (M.I.C.S., 65 anos, do povoado Pontal/SE).

Ia pras andada do caranguejo. (E.M.C., 84 anos, do povoado Pontal/SE)

Caranguejo não, só na andada. Quem pega na redinha é minha filha. (R.C.S., 36 anos, do povoado Pontal/SE).

De acordo com a Instrução Normativa Interministerial nº 8, de 30 de dezembro de 2013, “Entende-se por "andada" o período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas saem de suas galerias (tocas) e andam pelo manguezal, para acasalamento e liberação de ovos”. É através dessa Instrução Normativa que se regula, no período de andada, a proibição da captura, do transporte, do beneficiamento, da industrialização e da comercialização do caranguejo uçá. O momento do defeso do caranguejo ocorre em períodos distribuídos nos primeiros meses do ano. No ano de 2014, ano da presente pesquisa, os períodos do defeso ocorreram nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4 - Períodos do defeso do caranguejo uçá para o ano de 2014.

1º Período	a) de 2 a 7 de janeiro; e b) de 17 a 22 de janeiro;
2º Período	a) de 31 de janeiro a 5 de fevereiro; e b) de 15 a 20 de fevereiro;
3º Período	a) de 2 a 7 de março; e b) de 17 a 22 de março
4º Período	a) de 31 de março a 5 de abril.

FONTE: Instrução Normativa Interministerial nº 8, de 30 de dezembro de 2013.

Apesar da proibição da pesca do caranguejo no período da andada para fins comerciais, esta forma de captura para subsistência se tornou um hábito devido à facilidade de

acesso ao recurso na natureza, especificamente, nesse período. Em outras comunidades pesqueiras, este fato também é recorrente (SOUTO, 2004; DUMITH, 2012).

Na realização da pesca do caranguejo, ficou evidente que a pesca de redinha, apesar de ser proibida, é uma preocupação das mulheres que realizam essa atividade no mangue. Acreditamos que o real motivo da pesca de redinha ser uma preocupação das mulheres deve-se ao fato das multas a serem aplicadas caso sejam pegas, que implicam até a suspensão da carteira de pescadora artesanal. Apesar disso, o motivo dessa forma de pesca ser descumprida, aos olhos dos órgãos que fiscalizam, parte, muitas das vezes, da necessidade de obter o recurso para a própria sobrevivência.

No trabalho de extrair os moluscos, como o massunin, a ostra e sururu, a coleta é manual ou com auxílio de uma faca, conforme os relatos a seguir

O sururu a gente tira com o dedo, na lama. Quando tem muita lama, que é muito duro sabe, agente pega um faquinha de serra e tira eles. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Tem o sururu de lama que agente tira com o dedo assim...naqueles riachinhos que tem dentro do mangue. E tem o sururu de esteira, né ...que é na maré... que é só suspender aquelas esteiras. Porque eles são tudo grudado, quando você puxa, sai aquele tapetão assim. (M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal/SE).

A ostra tira com o olho da foice. Ponta da foice.(J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

Ostra era com a faca no mangue.(E.M.C., 84 anos, do povoado Pontal/SE).

A forma de coletar cada espécie vai depender do local onde é localizado. No caso das ostras, geralmente são retiradas das raízes dos mangues.

Como podemos ver tais atividades da mariscagem são executadas através de formas de manejo construídas ao longo das gerações e associadas a petrechos/artes de pesca de baixo impacto na natureza. O que nos revela um olhar que associa o trabalho produtivo e a conservação da natureza.

2.1.2 Beneficiamento, produção de valores-de-usos e valores-de-troca

Após o trabalho no mangue, o trabalho segue em casa, através do beneficiamento dos mariscos. No caso do aratu e do siri, eles são lavados, colocados para cozinhar, quebrados e ensacados para a venda. O processo de quebrar o aratu ou o siri, em outras palavras, significa quebrar a carapaça para tirar a carne para o consumo. No caso do aratu, são quebrados os peitos e patas (Figura 11), já no siri, as partes aproveitadas são a do peito e a boca do animal (Figura 12), conforme comenta a marisqueira “O povo pega, mas se deixar de quebrar fica estragado. O siri você quebra os peitos e a boca, o aratu quebra os dedinhos tudo, a boca, o peito. Eu quebro sozinha no balde o siri, mas aratu não.” (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

Figura 11 e 12 – Processo de quebra do aratu e processo de quebra do siri, respectivamente.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Com relação ao camarão, ele é lavado três vezes ou mais, como mostra a Figura 13, e em seguida é ensacado e armazenado na geladeira. O caranguejo não passa por nenhum tipo de beneficiamento. Por fim, a ostra, o sururu e o massunin, geralmente são cozidos, em seguida são retirados das conchas, ensacados e armazenados na geladeira.

Figura 13 – Lavagem do camarão.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Com exceção do caranguejo, todos os outros mariscos passam pelo processo de beneficiamento antes de serem consumidos pela própria família ou antes de serem comercializados. Esse processo é organizado e realizado pelas mulheres, porém podem contar com a participação de homens e crianças, tanto na quebra do aratu ou siri, quanto na separação dos moluscos de suas conchas.

Na atividade da mariscagem desenvolvida pelas mulheres no povoado Pontal/SE, o produto do trabalho, a princípio, possui valor-de-uso. Para Marx (2006), o produto assume valor-de-uso quando está adaptado às necessidades humanas através da mudança de sua forma. Sendo assim, “o valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo” (MARX, 2006, p.58). No caso de Pontal, o fruto do trabalho das marisqueiras assume valor-de-uso para próprio consumo, devido a sua importância na alimentação da família, como mostra os relatos.

Ás vezes nós tá aqui, não tem nada pra comer, vamo no mangue. Tira um caranguejo, uma siri, um aratu e come. A ostra às vezes a gente vai e tira umas pra comer mermo, mais pra vender não. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Tinha que pegar siri pra comer às vezes quando não tinha nem feijão. É o que a gente tem de garantido. (I.S.T., 46 anos, do povoado Pontal/SE).

Você come, você tem sempre ali pra qualquer coisa, entendeu. No meu caso, eu tanto sirvo aqui como faço pra comer. (E.C.O., 49 anos, do povoado Pontal/SE).

Não vendia o marisco porque era pra alimentação daqui da casa. Só vendia o camarão. (E.M.C., 84 anos, do povoado Pontal/SE).

Sabemos que para garantir a necessidade básica de se alimentar todo o fruto do trabalho da mariscagem serve a esse fim, porém as marisqueiras afirmam que algumas espécies são mais utilizadas para alimentação do que outras, como é o exemplo do sururu e do massunin.

A partir disso, percebemos que o trabalho da mariscagem para garantir a subsistência da comunidade pesqueira do povoado tem uma importância relevante. Porém, esta mesma comunidade apresenta outras necessidades, além da subsistência, que precisam ser supridas para garantir a sua reprodução social. Sendo assim, os produtos produzidos na pesca do marisco são comercializados para adquirir outros produtos que satisfazem as outras necessidades da comunidade. Para Marx, este processo corresponde “a circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades.”(MARX, 2006, p.182-183). No caso das comunidades tradicionais, isso ganha contornos valiosos.

Com isso, a produção de mariscos corresponde à troca de produtos com valores-de-uso pelo dinheiro e, ao adquirir o dinheiro, troca-se por outras mercadorias com outros valores-de-usos (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Para Marx “o circuito M – D – M tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. O objetivo final, portanto, é o consumo, satisfação de necessidades; em uma palavra, valor-se-uso” (Ibidem, 2006, p.180).

Assim, constata-se que a sobrevivência da comunidade pesqueira, assim como a sua reprodução social, é garantida através da combinação da produção voltada para o próprio consumo e da produção voltada para aquisição de outras mercadorias através da comercialização.

Além do trabalho produtivo e de beneficiamento do marisco, as mulheres também protagonizam o processo de comercialização. Para a comercialização, algumas espécies são vendidas por quilo ou a unidade. No caso do aratu, siri, ostra, massunin e sururu, são vendidos pelo quilo do catado. Já o siri também é vendido pela unidade e o caranguejo é vendido pela corda composta por seis unidades. Como mostra a Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Espécies vendidas por quilo ou unidade, e seus respectivos preços de venda.

Nome Vulgar das Espécies	Kg/unidade	Preço de Venda
Siri	1 kg	20 reais
	Uma unidade	1 real
Sururu	1 kg	12 reais
Ostra	1 kg	40 reais
Aratu	1 kg	25 reais
Caranguejo	Corda com 6 unidades	6 reais
Massunin	1 kg	12 reais

FONTE: dados da pesquisa (2014).

A partir dos relatos das mulheres, o quilo do aratu é vendido por 25 reais. Porém, quando é época de semana santa, o preço sobe para 30 a 35 reais.

O aratu, eu quebro, faço os quilos para vender. O quilo tá 25 reais. Quando é época de semana santa vai pra 30, 35 reais. (C.L.F., 48anos, do povoado Pontal/SE).

O quilo do aratu 25 reais, quando tem. No mês de abril, na semana santa é de 30, 35 reais. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal/SE).

Já o siri, a unidade é vendida a um real, podendo variar para R\$1,50. O catado é vendido por 20 reais, podendo variar até 30 reais.

Siri (unidade) é 1,50 na rua. E o quilo é 20 reais ou 30 reais. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

O siri é a um real. (C.L.F., 48anos, do povoado Pontal/SE).

Vendo a um real cada siri. (J.C.S., 47 anos, do povoado Pontal/SE).

Vendo de 20 reais o catado do siri. (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

O caranguejo é vendido na corda de 6 unidades pelo preço de 6 reais. Porém, o preço pode variar devido ao tamanho da espécie, pela sua valorização ao longo dos anos ou por quem compra.

O caranguejo agente entrega ele inteiro né, na corda. Aqui o pessoal tá entregando a 6 reais, por enquanto porque tá gordo, porque quando emagrecer vai para 5 ou 4 reais. (C.L.F., 48anos, do povoado Pontal/SE).

A corda do caranguejo estava de 6 reais, agora tá de 7 reais pros cambista e quando chega o pessoal de fora é de 10 reais. (R.C.S., 36 anos, do povoado Pontal/SE).

Antigamente era 3 reais a corda com 6. Agora é 6 reais. (J.C. S., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

Com relação ao catado de sururu, o quilo é vendido por 12 reais. O catado do massunin é comercializado mais na semana santa e o preço cobrado é de 12 reais podendo variar. Já o quilo de catado da ostra é vendido por 40 reais, apesar de ser procurado, é mais difícil de encontrar, segundo relato da marisqueira,

O quilo do sururu é 12 reais. É mais difícil aqui de vender o massunin, porque o pessoal só procura na semana santa. Aí a gente vende o quilo de 12, 13 ou 15 reais, depende. A ostra é procurada mais só difícil de encontrar. É mais trabalhosa. Você se corta pra arrancar ela do mangue. O catado agente vende por 40 reais o quilo. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

No caso da comercialização do camarão, sua forma de venda é através da medida do litro. O litro é um recipiente cilíndrico que, ao ser preenchido com camarão, é a quantidade a ser vendida (Figura 21). O litro do camarão grande é vendido entre 6 a 8 reais e o litro do camarão pequeno é vendido por 5 a 6 reais, conforme relata a entrevistada “O camarão vende o litrinho na feira... é 8, 7, 6 reais, dos camarão grande. O dos camarão pequeno é a 5, 6 reais.” (J.M.S., 30 anos, do povoado Pontal/Se).

Figura 14 – Recipiente utilizado como medida de litro.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

A venda dos mariscos pode ser realizada de diversas formas. Uma delas é a venda na própria porta de casa, tanto para o atravessador, quanto para qualquer pessoa que queira consumir o catado.

“O aratu vende aqui mermo, o rapaz vem pegar aqui na porta. A gente quebra, faz os quilos e ele vem.”(V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

“O caranguejo entrega na aqui mermo, aqui na porta mermo.” (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

Outra forma de venda do marisco é na feira do próprio município ou em feiras de municípios próximos. Na maioria dos casos, as mulheres combinam a venda na feira com a venda na porta de casa.

“Vendo na feira de Indiaroba, dia de domingo.” (C.L.F., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

“Não vendia na porta só na feira.” (M.R.S., 84 anos, do povoado Pontal/SE).

“Antes eu fazia assim, pegava o siri, aí chegava em casa cozinhava, quebrava pra vender né, o catado. Agente levava pras feira e vendia, ou então o cambista pegava aqui na porta.” (L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal/SE).

“Essa semana vendi na feira. Às vezes eu não vô pra feira, aí vendo aqui mermo na porta. Entrega direto ao cambista mermo que vem aqui.”(M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal/SE).

“Quando o homem não vem pegar aqui, aí a gente leva pra feira pra vender.”
(V.C.S, 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Apesar da melhoria de acesso do povoado Pontal a outras localidades através da implantação da rodovia Pontal/Convento, inaugurada em 2012, e da interligação do litoral sul com a conclusão da Ponte Gilberto Amado, inaugurada em 2013, para algumas mulheres a venda do marisco na feira se torna onerosa, pois precisam arcar com os custos de deslocamento conforme afirma marisqueira “A gente aqui também leva pra feira. Eu não vou, mas as meninas que vão eu peço pra vender. Não compensava eu sair daqui com dois quilos de catado, pagar passagem e tudo, aí não compensava (V.C.S, 29 anos, do povoado Pontal/SE)”.

Com a dificuldade do deslocamento para outros lugares para comercialização, a venda do marisco na porta é compreendida como mais vantajosa. Essa opção é percebida até mesmo nos casos em que as mulheres tem ciência de que, ao venderem ao atravessador, os lucros por eles obtidos, ao repassarem o marisco para o consumidor, são maiores que o preço pago às marisqueiras.

Os cambistas vem e compra, e quando chega em outro lugar vende com outro preço. Eu não acho errado não, porque eles tão fazendo a parte deles. Até porque a gente não sai ganhando totalmente, mas em umas partes sim, porque a gente não vai pagar o frete pra sair daqui pra vender, não vai pagar passagem. Mas é assim mesmo. (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

Podemos perceber que as mulheres são responsáveis por todas as etapas que envolvem a produção do marisco. Na etapa de comercialização, é etapa que geralmente quem assume são os homens, inclusive na relação com o atravessador. O que mostra que o provedor da casa vai para além da figura masculina, pois a figura feminina também contribui, seja na captura do alimento para se alimentar, seja na obtenção da renda para que seja possível adquirir coisas a fim de suprir as outras necessidades familiares.

2.1.3 O trabalho na perspectiva das mulheres

Em algumas comunidades pesqueiras tradicionais, o trabalho da mulher é considerado uma ajuda ou um complemento, a atividade da pesca de peixe, esta considerada a atividade principal, realizada pelos homens. Porém, o trabalho das mulheres é essencial para a garantia

da existência e continuidade da reprodução social destas comunidades, assim, é tão importante quanto o trabalho masculino. Como podemos ver nos relatos a seguir.

É muito importante. Chegou um tempo, quase uns cinco anos da minha vida, que era a semana toda no mangue, pra criar meus filhos. Se não fosse o mangue agente não tinha conseguido nem se alimentar bem. (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE).

A importância dela pra mim é muito grande, porque nasci fazendo isso e hoje me traz uma renda, porque eu pesco e aqui mesmo eu vendo. Pra mim é muito útil. (E.C.O., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

Bom, é do marisco que eu tô criando meus filhos, né. Pagando minhas contas. É do marisco que eu tô vivendo. (M.J.S, 38 anos, do povoado Pontal/SE).

É porque a gente pega o marisco e vende pra comprar outra coisa. (J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

Sim. Minha família vive tudo do mangue aqui. É cunhado, marido, filho, filha. (J.C.S., 47 anos, do povoado Pontal/SE).

Segundo os relatos, o trabalho na mariscagem tem diversos significados na vida das mulheres. Um deles é a de garantir a própria alimentação da familiar, para que seja possível criar seus filhos.

O trabalho da cata do marisco é uma atividade tradicional e, devido ao fato de suas mães, tias e avós realizarem essa atividade, muitas mulheres desde a infância tem contato com essa atividade, conforme afirma a marisqueira ao dizer “nasci fazendo isso e hoje me traz uma renda”. Este fato acaba por constituir, em muito dos casos, o primeiro e o principal trabalho das gerações seguintes.

Percebemos também que, por meio do desenvolvimento do trabalho da pesca do marisco que se pode obter uma renda para garantir que necessidades outras sejam supridas. Através de entrevistas realizadas, a maioria da mulheres afirma depender da renda do marisco.

Depende, porque no caso se eu vender, eu tenho o dinheiro pra comprar uma coisa pra eles (filhos) (E.C.O., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

Maior parte da renda é do marisco. (M.J.S, 38 anos, do povoado Pontal/SE).

A renda do marisco sempre é melhor, com certeza. Às vezes a maré tá boa, agente pega 10 kg de aratu, 8, 9, e vende, né. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

A cata do marisco é importante para a comunidade pesqueira de Pontal, porém este mesmo trabalho apresenta algumas dificuldades. Uma delas foi a ausência ou diminuição de algumas espécies em um determinado momento.

Teve um tempo aí que não tinha caranguejo, não tinha aratu, não tinha nada. Têm uns 3 anos, por aí. A gente chegava no mangue não tinha aratu pra pegar, era a coisa mais difícil. Agente vinha com um pouquinho que não dava nem um quilo. Agente mermo que é da maré, passemos muita necessidade viu. Ninguém sabia o porquê, isso era com o aratu e o caranguejo. Até hoje não sei porquê?.(V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Teve um tempo que agente ia pro mangue e não via nem um buraco de caranguejo. Eu olhava pro canto, olhava pra outro e não via. E o aratu tem tempo que tá ruim, ruim mermo, que a gente vai pro mangue, mal forra o fundo do balde na maré toda. Não sei porque é não. Eu já perguntei a várias pessoas e ninguém me deu uma resposta certa. Na Semana Santa também eles se escondem, agente não vê o aratu. É um mistério que tem. É uma ciência que tem que eu não sei explicar. Antigamente, não tinha tanto pescador como tem hoje em dia. É por isso que fica mais difícil. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Parte das marisqueiras entrevistadas reconhece que parte da diminuição ou até ausência de algumas espécies se deve ao fato da sobrepesca causada pelo aumento de marisqueiras no povoado, como mostra nas falas a seguir.

Hoje em dia, você chega na maré, tem quatro, cinco barcos pescando da mesma pescaria. Aí fica mais difícil. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

Aratu tá difícil já. A gente vai para o mangue, bate o dia todo pra pegar às vezes um balde, às vezes pega dois, depende. Tá ruim. Todo canto que vai tem gente pescando. Aí, aquele mangue que você trabalha essa semana, você não pode ir. Tem que passar um tempo sem ir naquele lugar, pelo menos umas duas semanas. Aí, fica só procurando mangue, entra em um tá pescado, entra em outro tá pescado. Tem muita gente. Tem mangue que a gente entra, não dá nem pra pessoa trabalhar mais e tem que sair, porque já tem gente demais. Aí sai vai pra outro mangue. Mais eu via as muié quando passava do mangue era tudo de saco cheio. Eu não pegava muito porque eu tava aprendendo. Agora, quando vou pro mangue que não tá trabalhado, eu consigo pegar 2 baldes, mais é difícil. (M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal/SE).

Uma outra parte das entrevistadas relaciona a falta dessas espécies de seu hábitat em decorrência do descarte de produtos dos viveiros direto no mangue.

É um produto pra limpeza dos tanques (viveiros). (R.C.S., 36 anos, do povoado Pontal/SE).

Quando teve a coisa do viveiro que tava usando uns produtos, ficamos sem o caranguejo, os sururus morreram, sumiram, viu. Ai nós sofremos, viu. O camarão não tinha, no mangue morreu os bichinhos tudo. E aí, como é que nós ia sobreviver? Quer dizer que eles (donos dos viveiros) podia sobreviver e nós não. Como é que podia alimentar os filhos? Não tinha como nós ir pro mangue e trazer o catado pras crianças, né. Nós tinha que comprar fiado. (A.T.S.M., 49 anos, do povoado Pontal/SE).

Estes fatores afetaram e afetam de forma significativa a vida dessas mulheres. O que resulta, por exemplo, em jornadas de trabalhos mais longas, já que precisam percorrer distâncias cada vez maiores no intuito de achar mangues poucos explorados. Para garantir uma renda e o sustento de sua família, uma das marisqueira relata que devido ao fato da falta de aratu teve que migrar para outra atividade de trabalho “Agente ia pra maré, eu mesmo cansei de ir pescar e chegar com 10 aratu. No outro dia, tinha que ir de novo, no final da semana eu fazia um quilo ou um quilo e meio. Tinha a bolsa família que era uma ajuda. Depois comecei a trabalhar em Mangue Seco.”(V.M.S, 26 anos, do povoado Pontal/SE).

Além dessas dificuldades, as mulheres relatam alguns riscos que o mangue apresenta. Um deles é a exposição a animais peçonhentos.

Tem um mangue mermo, eta mangue bom de cobra. É a jiboia que gosta mais de mangue. Tem outra cobra também, uma tal de salamandra que gosta de mangue. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

Já levei carreira de cobra dentro do mangue. Deixei vara, deixei balde, deixei tudo. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

No mangue há o risco de cair das gaitesiras, de ser cortar no mangue com a concha de ostras. Conforme relata as marisqueiras.

Eu mermo tenho medo de ir pro mangue e de pisar em uma ostra e me cortar. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Eu já não vou a noite porque de dia já é arriscado imagine a noite. Eu merma tenho medo de ir e me cortar. (V.M.S., 26 anos, do povoado Pontal/SE).

Alguns problemas de saúde também são adquiridos no mangue devido à posição do corpo na hora de executar a cata do marisco ou devido a movimentos repetidos. Apesar de ser

jovem, uma das marisqueiras relata o problema adquirido na atividade no mangue, porém ainda continua a pescar devido à necessidade de garantir a renda para sua família.

Eu ainda pesco, mas só que eu tô com problema, tô com desvio na coluna e com esse braço esquerdo inchado. Eu tô proibida do médico pra ir pro mangue. Eu vou de ousada, aí vou um dia sim e outro não. Já pesquei muito mais esse problema meu apareceu da maré, problema de maré. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Apesar das dificuldades encontradas, o trabalho na mariscagem é significado de resistência, pois é dele que é possível garantir um modo de vida peculiar, construindo e reconstruindo seu mundo de relações sociais e simbólicas. Além disso, o trabalho na maré é sinônimo de autonomia quando comparado a outros tipos de trabalhos como afirmam as marisqueiras.

Mais eu fico sartifeita. Ninguém manda neu nem nada, eu faço o que eu quero. Eu digo, hoje eu vou trabalhar mermo, aí eu vou trabalhar mermo. Aí eu vou trabalhar um pouquinho, vou pegar meio balde de aratu. Aí só volto quando pegar aquele o meio balde. Agora trabalhar por dia não, você tem que trabalhar naquele horário, tem tá ali em pé. Eu mermo sou minha patroa mermo. Aí só quem manda mermo é só Deus mermo. Se hoje eu disser “vamo pegar aratu”, vamo pegar aratu. Vamo descansar o dia e vamo de noite, não vamo pra tarrafa vamo pra rede. O dia que passa em casa é fazendo as coisas de casa né, e aí é assim. Não tem negócio de ter pratão pra mandar em você não. Aí e você mermo quem manda, o chefe é você mesmo. O que você quiser ir fazer faz. Ah hoje eu vou, se não no final do mês vou ganhar menos né. Aí é você quem manda em você. Se quiser trabalhar 5 dias você trabalha. Se quiser trabalhar seis, você trabalha. Se quiser trabalhar oito dias, você trabalha, aí quem diz é você, você é quem manda. Não tem nada pra lhe incomodar. (M.L.C.S, 40 anos, do povoado Pontal/SE).

Aqui pra poder ter um empreguinho tem que puxar saco, tem que ser humilhado. Não vou deixar que ninguém me humilhe. Eu prefiro viver na maré do que alguém tá me humilhando. (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE)

Eu sou mais o mangue do que ir pras casas trabalhar pros outros. No mangue eu tô a vontade, e agente trabalhando nas casas dos outros temos que tá a vontade dos outros, né não. No meu mangue eu faço o que eu quero. (J. C.S., 59 anos).

Segundo os relatos, a autonomia para realizar a mariscagem se estabelece a partir do momento em que a marisqueira determina, de acordo com sua necessidade e de sua família, o marisco que ela vai catar naquele dia de trabalho, o tempo de duração do trabalho, quantos dias serão dedicados ao trabalho na cata do marisco e quantos dias serão dedicados a ficar em

casa para realizar as tarefas domésticas. A partir do momento em que possuem os meios de trabalho e organizam a produção para fins de satisfação das necessidades da família, as marisqueiras são chefes ou patroas de si mesmas. Diferente, por exemplo, do pescador proletário ou “proletário do mar” (DIEGUES, 1983) ou do pescador assalariado (MALDONADO, 1986) que, ao venderem suas forças de trabalho, estão subordinados às ordens dos proprietários dos meios de produção para atenderem à lógica de produção capitalista da pesca.

Devido à importância e ao significado do trabalho na maré, para as marisqueiras no geral o trabalho é encarado como algo positivo, como afirma uma das marisqueiras mais antigas do povoado Pontal ao relembrar a atividade “Pescava aratu. Você fazia assim “rurururu” pra ele vim. Eu pescava, eta tempo bom.” (M.R.S, 84 anos, do povoado Pontal/SE).

2.2 Mulheres no trabalho na terra firme

O extrativismo da mangaba é uma atividade desenvolvida em diversos municípios de Sergipe e é, predominantemente, realizada por mulheres que se identificam como catadoras de mangaba. Alguns anos atrás, como a fruta era pouco valorizada e não gerava muita renda, o trabalho extrativista desenvolvido por essas mulheres era pouco conhecido. Porém, com a valorização da fruta com o passar dos anos, não só o trabalho do extrativismo ficou evidenciado, mas as catadoras também. Além disso, diversos estudos (SANTOS, 2007; PEREIRA, 2008; MOTA, et al., 2008; MOTA; SANTOS, 2008; MOTA et al., 2011). revelaram que os trabalhos extrativistas realizado pelas mulheres são práticas e saberes construídos tradicionalmente, não só para a retirada do fruto visando, somente, a geração de renda, mas também formas peculiares de manejo que permitem a conservação e preservação dos pés de mangaba. Todo esse processo de produção extrativista da mangaba desenvolvido pelas mulheres, além de ter ajudado a inserir a fruta na rota comercial no Estado, concomitantemente ajudou a contribuir na renda das mesmas em diversas comunidades.

A partir de alguns estudos realizados em Sergipe sobre o extrativismo da mangaba e a influência da sua dinâmica na reprodução social de algumas comunidades tradicionais, a atividade da cata é evidenciada pelas catadoras como atividade ocupacional principal associada a outras atividades como agricultura, mariscagem, produção de artesanato, comerciantes, etc. (MOTA et al. 2011). Sendo que “segundo observações e depoimentos das

entrevistadas, a economia está amparada sobre a atividade extrativista, notadamente a mangaba e o mangue, com a primeira aportando 65% da renda familiar.” (Ibidem, 2011, p.147).

No caso do povoado Pontal, segundo os relatos das mulheres entrevistadas, a atividade da cata do marisco é a principal atividade feminina, e o extrativismo da mangaba é a segunda atividade.

No mangue eu ganho mais do que na mangaba. Porque assim ó, se eu tirar um moio de caranguejo é dez a corda. Eu tiro ele em dois dias, quando tem caranguejo eu tiro em um dia. Aí eu ganho 60 reais. E na mangaba, uma caixa de mangaba eu ganho 25 reais. No aratu a gente faz o que, vamos supor 5 quilo à 25 reais dá 125 reais, é melhor que as mangaba também. O trabalho é mais, mais é melhor que as mangaba. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Prefiro assim, pra negócio de ganhar dinheiro só os meus mariscos. (M. J.S., 38 anos, do povoado Pontal/SE).

Apesar de ser a atividade secundária, o extrativismo da mangaba é reconhecida como uma atividade de fundamental importância para as mulheres, como afirma a marisqueira do povoado “as duas fontes de renda femininas é o marisco e a mangaba. Toda catadora aqui é marisqueira.” (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal, SE).

2.2.1 Trabalho produtivo, beneficiamento e comercialização

Para que o trabalho do extrativismo da mangaba seja realizado, antes de mais nada, é necessário ter conhecimento do ciclo biológico deste recurso natural. Sendo assim, o tempo do trabalho é o tempo do próprio ciclo da mangaba.

Ao perguntarmos às mulheres em que época do ano catam mangaba, a maioria respondeu que a cata ocorre em duas safras no ano, a primeira safra ocorre do período de dezembro a abril, e a segunda safra ocorre de julho a agosto.

Começa assim... dezembro, janeiro....tem anos que ela atura mais e vai até março, abril, agente tem mangaba. De outras vezes mais cedo ela acaba. Aí, quando é no mês de junho...aí tem outra safra. Nesse tempo aí é safra...como

é que se chama...a “safra cachorra”...ela fica encardidinha a cor. (J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal, SE).

Duas safras, né. Meio de dezembro até março. E agora que é a segunda safra, mas não teve no mês de julho, agosto. (L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal, SE).

Geralmente, as entrevistadas denominam a primeira safra como safra de verão e a segunda safra como safra de inverno, ou como afirmou a entrevistada “safra cachorra”. Em outros estudos, a primeira safra pode ser chamada de “safra da flor”, e a segunda safra recebe o nome de “safra de botão”. Porém, existem também comunidades extrativistas de mangaba que não determinam nomes às safras, como mostra o estudo sobre o extrativismo da mangaba no Povoado Alagamar em Pirambu/SE, ao afirmar que as pessoas do povoado não dão nomes as safras da mangaba como em outras localidades do estado (PEREIRA, 2008).

No tocante às variações nos períodos de início e de término de cada uma das safras colocadas pelas entrevistadas, também é observado em outras pesquisas (VIEIRA NETO, 2002; PEREIRA, 2008; MOTA et al., 2011). Uma observação interessante ainda a ser pontuada, sobre o período das safras, é que um outro estudo realizado no mesmo povoado, durante os anos de 2003 e 2004, aponta que a safra de inverno ocorria no mês de maio até julho (MOTA; JÚNIOR; SCHMITZ, 2005). Este fato comparado com os relatos atuais das entrevistadas nos mostra uma mudança significativa do período da safra de inverno, ao longo desses 10 anos. Porém, este é um apontamento para estudos futuros.

A safra de verão é tida como a melhor safra devido à abundância e por apresentar frutos mais vistosos (Figura 15). Na safra de inverno não tem tanta abundância e o fruto apresenta umas manchas de aspecto marrom (Figura 16) e é devido a esse aspecto que o fruto recebe o nome de mangaba “de cachorro” e, conseqüentemente, a safra de inverno é considerado de safra “cachorra”. Esta percepção das marisqueiras sobre a mudança de aparência do fruto, em outros estudos realizados em Pontal “[...] pode ser atribuída à elevada umidade relativa do ar e à pluviosidade do período do ano em questão.” (MOTA; JÚNIOR; SCHMITZ, 2005, p.5).

Figura 15 – Mangaba de ves retirada no período de 01/12/2014.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Figura 16 – Mangaba de ves retirada no período de 04/08/2014.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

No estado de Sergipe, diversas comunidades que desenvolvem o extrativismo da mangaba em áreas remanescentes de mangabeiras vem, ao longo dos anos, perdendo espaço para diversas atividades ligadas ao turismo, à especulação imobiliária, à monocultura do coco e aos viveiros de camarão.

Por está inserido em uma dinâmica estadual, Pontal também sofre influencia desses fatores e, conseqüentemente, resulta na perda de espaços para tais atividades. Porém, um dos fatores que tem preocupado as mulheres é o fechamento das áreas, pois influência na dinâmica cotidiana da sua reprodução social de uma forma mais direta.

Em Pontal, a coleta do fruto pode ocorrer em áreas privadas com livre acesso ou com acesso restrito. Nas áreas privadas com livre acesso qualquer pessoa da comunidade local pode realizar a cata da mangaba. Já as áreas privadas com acesso restrito podem ser estabelecidas a partir de relações estritamente sociais ou a partir de relações de trabalho. Nas áreas privadas com acesso restrito, a restrição é somente para as pessoas que possui algum tipo de relação de parentesco, amizade ou compadrio com o dono da área. Porém, tem áreas privadas que, para ter o acesso, é necessário estabelecer uma relação de trabalho, seja por meio da entrega de parte da produção ao dono da área, seja por meio da prestação de serviço.

Este apontamento sobre as áreas de acesso para a realização da atividade da cata será discutido e aprofundado no próximo capítulo. Porém, achamos necessário colocar de forma sintética neste ponto para situar o leitor, já que estamos falando do espaço de trabalho das marisqueiras.

O extrativismo realizado no trabalho da cata da mangaba é o extrativismo de coleta. Segundo Diegues (2002), as populações têm como prática, na maioria dos casos, o manejo tradicional, marcados por restrições oriundas da safra, dos locais, etc., locais mais propícias ou não para as coletas. Homma (1990) complementa ao dizer que nesse tipo de extrativismo o objetivo é manter intacta a planta que gera o recurso, respeitando os processos de recuperação em detrimento aos processos de degradação.

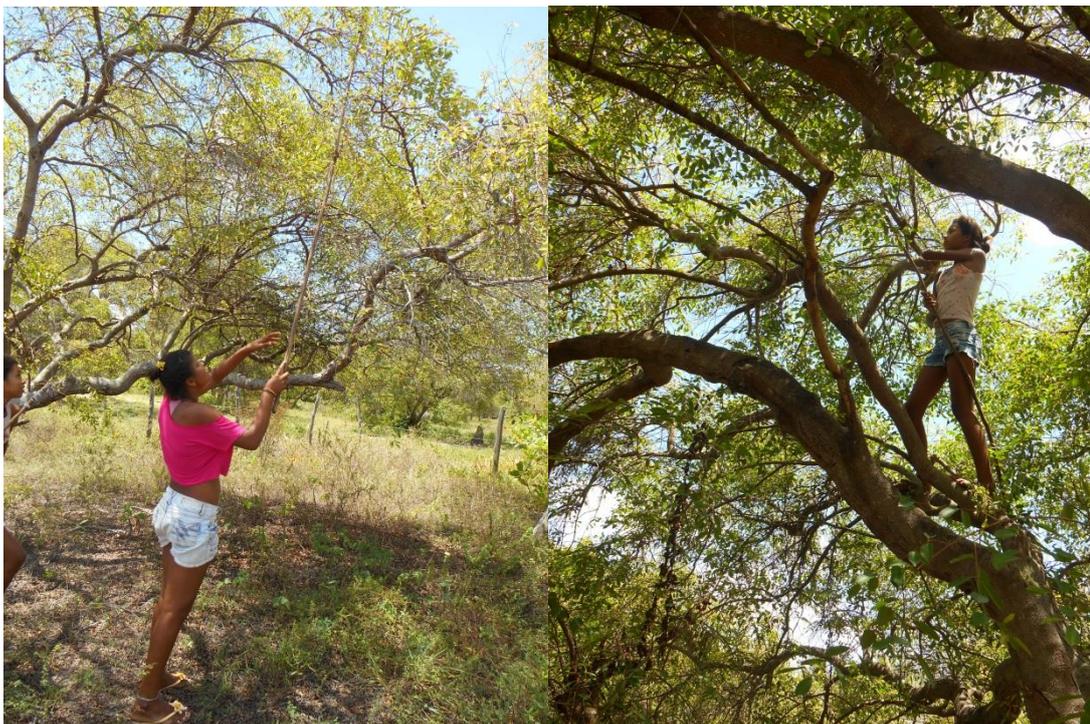
A coleta da mangaba é realizada a partir dos frutos que se encontram amadurecidos no chão, chamados de mangaba “de caída” ou “de queda”, ou a partir de frutos que estão no processo de amadurecimento recebendo o nome de mangaba “de ves”. A mangaba “de caída” é coletada manualmente já que os frutos se encontram no chão. A retirada da mangaba “de ves” pode ocorrer manualmente a depender da altura do galho, mas na maioria da vezes ocorre através do uso de uma vara com um gancho de ferro em uma das extremidades (Figura 17 e 18), como afirma marisqueira “Lugar que dá pra tirar com a mão, eu tiro. Lugar que não dá, eu tiro com o gancho.” (M.L.C.S., 40 ano, do povoado Pontal, SE). Estas duas formas de retirar a mangaba “de vez”, podem ser realizadas através da subida nos pés das mangabeiras como cometa a marisqueira “No tempo que eu subia nos pé de mangaba, era melhor ainda porque eu catava com a mão, né. Mas hoje em dia eu não subo mais, eu tiro com gancho, mas com cuidado.” (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal, SE). A subida nos pés, normalmente, é realizada por crianças ou adolescentes devido ao peso e uma disposição maior para subir nos pés (Figura 19).

Figura 17 – Marisqueira mostrando a vara com o gancho.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Figura 18 e 19 - Adolescente tirando mangaba com o gancho e adolescente tirando mangaba com o gancho em cima do pé de mangaba, respectivamente.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

No momento da coleta alguns cuidados precisam ser tomados para preservar os pés de mangabeira, como evitar tirar os frutos verdes, quebrar os galhos no momento de puxar a mangaba com o gancho, usar outros instrumentos que depremem os pés de mangabeiras. Como mostram as entrevistadas

Eu mermo, pra não quebrar as galhas, não tirar muitas folhas, pra não maltratar o pé, bota o ganho só na fruta da mangaba e puxa. Aqui a safra não atura mais porque o povo não tem cuidado. Porque se só tirasse a mangaba “de ves”, aí aturava mais e demorava mais a acabar. O povo hoje tira verde, madura, quebra galha, esbagaça com tudo. (J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal, SE).

Só não quebrar os galhos das mangabeiras, né...e não tirar as verdinhas, tirar só as que tiver “de ves”. (M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal, SE)

Eu cato mangaba...quando quebro uma galhinha por um acaso que o gancho engancha, né, aí eu não tenho muito paciência, aí eu puxo uma galhinha pequena. Às vezes me dá uma dó no coração porque eu fiz aquilo. Mas o pessoal não, o pessoal chega, corta com de facão quando tem as mangabas lá por cima. Naquele tempo parece que o pessoal tinha mais consciência, hoje em dia, meu deus do céu, o povo esbagaça com tudo. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal, SE).

Esses cuidados são regras socialmente estabelecidas entre os que coletam a mangaba, mas muitas das vezes são descumpridas, como podemos constatar a partir dos relatos. Pode-se dizer que essas regras são direitos costumeiros no sentido empregado por E. P. Thompson (1998), em que a tradição e uma certa economia regida por regras morais locais constituiu-se como base dos acordos de muitos camponeses, pescadores, artesãos. As mulheres reconhecem que o descumprimento dessas regras pode influenciar na oferta de frutos nas safras posteriores, como diz a marisqueira “Agente tem que ter muito cuidado... a gente quebra um galho hoje, aí quando for tirar mangaba de novo, não acha mais aquele galho pra gente tirar. Aí, tem que ter cuidado”. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

Depois de colhidas, as mangabas de caída são levadas em balde ou cesto, são lavadas e colocadas para secar. Segundo Vieira (2002, p.56), esses frutos são os mais valorizados no mercado, embora não possam ser armazenados à temperatura ambiente, devem ser logo beneficiados. São muito moles e perecíveis, o que dificulta a perfeita higienização por meio da lavagem.

As mangabas “de vez” após serem colhidas passam por um processo de beneficiamento chamado de encapotamento. Esse processo consiste em lavar as mangabas uma vez ou mais, em seguida, elas são colocadas para enxugar em um local com sombra. Por

fim, as mangabas enxutas são encapotadas, ou seja, colocadas em um recipiente forrado no fundo e nas laterais, com papel ou com plástico, e cobertas com panos. Através desse processo as mangabas amadurecem com três dias.

A agente pega, arranca as mangabas, lava bem lavadinha, em duas águas ou três, encapota e passa dois dias pra amadurecer. (D.S.S., 35 anos, do povoado Pontal, SE).

Se tirar a mangabatem que lavar, enxugar e botar uns papel na vasilha, assim em baixo. Tem gente que coloca papel porque é melhor do que plástico, né. Porque com plástico fica preto. Coloca em baixo, no fundo da bacia, ao redor e bota as mangabas. Por cima, bota um bocado de pano assim. Aí, deixa lá no ponto, pra não tomar vento. Daí com 3 dias tá tudo madurinha. Daí é só pegar e vender. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal, SE).

Após estarem amadurecidas, estão prontas para serem consumidas e/ou vendidas. Os produtos gerados a partir do processo produtivo de extração da mangaba podem ser utilizados como valores-de-uso ou mercadorias, como na mariscagem.

Como valor-de-uso, a mangaba é consumida durante a própria cata e também é utilizada para fazer suco. Em um dos relatos, a mangaba era consumida como mistura na refeições “Usava para consumo próprio. Agente chupava as de caída. Muitos comiam como mistura com feijão (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE)”.

Como mercadoria, ou seja, valor de troca, a mangaba também segue processo de circulação simples da mercadoria, ou seja, a mangaba é vendida a fim de obter a renda para comprar outras mercadorias que atenda outras necessidades de uso, como foi explicado anteriormente no ponto dos mariscos.

Sendo assim, a mangaba é comercializada na porta, na feira ou para a associação das catadoras de mangaba. A comercialização na porta é feita para o atravessador, como afirmam as mulheres

A mangaba, as muié vem pegar aqui. A caixa é 30 conto e nunca passa de 30. Agora quando tem muita, ela baixa pra 25, 20 reais, muito barato a mangaba. (J.C.S., 47 anos, do povoado Pontal/SE).

Vendo na feira ou entrega aqui na porta, às vezes vem duas mulher comprar aqui com a gente. (D.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

As atravessadoras citadas são moradoras do povoado Convento, povoado vizinho a Pontal, que compram as caixas de mangaba para produzirem suco e polpa da fruta. Como também foi dito pelas mulheres, a forma de venda de mangaba na porta é realizada através da medida da caixa ou da terça. A caixa é uma caixa de feira (Figura 20) utilizada como medida para vender as atravessadoras. Já a terça é um balde também utilizado como medida. Segundo os relatos, a caixa equivale a cinco terças.

Pra entregar sempre a pessoa que vem sempre aí pegar, a gente vende pela terça, pela caixa, mas na feira mesmo a gente vende pelo litro. (C.L.F, 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Agente tira uma caixa, uma caixa é cinco terça, um baldinho desse aí. Aí a gente enche uma caixa e vende por 20 reais. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Figura 20 – Caixa de feira utilizada como medida.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

O valor da caixa de mangaba varia de acordo com a disponibilidade do fruto. Na época da safra, como tem muito fruto disponível, o preço cai de 30 reais para 25, 20 ou até 13 reais. Na época da entressafra, como tem pouco fruto o preço sobe até 40 ou 50 reais a caixa de mangaba.

Às vezes quando tá boa de vender é 50 reais uma caixa, quando tá ruim é 15 reais, 20 reais. Quando tem muita mangaba vende mais barato. (C.L.F, 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Tem tempo que a gente vende até de 15 reais a caixa, porque tem muita mangaba. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Quando é no tempo mesmo, vai pra 20 reais, porque tem muita mangaba, quando não tem vai pra 50 reais, 40 reais. (A.T.S.M., 49 anos, do povoado Pontal/SE).

Uma outra possibilidade de comercialização bastante comum de venda das mangabas é nas feiras, tanto do município de Indiaroba, quanto de municípios próximos. Nas feiras, a mangaba é vendida pelo o litro. O litro é a mesma medida utilizada na venda do camarão, como já foi dito anteriormente.

Vendia na feira de Estância, Boquim, Indiaroba. Cada semana era uma. (M.R.S., 84 anos, do povoado Pontal/SE).

Não vendia na porta. Vendia na feira em Itabaianinha. (E.M.C, 84 anos, do povoado Pontal/SE).

Sim. Hoje eu tô catando pra levar pra feira. Quando tem assim eu cato pra feira. Levo pras feiras de Indiaroba, Estância, Cristinápolis. (J.C. S., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

O povo vai passando e perguntando quanto é o litro, a gente diz e o pessoal vai comprando. A gente vende pelo litro na feira, né. Os litros é 2 reais, 2,50. Quando tem muita é de 1 real, 1,50.(C.L.F, 48 anos, do povoado Pontal/SE).).

A gente vendia na safra mesmo, vendia 3L ou 4L por um real, às vezes trocava por fruta ou verdura. (A.S.S.M., 28 anos do povoado Pontal/SE).

Assim como acontece com a venda dos mariscos, para algumas mulheres vender a mangaba na feira não é vantajoso, devido aos custos que tem que arcar para se deslocar até as feiras nos municípios e ainda correndo o risco de não conseguir vender e ter que voltar com a mangaba.

Vendia por litro, mais agora não tenho mais paciência não. Porque a caixa só se já tiver encomenda. Como a mulher vem, agente tira aqui em casa e ela vem buscar na porta. Esse negócio de vender por litro, ter que ir pra feira e vender, esperar o tempo todo pra vender. Ninguém deixa de vender aqui pra vender na feira. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal/SE).

Eu não tenho sorte de vender na feira. Na feira as mangabas não vendia, e voltava com as mangaba de volta. Eu até chorava. (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

Antes eu vendia na feira, mas agora não dá não. Sabe por quê? Por causa da passagem e tem muitas mangabas hoje em dia. (A.T.S.M., 49 anos, do povoado Pontal/SE).

Hoje tá mais fácil, porque elas pegam na porta, pegam na caixa e as meninas vendem tudo. (M.R.S., 84 anos, do povoado Pontal/SE).

Um outra forma de obter renda é na venda da mangaba para a própria Associação da Catadoras de Mangaba, já que um dos seus objetivos é organizar de forma profissional as catadoras para a entrada no mercado através da produção de produtos como doces, bombons, licores, biscoitos, etc.

Às vezes as meninas da associação compra e nós entrega. (A.T.S.M., 49 anos, do povoado Pontal/SE).

Ultimamente a gente tá vendendo para a associação, porque os atravessador só quer explorar. (M.E.T.N., 21 anos, do povoado Pontal/SE).

Vendo para associação às vezes. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal/SE).

Diante do que foi dito podemos perceber que as mulheres também participam do comércio do produto. A participação feminina na produção, no beneficiamento e na comercialização, também é observado em outras localidades do estado de Sergipe através de estudos feitos no Povoado Alagamar, no município de Pirambu (VIEIRA, 2008), e nos povoados Olhos D'água, Capoã, e Jatobá, localizados no município da Barra dos Coqueiros (SANTOS, 2007).

Apesar da sua participação em todo o processo da produção da mangaba, as mulheres encontram algumas dificuldades na realização do extrativismo. Uma das dificuldades relatadas é a falta de cuidados com o pé de mangabeira, na retirada do fruto, que tem afetado a oferta dos frutos na safra seguinte, como afirma marisqueira

Primeiro tinha muitas né, muitas mangabas, a gente até catava no chão. Hoje em dia é difícil mermo, porque a maioria dos povo vive disso. Aí não tem nem como agente catar mangaba. Quando cata, cata uma caixa ou duas. Tem os mesmos pés, assim a quantidade normal. É porque tá faltando mangaba, porque os povo tira tanto até as verdinhas aquelas pequenininhas. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal/SE).

Uma dificuldade que tem afetado o extrativismo é o acesso a algumas áreas com pés de mangabeiras, causada pelo fechamento das áreas pelos donos, antes consideradas como

áreas de acesso livre. Este fato tem gerado conflitos entre os donos das áreas e as catadoras. Porém, como havíamos dito anteriormente, esse assunto será discutido com mais profundidade no próximo capítulo.

Como percebido, o trabalho do extrativismo também é significativo para a garantia da reprodução social das mulheres e de suas famílias no povoado. Em estudos realizados no Povoado Alagamar, no município de Pirambu (PEREIRA, 2008), e nos povoados Olhos D'água, Capoã, e Jatobá, localizados no município da Barra dos Coqueiros (SANTOS, 2007), a atividade extrativista é tida como a atividade principal de geração de renda para as famílias nessas localidades e em seguida a atividade que se destaca é da agricultura.

No Povoado Pontal acontece o inverso: o trabalho com a pesca do marisco é a principal atividade na geração de renda e a atividade extrativismo da mangaba se destaca em segundo plano na geração de renda, segundo os relatos das entrevistadas ao serem questionadas qual das duas atividades geram maior renda a seguir.

No mangue eu ganho mais do que na mangaba. Na mangaba, uma caixa de mangaba eu ganho 25 reais. No aratu a gente faz, vamos supor, 5 quilos. Vendendo o catado à 25 reais, dá 125 reais, é melhor que as mangaba. O trabalho é mais, mais é melhor que as mangaba. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Da pra sobreviver mas não é futuro nenhum né, que uma hora falta. Esse ano mesmo, na época da mangaba, se vivesse só de mangaba a gente ia viver de quê? Pelo amor de cristo. Sem ter mangaba. (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

Eu prefiro assim, pra negócio de trabalho e ganhar dinheiro só os meus mariscos. (M.J.S., 38 anos, do povoado Pontal/SE).

O estudo sobre o trabalho das mulheres no povoado Pontal, assim como sua contribuição para a reprodução social da comunidade local, nos revela uma realidade diferente quando comparados a outros estudos também realizados em Pontal, no período de 2003 e 2011, ao afirmarem que a principal renda das mulheres era gerada no extrativismo da mangaba e a atividade no mangue era a atividade secundária (MOTA et al., 2011).

Apesar disto, as duas atividades realizadas pelas mulheres são essenciais, uma pela oferta mais continua de recursos naturais na terra molhada, e outra marcada pela sazonalidade na terra firme, e se completam ao contribuir para a resistência da comunidade tradicional em meio da influência e da dinâmica do capital.

2.3 Racionalidades e sociabilidades a partir da relação com a natureza.

Diante do que já foi explicitado nos pontos anteriores, percebemos que a produção e a reprodução social das mulheres de Pontal tem uma forte dependência com os ciclos naturais ofertados pelo mangue e pelas mangabeiras. Este fato impulsionou as mulheres a terem uma interpretação diferenciada na relação com a natureza. Interpretação esta que tenta associar a extração dos recursos para a garantia da reprodução social sem que se extermine a fonte dos recursos. Permitindo assim, através de várias gerações ao longo do tempo, a criação de uma racionalidade peculiar com relação ao uso dos recursos naturais de uma forma que garantissem a reprodução social das mulheres de Pontal.

Segundo Godelier (1973 apud DIEGUES, 1983), a racionalidade de uma dada forma de organização social é elemento central na compreensão de que certas sociedades desenvolvem diferentes formas de exploração dos recursos naturais, umas que atingem níveis altamente predatórios com relação à natureza, outras que atingem níveis de equilíbrio com a natureza.

Na sociedade capitalista atual, os recursos naturais e a força de trabalho são utilizadas como mercadoria para acumular capital, com isso a racionalidade colocada está baseada no uso predatório dos recursos naturais e na exploração do homem pelo homem. Apesar disso, nesta mesma sociedade a racionalidade não é homogênea, visto que diversas comunidades tradicionais constroem formas e concepções diferenciadas de exploração dos recursos naturais e da organização do trabalho.

Em caso de comunidades tradicionais, como é o exemplo de Pontal, que se vinculam a um modo de produção pré-capitalista, a força de trabalho é organizada e dividida entre os membros de um núcleo familiar e dependem do recurso natural tanto como valor-de-uso quanto como valor-de-troca para obter outras mercadorias com outros valores-de-uso, com isso constroem uma racionalidade a partir de usos mais equilibrados dos recursos naturais. Sendo assim, a racionalidade no que concerne ao meio ambiente revela-se distinta quando comparada àquelas racionalidades fundadas ou submetidas plenamente ao mercado, fato esse já destacado por Brandão (2007).

De acordo com Godelier, a racionalidade de cada organização social se constitui como um conjunto de regras sociais, conscientemente elaboradas e explicadas que se destinam a atingir certos objetivos societários (GODELIER, 1973 apud DIEGUES, 1983). Com isso, as relações sociais a depender da racionalidade também são.

No caso de Pontal, a partir do trabalho da pesca do marisco e da extração da mangaba realizadas pelas mulheres, tentaremos compreender a racionalidade e a sociabilidades construídas.

Como havíamos dito anteriormente, o trabalho na pesca do marisco e na cata da mangaba são as principais atividades realizadas pelas mulheres de Pontal. Para realizar os trabalhos, as mulheres precisam ter o conhecimento tanto da dinâmica das marés para saber o que vão pegar de marisco, quanto do momento em que ocorre a safra da mangaba. O trabalho na maré, apesar de depender do ciclo biológico de cada espécie, é realizado pelas mulheres durante todo o ano ou através da combinação ou da alternância dos diferentes ciclos dos mariscos. Porém, em algumas exceções as mulheres catam, somente, uma determinada espécie de marisco, assim, a oferta torna-se sazonal podendo coincidir ou não com a cata da mangaba.

Nos casos em que a pesca dos mariscos se desenvolve durante todo o ano, o trabalho, tanto a pesca como a cata da mangaba, pode ser combinado, como afirmam as mulheres a seguir.

Eu ia pro mangue, depois ia catar minhas mangaba. (M.E.C.N., 30 anos, do povoado Pontal/SE).

Porque pra cata mangaba aqui, só cata 3 dias. Cata segunda, terça e quarta. De quarta feira em diante ia pesca porque não catava mangaba. (M.L.M., 60 anos, do povoado Pontal/SE).

Nóis chegava da mangaba, lavava, às vezes nem lavava, jogava lá, nera? E ia pra maré, porque tinha que tá ligeirinho na hora da maré. (I.S.T., 46 anos, do povoado Pontal/SE).

Se a maré for cedo, nós cedo tamo em casa. Ou vai catar a mangaba primeiro, ou pesca primeiro no mangue, porque depende da maré né. Tem maré que cinco horas da manhã, têm que tá no mangue. (A.T.S.M., 49 anos, do povoado Pontal/SE).

Nós íamos assim mesmo, pescava e catava mangaba quando chegava em casa. (M.C.S.J., 67 anos, do povoado Pontal/SE).

Nesta forma de organização e planejamento das atividades, o tempo dos dois trabalhos pode ser realizado no mesmo dia ou as atividades são divididas entre os dias da semana. Em alguns casos, as mulheres alternam as atividades, ou seja, no período da safra da mangaba deixavam de ir para o mangue e só voltam após o termino da safra da mangaba.

Chegou é a época da mangaba é a mangaba. Aí ás vezes os homens vão pescar e as mulher vão pras mangaba. (M.E.T.N., 21 anos do povoado Pontal/SE).

Quando tinha mangaba, eu parava de ir pro mangue. Aqui tem muitas pessoas que são assim. Quando tem mangaba, elas se saem do mangue. Quando as mangaba acaba, elas vão pro o marisco. (J.C.S., 59 anos do povoado Pontal/SE).

Tudo isso revela que, neste modo de vida singular, o tempo dos ciclos biológicos dos mariscos e das mangabas é o tempo do trabalho necessário para garantir, a princípio, a subsistência das comunidades que dependem dos recursos e, conseqüentemente, sua reprodução social.

Assim, o tempo dos ciclos da natureza é o tempo da vida das mulheres, pois é através desse tempo que diversas atividades realizadas pelas mulheres são organizados, por exemplo o trabalho dentro e fora do lar, o cuidado com as crianças, o dia do descanso, etc. Para corroborar com esta ideia, Thompsom vai afirmar que

[...] na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados - o dia de trabalho se prolonga e se contrai segundo a tarefa – e que não há grande senso de conflito entre o trabalho e “o passar do dia (THOMPSON, 1998, p.271-272).

No caso de Pontal, o tempo de trabalho das mulheres é orientado pelo trabalho do mangue ou pelo trabalho na mangaba ou na combinação das duas atividades. Porém, quando o trabalho nesses espaços termina, a marisqueira/catadora chega em casa e o trabalho continua, ou através do beneficiamento dos produtos da pesca ou da mangaba ou nos trabalhos domésticos, embora não obtenham renda, como cozinhar, arrumar a casa, cuidar das crianças, consertar uma rede de pesca ou um instrumento do próprio trabalho. Sendo assim, o tempo do trabalho e o tempo do convívio cotidiano das mulheres se fundem e se tornam um só, ou seja, a vida das mulheres é a vida na maré e na mangaba, como afirma marisqueira “Minha vida é pescar e catar mangaba. Minha vida é essa. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE)”.

Apesar de sabermos que o trabalho e a vida das mulheres dificilmente se separam, compreendemos que o tempo das mulheres com relação às tarefas, seja fora ou dentro de casa,

é extenso. Devido a isto, o ritmo de trabalho e, conseqüentemente, o ritmo de vidas das mulheres de Pontal dificilmente se encaixam ao tempo marcado pelo relógio.

Um outro aspecto relevante para compreender a racionalidade e a sociabilidades construídas pelas mulheres do povoado Pontal é através da forma na qual se relacionam com a natureza. Tal forma tenta associar extração dos recursos através de práticas que, ao mesmo tempo, sirvam para a conservação desses mesmos recursos para as gerações futuras.

A exemplo da pesca do marisco em Pontal, tratada no ponto anterior, a forma de coleta, na maioria das espécies citadas, ocorre de forma manual. A coleta manual, apesar de ser uma forma de coleta de baixo impacto na natureza, nem sempre é a forma mais fácil, pois demanda um pouco mais de tempo para a realização da extração e demanda, em alguns casos, uma habilidade maior por parte das mulheres. Como é o caso das poucas mulheres que pescam o caranguejo que preferem utilizar a redinha ou capturar no período da andada, em detrimento da técnica do braceamento considerada mais trabalhosa. Já os petrechos utilizados na captura das outras espécies, também apresentam baixo impacto por serem confeccionados de formas artesanais, sendo alguns construídos no próprio mangue na hora da captura, por exemplo o gancho e a vara com a linha.

Atreladas a forma e o uso de materiais na captura dos mariscos, algumas regras sociais relacionadas à captura de algumas espécies de marisco são estabelecidas para garantir a continuidade da atividade. Na cata do caranguejo, por exemplo, evita-se capturar as fêmeas. No aratu, no siri e no camarão, procura-se capturar as espécies adultas, sendo que no caso do camarão procura-se respeitar seu o período reprodutivo na época do defeso. No caso da pesca do marisco, a maioria dos petrechos/artes de pescas são de propriedade e uso individual.

Na cata da mangaba o extrativismo é realizado ou através da coleta manual ou com a utilização de um gancho, instrumento de trabalho de baixo impacto e construído de forma artesanal. No extrativismo da mangaba também foram construídas regras sociais para conservar e preservar os pés de mangabeiras. Tais regras estabelecem não quebrar os galhos dos pés de mangabeiras e não tirar os frutos verdes.

As práticas e os saberes que orientam a retirada dos recursos naturais sem causar maiores danos ao meio ambiente, a utilização de materiais artesanais de baixo impacto, regras sociais que orientam a retirada dos recursos respeitando seus ciclos, mostram a importância material e imaterial para a construção do saber/fazer marisqueira/catadoras de mangaba.

Ademais, a organização do trabalho das mulheres no povoado Pontal. Tanto no trabalho da mariscagem quanto no extrativismo da mangaba, o trabalho é organizado em grupo ou individualmente. Na organização em grupo, a força de trabalho pode ser familiar ou entre a vizinhança. Nas falas das mulheres percebemos, claramente, esses elementos na organização do trabalho na pesca e em seguida na cata da mangaba.

Com minhas irmãs, meus filhos. Ia em grupo ou ia sozinha. (L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal/SE).

Vou mais minha amiga. Só vamo nós duas só. (M.E.C.N., 30anos, do povoado Pontal/SE).

Eu vou com o pessoal pescar. Às vezes ia um monte de gente. Às vezes vou com meu irmão. Vai eu, duas moças e um primo meu. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Ia sozinha catar mangaba, toda vida gostei de andar só. Catava duas, três caixas. (C.L.F., 48 anos, do povoado Pontal/SE).

Às vezes vô só, às vezes com os meninos, mais ela(vizinha). (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

A força de trabalho entre a vizinhança se estabelece através de laços de amizade ou compadrio. Este tipo de ajuda mútua ocorre a partir de um grau de confiança e de proximidade com o outro, além disso, esse tipo de ajuda realizada se estabelece informalmente e de forma verbal. A ajuda mútua no trabalho do marisco e da cata ocorre, muita das vezes, com a finalidade de fazer companhia ao outro ou de se somar à atividade quando o núcleo familiar não apresenta membros suficientes para realizar as atividades.

Na atividade da pesca, por exemplo, partilha da produção ocorre de forma igual para todos os membros envolvidos na atividade. Na etapa do beneficiamento e da comercialização do marisco, geralmente, também se realiza em conjunto com as amigas, vizinhas ou parentes, mas cada qual com o seu produto.

No caso da mangaba, pode ocorrer das mulheres irem juntas, realizar a cata e depois ocorrer a partilha igual da produção, ou, mesmo indo juntas, cada mulher pode catar somente o que lhe for necessário. No momento do beneficiamento da mangaba e da comercialização na porta, cada mulher realiza individualmente. Já a venda na feira pode ser realizada com as amigas, mas cada uma vende o seu produto.

A força de trabalho familiar se organiza ou no núcleo familiar ou em famílias extensas. No caso do núcleo familiar, a composição pode se configurar a partir da presença do

marido, da mulher e dos filhos ou presença da mulher e seus filhos. Já a família extensa é um conjunto ou um agrupamento composto por várias famílias nucleares. De acordo com Wolf a família extensa pode variar

Diversos grupos nucleares têm em comum nesse caso o cabeça da família (macho). Pode consistir em famílias nucleares pertencentes a diversas gerações tal como quando uma unidade familiar contém o camponês e a mulher e, muitas vezes, o filho mais velho do camponês que mora com a mulher sob o mesmo teto paterno; [...] como comunidades constituídas basicamente, de famílias nucleares [...] (WOLF, 1970 apud FRAXE, 2011, p.84).

A maioria da população de Pontal é composta por famílias extensas com várias gerações que reside no mesmo povoado. É tanto que a maioria das mulheres entrevistadas na pesquisa mantem algum tipo relação de parentesco entre si, seja de mãe e filha, avó e neta, sobrinha e tia, primas, irmãs, concunhadas.

No trabalho familiar, a divisão ocorre por meio do sexo feminino e masculino ou por idade. A divisão do trabalho por sexo estabelece socialmente quais são os trabalhos direcionados para cada gênero. Em Pontal, os trabalhos que cabe aos homens são os aqueles voltados para a pesca de peixe e para pesca do caranguejo. Para as mulheres, cabem as tarefas no mangue, na cata da mangaba e os cuidados com a casa e os filhos. Esta divisão é claramente percebida em Pontal mesmo sabendo que mulheres também realizam a cata do caranguejo e que homens transitam na pesca de outros mariscos e na cata da mangaba.

Associado a isto, a concepção de que o homem é responsável por ser o provedor da renda e da subsistência da família também constrói socialmente uma ideia de que trabalho feminino, muitas das vezes, possui pouca ou quase nenhuma relevância para a produção e reprodução social das comunidades. Este tratamento dado ao trabalho feminino permite a naturalização de que o trabalho feminino não é um trabalho e sim uma “ajuda” ou um complemento.

Difícilmente uma comunidade tradicional sobrevive de uma atividade econômica somente, assim as outras atividades realizadas se tornam essenciais para a reprodução social das famílias e, normalmente, essas atividades são garantidas pelas mulheres. Woortmann, ao analisar a relação entre espaço, a construção de gênero e a condição feminina em comunidades pesqueiras no litoral do Rio Grande do Norte, destaca que a atividade agrícola, apesar de não ser a atividade principal da comunidade, é uma atividade essencial e de domínio

das mulheres, como afirma a autora “[...] em muitos grupos ditos ‘pescadores’ a produção agrícola das mulheres é tão ou mais importante quanto a pesca, ainda que não seja publicamente reconhecida como tal e central para a constituição da identidade de gênero da mulher” (WOORTMANN, 1992, p. 3).

No caso de Pontal, o trabalho com a cata da mangaba e com o marisco realizados pelas mulheres são tão importantes quanto ao da pesca de peixe realizado pelos homens, pois é através deles que muitas mulheres relatam ter criado e alimentado seus filhos.

A participação das mulheres não se resume, somente, ao processo produtivo do marisco e da mangaba. Pois elas também organizam, planejam e executam, tanto o beneficiamento como a comercialização. Mesmo sabendo que em alguns casos não é tão comum mulheres tomarem a frente da etapa da comercialização (LUZ et al., 2003 apud PEREIRA, 2008).

A divisão social do trabalho também ocorre devido a idade, assim as crianças e adolescentes são atores sociais importantes na força de trabalho da família. A participação das crianças e adolescentes nas atividades da mariscagem e na cata da mangaba são bastante comuns. Sobre a mariscagem as mulheres relatam

Eu levava meus seis filhos para maré. Tudo pequenininho. (I.S.T., 46 anos, do povoado Pontal/SE).

Eu ia mais elas (filhas) também. Elas (filhas) tudo iam pegar siri, iam pro mangue. Foram tudo criada assim. (M.R.S., 84 anos, do povoado Pontal/SE).

Meus filhos vão pro mangue desde a barriga, porque mesmo de barriga eu ia pro mangue. (J.C.S., 47 anos, do povoado Pontal/SE).

Sobre o extrativismo da mangaba, elas também afirmam a participação das crianças e adolescentes (Figura 21) “De vez em quando vou mais meus meninos, meus netos... (M.L.M., 60 anos, do povoado Pontal/SE)”, “Quando eu vou, eles (filhos) vão comigo. (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE)”, “Eu vou mais meus filhos catar mangaba. (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).”

Figura 21 – Mãe e filha voltando da atividade da cata da mangaba.



FONTE: Pesquisa de campo (2014).

Assim, as crianças e os adolescentes contribuem no processo produtivo, passando de consumidoras a produtoras, junto aos seus familiares e, principalmente, junto a suas mães. Como o cuidado dos filhos está sobre a responsabilidade das mães e, às vezes, das avós, elas, para não deixarem de ir trabalhar, acabam levando os seus filhos e netos para não deixarem sozinhos ou como uma forma de fazer-lhes companhia.

Tem uma de 5 anos que chora e chora porque eu não gosta de pegar mangaba, mas na maré ela gosta de ir redar. Levo pra não deixar em casa e pra fazer companhia. (R.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

Às vezes vai eu e ele(filho), que estuda de manhã e eu levo pra não deixar sozinho em casa. Aí ajuda, cata as mangaba do chão, reclama, porque diz que tá cansado, mas eu tenho que levar que eu não vou deixar ele só. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Quando não tem aula, ou tá assim sábado, eu digo “bora todo mundo pro mangue, trabalhar pra aprender”. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

As atividades da pesca do marisco e da cata da mangaba, muitas da vezes, são combinadas ou alternadas com o período escolar dos filhos ou netos.

Minhas meninas quase tudo pesca aratu, o problema é a escola. Quando a gente tinha chance, nos caia fora e 11h já estávamos em casa por causa do colégio, pra não perder aula. (R.C.S., 36 anos, do povoado Pontal/SE).

Às vezes levo meus netinhos quando não tão estudando. Mais hoje não tem mais a companhia das crianças, que hoje passou de 4 anos a criança estuda, né. Mais quando tão desocupados, eles vão. (J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

A inserção das crianças e dos adolescentes junto aos trabalhos de seus pais, seus avós, é algo natural, isto se deve ao fato das mulheres terem tido contato com o trabalho, no marisco ou na mangaba, também na infância, como mostram os relatos a seguir

Com meus pais. Eles sempre foram pescadores. Pesca, tira caranguejo, redá, pega aratu, tira mangaba, é o trabalho da gente. Comecei andar no mangue eu tinha 7 anos de idade. Ia com mãe. Às vezes pegava, às vezes não pegava. Caia da gaiteira e vinha pra casa chorando, mas continuei aprendendo. (V.C.S., 29 anos, do povoado Pontal/SE).

Com minha mãe. Convivendo na beira da praia. Aí começamos a aprender a catar mangaba, ela ensinou a pescaria, tudo foi meus pais que ensinou. Comecei com 14 anos, daí pra cá só trabalhando com a pesca mermo. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

Cato mangaba desde criança. Tirava mangaba, aí vendia na feira. Minha mãe não tinha condições, aí a gente fazia assim, agente tirava mangaba, encapotava e ia vender toda semana. Aí tirava um dia que a gente ia, tirava um dinheiro e comprava um caderno comprava material de escolar. (M.E.C.N., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

Eu catava com 3 anos de idade. A cata vem de geração. Hoje eu levo meus filhos, amanhã eles tão ensinando os deles. (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE)

A naturalidade em repassar as atividades da pesca do marisco e da atividade extrativista adiante não impede as mulheres em criar outras possibilidades para os seus filhos. Mas possibilita criar os seus próprios significados e simbologias a partir das experiências vividas nas atividades em contato.

Sendo assim, o trabalho da pesca e o da cata da mangaba e seus significados são construídos e reconstruídos cotidianamente, sendo aprendidos, partilhados e compartilhados desde a mais tenra idade, fato comum as populações tradicionais. Todo esse conjunto que se

constitui como um modo de vida, determinado pelas relações com a natureza, pelas relações sociais, e pela relação com mundo simbólico, repassados pela oralidades ao longos das gerações e passíveis de mudança, proporciona uma racionalidade única e singular necessária para a garantia da reprodução social das mulheres do povoado Pontal.

CAPÍTULO III- Reprodução ameaçada: impactos de empreendimentos na reprodução social das mulheres do povoado Pontal/SE

O povoado Pontal, ao longo da história, se mostrou, enquanto dinâmica sociocultural e ambiental, com um espaço importante pela combinação do trabalho da atividade da pesca e do extrativismo da mangaba realizada pelas mulheres. A pesca é a ação laboral das mais antigas de Pontal, como relata os mais antigos do povoado, seja na pescaria do peixe, seja na pescaria do marisco. O extrativismo da mangaba sempre foi realizado na localidade, mas somente ganhou importância, tanto para os próprios moradores, quanto para o estado, após estudos da fruta e do processo extrativista realizados em 2003 pela EMBRAPA³, os quais se iniciaram em Pontal e abrangeram outras regiões do estado onde essa mesma atividade era realizada, bem como a luta política desfechada pelas catadoras de mangada em defesa de seus territórios de trabalho.

A comunidade do povoado Pontal, por mais que se desenvolva localmente a partir de atividades tão significativas para produção e a reprodução social, encontra-se inserida na dinâmica da reprodução ampliada do capital. Dinâmica essa que tem influenciado as questões locais, especialmente de acordo com a especulação e a valorização do espaço e na instalação de viveiros.

Devido a isto, tentaremos compreender neste capítulo como essa outra dinâmica tem influenciado na dinâmica local e, conseqüentemente, dificultado a produção e reprodução social das mulheres do povoado Pontal.

3.1 Carcinicultura e viveiros de maricultura

A carcinicultura iniciou-se no Brasil na década de 1970, a partir do incentivo do Governo do Rio Grande do Norte, por meio do “Projeto Camarão”, objetivando estudar a viabilidade do cultivo desse crustáceo na região (SEBRAE, 2008). Segundo Santos e Costa 2010, essa organização produtiva se firmou como atividade industrial nos anos de 1980, com a parceria entre instituições de pesquisas, governo, iniciativas privadas, no intuito de implementar e viabilizar estudos que garantissem a realização desta atividade.

³ EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Segundo Araújo (2006), a história do cultivo do camarão marinho no Brasil teve três momentos. O primeiro momento ocorreu no período entre as décadas de 1970 e 1980, neste período, o Brasil passou a cultivar a espécie exótica *Penaeus japonicus*. Como esta espécie apresentou um resultado de baixa produtividade e pouca lucratividade, partiu-se para o cultivo de espécies nativas *P. subtilis*, *L. scamitti*, *L. brasiliensis* e *L. paulensis* (Idem, 2006). Como se tinha pouco conhecimento, o resultado do cultivo com as espécies nativas também não foi satisfatório, o que ocasionou a desativação dos viveiros.

O segundo momento foi iniciado a partir do cultivo da espécie *Litopenaeus vannamei*, em 1993 (Idem, 2006). Tal espécie exótica adaptou-se tanto ao clima quanto às condições da água do litoral brasileiro e, principalmente, da região Nordeste (Idem, 2006), particularmente nas áreas estuarinas, nos manguezais. Com isso, inúmeros estudos puderam ser desenvolvidos e aperfeiçoados até um ponto que permitiu o controle de todo o ciclo biológico desta espécie e da sua criação em cativeiro.

O terceiro momento, que é o atual, caracteriza-se pelo desenvolvimento de um pacote biotecnológico, específico para a carcinicultura brasileira (Idem, 2006, p.50), contando com um discurso ideológico poderoso que articula pessoas da academia, empresários, apoio dos poderes públicos e políticos (RAMALHO, 2013).

A ideologia aquícola é um sólido projeto societário e parte de um movimento historicamente determinado do capitalismo global, de feição totalizante, que se espalhou por vários países e que conseguiu transformar fundamentalmente organismos aquáticos em mercadorias a serem comercializadas no planeta, conectando poderosos centros consumidores (EUA, UE, Japão) às regiões produtoras de países em desenvolvimento (Brasil, Chile, Índia). Grandes empresas (algumas transnacionais) e estruturas poderosas de mercado e produtiva ofertam suportes necessários ao desenvolvimento do setor no mundo (pesquisa, planejamento, equipamentos tecnológicos, rações, máquinas, insumos químicos, transportes, antibióticos, mão-de-obra especializada, design, propaganda, etc.), objetivando lucros consideráveis e formando o que se pode classificar de um mercado globalizado de alimentos pesqueiros, uma espécie de *aguabusiness*, através de um processo pós-fordista de produção e consumo (acumulação flexível) e sua renovada divisão social do trabalho (RAMALHO, Idem, p. 168).

Com a expansão da carcinicultura, o Brasil se tornou autosuficiente na cadeia produtiva do camarão e, com o passar dos anos, este fato o possibilitou a participar de forma significativa do ranking na produção em escala mundial.

Com esse cenário, não faltou incentivo para a implementação de diversas empresas produtoras de camarão, principalmente na região nordeste. No caso de Sergipe, de acordo com Fagundes (2010), a introdução da espécie *Litopenaeus vannamei* e a vinda de algumas empresas multinacionais que passaram a investir no estado, somente ocorreu por volta de 1999.

Como o foco do nosso estudo neste capítulo é tratar dada interferência de algumas dinâmicas atreladas à reprodução ampliada do capital na vida e na reprodução social das mulheres do povoado Pontal, nos remeteremos a dois fatos citados nos relatos, a saber: um remete-se à implementação da Lusomar, o outro à implementação de viveiros.

A Lusomar Maricultura Ltda. é uma empresa que foi instalada em 1993, por um grupo português, no município de Jandaíra, que se localiza na divisa entre o estado da Bahia e Sergipe. A empresa situa-se exatamente a margem direita do Rio Real. A Lusomar chegou a exportar sua produção para países da Europa e Estados Unidos da América (FAGUNDES, 2010; COSTA, 2011; RIOS, 2012) e, segundo Fagundes (2010), essa mesma empresa manteve parcerias com grandes redes de restaurantes e supermercados brasileiros.

Com relação a alguns estudos sobre empresa (COSTA 2011; RIOS, 2012), a extensão territorial da mesma varia entre 395 a 420 hectares, possuindo mais de 100 viveiros (RIOS, 2012) conforme mostra a Figura 29. Como esta empresa desenvolve todo o ciclo produtivo do camarão, ela também se destaca por vender as larvas para outras empresas de carcinicultura também instaladas na Bahia (RIOS, 2012).

Figura 22 – Empresa Lusomar.



FONTE: www.mlt.net.br, (2007).

Segundo o Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia elaborado pela Rede MangueMar (2007), em 2005, o governador da Bahia na época, aprovou uma linha de crédito que possibilitasse a expansão da empresa nas áreas direcionadas a engorda da espécie. Com a ampliação financiada em R\$ 32,7 milhões pelo Banco do Nordeste (BN), a Lusomar triplicou sua capacidade diária de processamento (MANGUEMAR, 2007).

A empresa gerou vários empregos, sendo que 60% da sua mão de obra era do município de Indiaroba (COSTA, 2011). Porém, desde a instalação da Lusomar, vários impactos foram gerados tanto para a natureza como para a comunidade do entorno. Os impactos ambientais citados no relatório foram gerados através do despejo de produtos químicos, antibióticos e de conservante químico chamado “metabissulfito”.

Essa dinâmica tem impactado negativamente a reprodução biológica de várias espécies aquáticas na localidade, ofertando, conseqüentemente, repercussões sobre a reprodução social das comunidades do Pontal. Segundo relatos das marisqueiras e de alguns pescadores de Pontal, a mortandade de algumas espécies do mangue e, principalmente, do caranguejo é atribuída ao período de instalação e funcionamento da Lusomar.

Nos rios agente via os peixes morto, boiando, logo quando começou na Lusomar, por aqui nesse daqui e no rio de dentro, era a bagaceira. (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE).

Eu não tenho certeza, mais dizem que veio da água do viveiros, do veneno que botaram no viveiro e que caiu na água. Bem acreditado que veio da Lusomar. As primeiras mortes de caranguejo que aconteceram vieram de lá pra cá, porque aqui não estava acontecendo e lá já estava. A questão deles é que quando eles mariscam, eles botam o veneno para limpar e colocar mais para criar. (Eleíodo, 38 anos, pescador do povoado Pontal/SE).

De acordo com a entrevista cedida pelo presidente da Colônia de Pescadores Z-11, com sede no município de Indiaroba, além da poluição gerada pela Lusomar, a população local foi proibida e ameaçada de ter acesso a locais de mangue próximos a empresa.

Além de poluir o meio ambiente, agredir o meio ambiente, proibiu os pescadores de passar no mangue e tal, ainda mais quantos pescadores eles mataram aí no rio? Nenhuma providência tinha; que era quatro homens armados, encapuzados de seis horas da noite até às seis da manhã. Dentro do estuário, o barco que parasse e encostasse o mangue do lado da Lusomar, eles puxavam pra cima. (Presidente da Colônia Z-11, do município de Indiaroba/SE).

Não sendo suficiente, a Lusomar continuou a desenvolver e ampliar sem nenhuma preocupação com os danos que isso iria causar a população e ao manguezal, e ainda sem respeitar as regras de instalação e ampliação estabelecidas por órgãos ambientais como Ibama. Tais fatos causaram à empresa multas e embargos estabelecidos pelos órgãos ambientais e atuação do ministério público do estado da Bahia, como mostra o breve histórico construído pela Rede MangueMar (2007).

Em janeiro de 2003, o CRA aplicou multa de 100.000 reais pela execução de obras de ampliação, instalação de aeradores, exploração de recursos minerais sem a devida licença ambiental, assim como exploração de água subterrânea sem a outorga da Secretaria de Recursos Hídricos, supressão de 96 ha de restinga, degradação da mata ciliar às margens do rio Tabatinga, despejo inadequado de efluentes, degradação de área de manguezal (alague e morte da vegetação) e danos à fauna e à flora do bioma restinga (auto de infração vinculada ao processo nº 2002-001321/TEC/LA-0010). Em outubro de 2005, o IBAMA constatou que a fazenda só possuía uma licença ambiental emitida em 2000. O laboratório não possuía licença para ampliação. Os viveiros foram construídos sobre manguezais e restingas, às margens do rio Tabatinga. Os resíduos e a água da despesca eram lançados diretamente no manguezal, sem nenhum tipo de tratamento.

Em novembro de 2005, a empresa foi embargada, sofreu a interdição das atividades e recebeu multa de 3 milhões de reais pelo IBAMA, pelo despejo de antibióticos e produtos químicos sem tratamento no rio Tabatinga, além da destruição parcial do manguezal e da vegetação de restinga e a falta de licença de operação (auto de infração nº367903D). O Ibama enquadrou a Lusomar no artigo 60 da Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) e no artigo 44 do Decreto Federal 3.179/98 e interditou as atividade de ampliação em 98 hectares.

Em abril de 2007, o MPE realizou inspeção na área do empreendimento com o objetivo de averiguar invasões em Áreas de Preservação Permanente e outras irregularidades ambientais. O Núcleo Mata Atlântica do MPE, analisou imagens de satélite do empreendimento e constatou que foram invadidos pelo menos 118 hectares de Área de Preservação Permanente (Cf. Relatório Técnico de Geoprocessamento, 06.06.2007, Núcleo Mata Atlântica, MPE-BA). (MAGUEMAR, 2007, p.5).

Mesmo com todos esses acontecimentos, a Lusomar seguiu em atividade até o ano de 2013, quando faliu. Segundo a marisqueira, “Eles alegam que quebraram, né.” (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE).

Apesar do site da Lusomar estar indisponível na internet, de acordo com o site do Movimento Luta pela Terra, que atua na região de Jandaíra, o motivo da falência da empresa deve-se ao fato do empréstimo cedido pelo governo da Bahia, em 2005, nunca ter sido pago. Segundo o site do MLT, essa dívida ao governo brasileiro, com os juros gerados ano após

ano, além de outros encargos fiscais, atualmente está no valor de aproximadamente mais de R\$ 50 milhões.

As consequências geradas após a falência da Lusomar continuaram com os prejuízos que os trabalhadores da própria empresa tiveram que arcar principalmente para garantir os direitos trabalhistas e previdenciários através de ações individuais e coletivas junto à justiça.

Segundo o site do MLT, cerca de 300 famílias ligadas ao movimento e ex-trabalhadores da empresa, ocuparam na manhã do dia 14 de novembro de 2014, a antiga área da Lusomar Maricultura. A bandeira de luta traçada pelo Movimento é a desapropriação da área pelo INCRA, para que seja destinado à criação de assentamentos da reforma agrária.

Mesmo com o fim do empreendimento, centenas de impactos ambientais foram deixados como heranças, especialmente a transformação de áreas de mangues em viveiros de camarão, com o consequente desmatamento desse ecossistema fundamental para a reprodução de inúmeras espécies de pescados.

Um outro problema enfrentado pelas mulheres e por toda a comunidade de Pontal foi a criação de tanques voltados para a maricultura. Estes tanques estão localizados a uma distância de aproximadamente 4 a 6 km do centro do povoado. Após sua implantação, vários problemas ambientais foram vivenciados pelas marisqueiras e pescadores da comunidade, como mostra os relatos a seguir.

Sumiu mais os aratus depois que fizeram os viveiros aqui de camarão. Aí botaram uns produtos que eles botam pra crescer o camarão. Aí derrubou com os aratus, siri, caranguejo, era coisa morta no mangue, só os cascos. É tão forte que os coqueiros, os cajueiros, mangabeiras que tinha por arredor morreu tudinho. (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE).

O viveiro foi o que destruiu a maré. O dono botou um remédio, tipo pra matar os coqueiros pra não nascer mais, aí derrubaram os coqueiros tudo pra fazer o viveiro. Aí empestou a maré, morria peixe, aratu, caranguejo. O pessoal ia pro caranguejo e via caranguejo morto, aratu, siri, camarão, tudo boiando na maré. Foi um sacrifício viu. (D.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE).

Devido a esses viveiros, matou muito sururu, camarão. Antes dos viveiros tinha muito camarão, muito sururu. Antigamente não morria caranguejo, não morria camarão, não desaparecia. (L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal/SE).

Sem dúvida, a vegetação do entorno do viveiro foi atingida diretamente, com a morte dos pés de coqueiros, mangabeiras e cajueiros.

Segundo dois pescadores, que já trabalharam nos tanques, um com reforma do tanque e outro com a despesca, detalham ainda mais os motivos da morte dos mariscos com atividades realizadas nos viveiros.

Logo no começo causaram problema. Eles usavam um produto para matar bactéria do chão. Agora eles não tão usando mais, agora tão usando calcário. Eles usa um produto pra conservar o camarão. Quem trabalha com isso a mão até descasca. (Seu Cabral, 36 anos, pescador/mestre de obras do povoado Pontal/SE).

Era uns produtos que botavam para os “gajes” não cavar. São produtos químicos muito fortes. Eles colocam ao redor da leira, para o “gajé” não cavar. Ali não falta não. Quando chove, a água que escorre e vai pro rio. Já trabalhei uma vez pra mariscar. Era só para despesca. Recebia a mariscada. (Márcio, 32 anos, pescador do Povoado Pontal/SE).

Como podemos perceber, esses produtos, com a ajuda da chuva, facilmente escorrem para os rios. Porém, esta água pode vir a entrar contato com o rio também por meio de uma infiltração nos tanques, vazamento das comportas, motivos esses que levaram a contratação dos serviços de Seu Cabral, ou pelo simples fato de não haver um local adequado para o descarte da água dos tanques, como afirma Seu Cabral “A água, ela vaza pela comporta ou pela infiltração. Usam a água do viveiro como esgoto e jogam no rio”.

A partir dos relatos, esse viveiro é de propriedade de uma pessoa conhecida como “japonês”, que não reside em Pontal, mas que possui uma pessoa que toma conta. Esse viveiro possui 9 tanques que são arrendados para pessoas que queiram cultivar camarão, ostra e sururu. Como afirmam as marisqueiras “Aqui no início de Pontal tá funcionando de vez em quando. Era um japonês que tinha arredado pra criar. Parou um tempo, aí depois voltou.” (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE); “Hoje eles criam ostra, sururu, e camarão. (D.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE)”.

Constatamos, através dos relatos, que o funcionamento do viveiro depende do tempo de uso de quem arrenda o tanque e do tempo até encontrar outro arrendatário. A espécie a ser criada nos tanques depende da necessidade de quem arrenda, segundo Seu Cabral, ultimamente, os tanques tem sido arrendados para a criação de camarão e poucas pessoas tem sido contratadas para a despesca.

Tais dinâmicas afetaram as mulheres e suas famílias, tanto na subsistência quanto para adquirir o produto para comercializá-lo. A partir disso, algumas dela se apegaram ao extrativismo da mangaba, que, nesse mesmo período, começou a ser valorizada. Outras

continuaram a ir para o mangue, mesmo sabendo da pouca oferta dos mariscos. Uma ou outra migraram para atividades como o coco, diaristas, etc. Independentemente dos recursos utilizados, na maioria dos casos, houve uma combinação e uma interligação entre os usos dos recursos naturais (mangaba, pesca, coqueiros) enquanto estratégia de reprodução social local. Nesse sentido, os ciclos naturais, em mais um momento, ofertam condições para o ciclo da reprodução sociocultural e econômica no Pontal. De todos, a mangaba foi a fonte mais utilizada, em seguida aos recursos aquáticos.

3.2 Áreas de acesso a mangabeiras

As áreas costeiras e remanescentes de restinga do estado de Sergipe são locais onde mais se encontra áreas de mangabeiras. Como nesses locais também residem comunidades tradicionais, que dependem dos recursos naturais, as áreas de mangabeira se encontram em um estado mais conservado, devido à tentativa dessas comunidades de manterem uma relação equilibrada com a natureza.

Esta relação mais harmoniosa com a natureza, quando comparada aos empreendimentos mais mercantis, é garantida pelas catadoras por meio de técnicas de manejo que respeitam o meio ambiente, as quais são intrínsecas à sua reprodução sociocultural e econômica, ao seu modo de vida. Associado a isto, o valor e o sentimento de responsabilidade com a conservação das mangabeiras são construídos simbolicamente nas catadoras de mangaba.

É tanto que as catadoras não se vêem mais separadas da natureza, mas como a própria natureza. Este olhar constitui e edifica interpretações do mundo natural a partir de questões materiais e simbólicas singulares oriundas de conceitos e vivências bastante específicas (DIEGUES, 2000; SAHLINS, 1978).

A partir do momento que se tenta entender melhor essas diversas representações vinculadas à reprodução sociocultural de suas vidas comunitárias, compreende-se o quanto é inconcebível para as catadoras a negação ao acesso às mangabeiras.

A negação ao acesso as áreas de mangabeiras, no estado de Sergipe, tem ocorrido a partir do desenvolvimento de diversas atividades que, ao longo dos anos, foi sendo estabelecidas nas áreas de remanescentes de mangaba. No povoado Pontal, a negação ao

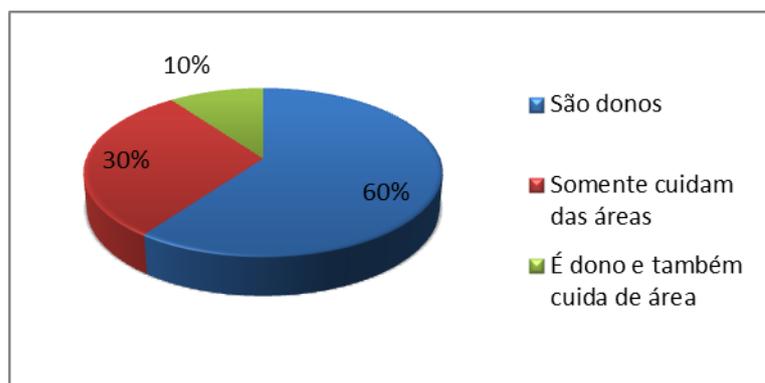
acesso as áreas de mangabas vem ocorrendo através do fechamento das áreas e na aquisição das áreas por pessoas que não residem no povoado.

O fechamento das áreas que vem ocorrendo está relacionada ao fato da valorização da mangaba, já que boa parte dos proprietários, geralmente famílias nativas do povoado, também dependem da cata da mangaba tanto como valor-de-uso como valor-de-troca.

Além disso, como o povoado Pontal está localizado em uma área privilegiada e com grande potencial turístico, além de ser um dos principais acessos a Mangue Seco, se tornou um atrativo para turistas. Devido ao seu potencial, pessoas de outros lugares passaram a se interessar por Pontal e a comprar áreas ou terrenos para construção de casas de veraneio, fato este que gerou também a proibição das catadoras aos pés de mangabas.

Para compreender melhor a interferência desses dois fatores no trabalho das mulheres com extrativismo da mangaba, fizemos a principio o levantamento dessas áreas. Nos relatos das mulheres, constatamos 14 áreas com pés de mangaba citadas, porém obtivemos informações mais precisas de 12 áreas. Essas informações mais precisas foram obtidas através de 9 entrevistas com donos e/ou cuidadores de áreas com mangaba, como mostra Gráfico 8.

Gráfico 8 – Donos, cuidadores e dono e cuidador de áreas com mangaba.



FONTE: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com a figura, podemos perceber que a maioria dos entrevistados são donos dessas áreas com mangaba e residem em Pontal. Os que cuidam das áreas moram em Pontal, porém os proprietários das áreas moram em outras localidades de Sergipe ou em outros estados. Um dos entrevistados é dono de uma área e reside em Pontal, porém cuida de outra área pertencente a outro proprietário.

Nesse sentido, listamos os donos, os cuidadores e o dono/cuidador das áreas e seus respectivos tamanhos como mostra a Tabela 6 a seguir.

Tabela 6. Relação dos donos, dos cuidadores e dono e cuidador de áreas e seus respectivos tamanhos.

Donos das áreas	Área (m ²)	Área (ha)
Seu Anjo (Figura 23)	Não soube dizer	-
Seu Manuel	200 m ²	(- 1) ha
Seu Zacarias	10.000 m ²	1 ha
Seu Rodrigo	12.208 m ² – 15.260 m ²	1,22 ha – 1,52ha
Dona Edite	Não soube dizer	-
Seu Augusto (Figura 24)	15.260 m ² - 18.321 m ²	1,52 ha – 1,83 ha
Cuidador das áreas	Área (m ²)	Área (ha)
Seu Martins	Área 1: 76.300 m ²	7,63 ha
	Área 2: 152.600 m ²	15,26 ha
Seu Lula	Área da Irmã: 18.321 m ²	1,83 ha
Seu Beto	Área de Seu Paulo: Não soube dizer	-
Dono de área e cuidador de áreas	Área (m ²)	Área (ha)
Seu Domingos	Área de Seu Raimundo: 12.208 m ²	1,22 (ha)
	Área Própria: 150 m ²	(- 1) ha

FONTE: Dados da pesquisa (2014).

Figura 23 e 24 – Área cercada do Seu Anjo e área cercada de seu Augusto, respectivamente.

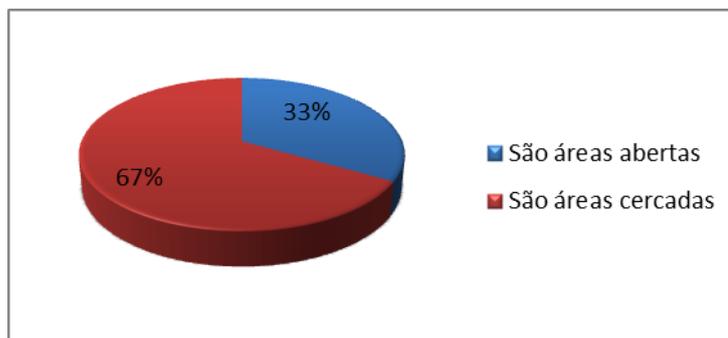


FONTE: Pesquisa de campo (2014).

De acordo com as informações, os tamanhos das áreas de acordo com as informações disponíveis pelo Cadastro Rural do Incra (2005), pode-se afirmar que todas as propriedades

citadas se enquadram como pequenas propriedades. Apesar de todas as propriedades terem um dono, que reside ou não em Pontal, nem todas são cercadas, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Porcentagem das áreas abertas e cercadas no povoado Pontal.



FONTE: Dados da pesquisa (2014).

As áreas abertas são as de Dona Edite, Seu Rodrigo e as duas áreas que Seu Martins toma conta, o restante das áreas são todas cercadas. Cercadas ou abertas, o acesso a áreas para o extrativismo podem ser estabelecidas a partir de relações parentais, de amizade, de compadrio, ou de trabalho.

Nas áreas abertas, apesar de serem privadas, o acesso pode ser feito de duas formas, uma delas é pelo acesso livre. O acesso livre a essas áreas pode ser realizado por qualquer catadora do povoado que queira catar mangaba, seja para subsistência, seja para comercialização, conforme mostra os relatos.

A área mesmo de dona Edite, é a maior área daqui do povoado. Ela é bem idosa já, e foi uma das pessoas que não cercou. Ela disse que, enquanto ela for viva, agente vai catar. É uma pessoa que não fez questão até hoje. (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE).

Tem um pedaço de terra que é de uma mulher (Dona Salete) que mora lá em cima. Ela mora mais em Aracaju, mais tem casa aqui. Nesse lugar pega a hora que quer, ela não importa. Agente cata tranquilo todo mundo. (J.C.S., 59 anos, do povoado Pontal/SE).

A área de Dona Edite é de livre acesso, porém as catadoras tem receios se essa relação será mantida quando seus herdeiros forem responsáveis pela área. Já a área citada de Dona Salete, na verdade é a mesma área do Seu Rodrigo, é uma área aberta de propriedade dos irmãos, mas com acesso livre para as catadoras locais. De acordo com as entrevistadas, a

Dona Salete não se importa que catem mangaba em sua área. Porém, Seu Rodrigo, dono da mesma área, pensa em cercar a propriedade devido aos descumprimentos dos cuidados na hora da catar como a quebra de galhos e tirar as verdes.

Estamos pensando em cercar. Porque o pessoal vai tirar mangaba ai esbagaça os pés das mangabeiras, caem as mangabinhas verdes, ai eles tomariam conta melhor. Lá é aberto eu não posso impedir de catar. Nós estamos pensando em fechar e colocar um responsável lá, pra falar que tá tomando conta, pra ninguém bagunçar, cortar o arame. (Seu Rodrigo, pescador do povoado Pontal/SE).

Com relação às áreas que Seu Martins toma conta, são áreas abertas e o acesso é permitido por meio da relação de trabalho, em outras palavras, por meio da troca de serviço de cuidar e limpar a área, tirar e limpar os cocos, podar algumas árvores, etc. Como ele mesmo afirma.

Tomo conta do sítio lá em baixo, o sítio é coco e mangaba. Aí o dono diz “você tira e me traz aqui de vez em quando uma caixa”. Como ele não me paga salário, não me paga nada, aí eu posso tirar a mangaba e vender. Quando não tem mangaba, vou um dia e volto, e fico três sem ir. Quando tem mangaba, agente tem que ir o máximo possível, dois dias, tem que ficar olhado direto porque o povo rouba e o dono não quer que roube. O coco que cair é meu, os que cair no chão. Os que tira, eu entrego a uma mué que é responsável por vender e manda o dinheiro pra lá. E paga as despesas do animal meu. (Seu Martins, pescador do povoado Pontal/SE).

Seu Martins, ao prestar serviço ao dono da área, pode ter acesso junto com sua família para retirar as mangabas. Porém, o acesso para catar mangaba a outras pessoas não é permitido, apesar de já ter pego pessoas catando nas áreas sem sua permissão.

No caso das áreas cercadas pelos donos que residem em Pontal, o acesso para realizar o extrativismo da mangaba é somente da família. Apesar de ter acesso proibido, os donos relatam que as pessoas entram nas áreas, catam escondido, desfazem as cercas e não tomam cuidado com as mangabeiras.

A vida toda foi cercado. Se alguém entra só se for pra roubar. Se não tiver de olho, nego passa no arame, vai e pega. Quem quiser vá tirar por ai onde não tiver cerca. Acontece que tira as verdes, deixa tudo no chão, quebra os galhos. Mas também o cercado é meu, tenho cuidado, não quebro os galhos, olho e só tiro as que estão de vez, tirar verde pra que? E o povo quando chega naquela agonia deixa prejuízo. (Seu Augusto, pescador do povoado Ponta/SE).

Agente vê tirando e diz que não é pra tirar. As pessoas entram e pegam, quando vamos lá ver só tem as folhas. Quando pensa que não, tem um arame cortado perto do mangue. (Seu Domingos, pescador do povoado Pontal/SE).

Uma dos argumentos para não flexibilizar o acesso é a falta do cuidado com os pés. Porém, alguns donos tentam ser flexíveis e deixam catar a depender da necessidade, como afirma Seu Zacarias e Seu Anjo.

As vezes é pra chupar, a gente deixa. Outras vezes é um balde pra vender e a pessoa precisa, a gente deixa. Mas todo mundo pede direto e se der a uma pessoa os outros todos querem. (Zacarias, pescador do Povoado Pontal/SE).

Por mim eu deixo, mas ela (esposa) não deixa não. (Seu Anjo, pescador do Povoado Pontal/SE).

Ao perguntar aos donos os motivos que eles atribuem a tudo isso que ocorre em suas áreas, eles dizem que isso começou a acontecer com a valorização da mangaba, como mostra os relatos a seguir.

Foi depois da valorização, porque todo mundo quer mas muita gente aqui não tem. A maioria dai só pega nos sítios dos outros e muitos não tem cerca, agora os que estão cercados tem dono. (Seu Augusto, pescador do povoado Ponta/SE).

Foi a valorização. Antigamente não tinha isso não, quando a gente chegou aqui ninguém tirava mangaba de vez, pegava no chão só. (Seu Domingos, pescador do povoado Pontal/SE).

Nas áreas cercadas que possuem pessoas tomando conta, o acesso às mangabeiras se estabelece na troca pela prestação de serviço, tanto no cuidado com as áreas, como limpando e podando os pés de frutas existente.

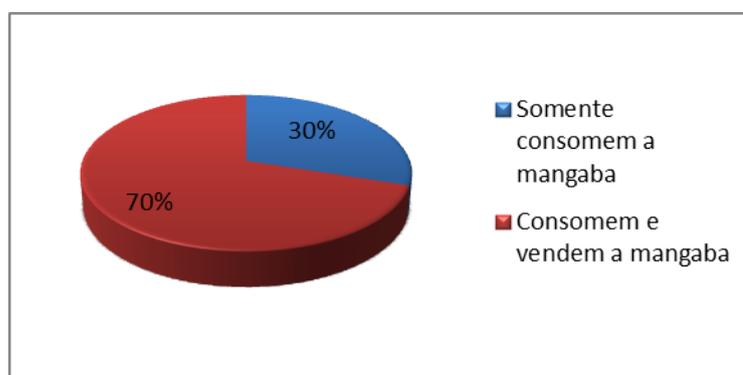
Não ganho nada. Eu só tiro as mangabas e as mangas. Eu digo a ele pra botar outra pessoa a noite, porque eu aqui (na própria área) não posso sair também, ai fazem o que querem. Mas o Raimundo é um cara bom, ele mandou eu tomar conta. (Seu Domingos, pescador do povoado Pontal/SE).

Meu marido (Seu Beto) não recebe nada do dono (Paulo). Ele fala “Tome conta. Você desfruta, vende as frutas e paga só a minha água e a luz”. Daí ele tira o coco vende, quando tem as mangaba vende também e, depois que pagar a água e a luz, o resto fica pra gente. Já tem que vender, já sabendo que tem que tirar o tanto pra pagar a água e a luz. (A.T.S.M., 49 anos, do povoado Pontal/SE).

No caso das áreas de mangabas que seus proprietários não residem em Pontal, o acesso pelas catadoras se torna mais difícil. A primeira dificuldade encontra-se no fato de se estabelecer um diálogo ou relação de confiança das catadoras com os proprietários que residem em outras localidades. Segundo, porque a única via de diálogo é com o cuidador da área, este que, através dos serviços prestados aos donos da área, é recompensado e beneficiado pelos mesmos recursos naturais que as catadoras dependem.

Com a valorização da mangaba, o acesso às áreas que já eram cercadas se tornou ainda mais rígido, tanto por quem é dono como por quem cuida, pois donos e cuidadores perceberam na atividade extrativista a possibilidade de garantir a renda e a subsistência para suas próprias famílias. É tanto que ao perguntarmos a finalidade dada mangaba 70% responderam que a mangaba tem finalidade para o consumo e para a renda como mostra a Gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10 – Finalidade dada às mangabas pelos donos e/ou cuidadores das áreas de mangaba.



FONTE: Dados da pesquisa (2014).

Mesmo os entrevistados sabendo que somente da mangaba não dá para sobreviver.

Eu tiro e vou na feira vender, e as vezes vem pegar aqui. Não dá não porque enquanto tá na safra da pra tirar um dinheiro, mas quando passa não dá não. (Seu Augusto, pescador do povoado Pontal/SE).

Sim, ela tira pra vender. Mas a mangaba coloca uma vez por ano e acabou. Não tem nem como viver da mangaba tem pouca, e quando é a época tem gente em todos os cantos. (Seu Anjo, pescador do povoado Pontal/SE).

O fato de obterem renda também na mangaba influenciou na postura dos donos e dos cuidadores, ao longo dos anos, com relação às catadoras, alterando qualquer tipo de relação

baseada em laços de amizade ou compadrio que tenha existido anteriormente com as mesmas. E tende a influenciar cada vez mais, pois ao reconhecer que “É mais uma fonte de renda.”, Seu Rodrigo que, atualmente possui uma área aberta, pensa na possibilidade de fechar como apontou em falas anteriores.

As catadoras reconhecem que a mudança na postura dos donos podem ter sua origem na valorização do próprio fruto.

Antigamente, eles não ligavam, era aí aberto, não era cercado. Agente pegava mangaba, mas ele não ligavam, mas depois desses projetos eles deram pra cercar, cercam e ninguém pega, só se pularem a cerca. (L.C.S., 62 anos, do povoado Pontal/SE).

Antes tinha mais lugar dá gente tirar. As mangabas não tinha muito essa saída. Agora com as polpas esses negócio, aí a mangaba deu dinheiro, né. Ai o povo aí, cercaram tudo. (M.L.C.S., 40 anos, do povoado Pontal/SE).

Associado a tudo isto, houve um aumento no número de extrativistas na região e, conseqüentemente, do descuido na hora de extrair a fruta. Tais fatores levaram as mulheres a buscar outras formas para dá continuidade ao extrativismo, uma delas foi extrair mangaba em locais mais distantes. Como vemos no relato da entrevistada “Tem áreas de mangaba mais distantes que precisa pegar barco. Quando agente vai aventurar, vê se lá tem ou não outra pessoa que já catou. Se não tiver a mangaba, a gente já cai no mangue, já pega o aratu pra não perder o dia né, como é longe (A.S.S.M., 28 anos, do povoado Pontal/SE).”

Uma outra forma foi continuar frequentando as áreas com acesso proibido, mesmo sabendo que poderia correr algum tipo de risco, como diz a catadora “Às vezes a gente vai assim mesmo escondido, umas 5 h da manhã ou 5 h da tardinha. Quando a gente vê que ele viajou pra algum lugar, a gente tem que ir pra tirar a mangaba. Mas não tá muito bom não a situação (D.S.S., 35 anos, do povoado Pontal/SE)”.

Tudo isso anuncia que o ciclo da vida na localidade dialoga e se cruza com as dinâmicas ecológicas, pois, quando não se pesca, cata-se mangaba e, quando não se cata mangaba, pesca-se. Também em muitas ocasiões as mulheres desenvolvem essas duas formas de trabalho nas águas e na terra, revelando complementaridade entre esses dois mundos na reprodução social local.

A chegada dos empreendimentos, os fechamento das áreas, conflitos existentes, desmatamento de mangues, viveiros, colocam ingredientes de dificuldades para as mulheres, especialmente por atingir sua territorialidade que associa trabalho e vida simbólica.

Em larga medida, parafraseando Therezinha Fraxe (2000), essas mulheres, que pescam e catam mangada, são seres anfíbios, ora nas águas, ora nas terras, o que eu lhe permitiu e lhe permite construir sua reprodução sociocultural e seu singular modo de vida e particular relação com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Pontal é objeto de estudo de diversas pesquisas acadêmicas relevantes, principalmente relacionadas aos estudos sobre o extrativismo da mangaba no estado de Sergipe. Percebemos que a cada olhar que se debruça a esta comunidade tradicional nos é revelado parte de um universo complexo e permeado por vários significados e valores simbólicos que evidenciam uma forma particular de viver, agir, sentir e interpretar o mundo.

Na perspectiva de revelar um outro olhar sobre o universo que compõe a comunidade de Pontal, a presente pesquisa procurou compreender a reprodução social das mulheres do povoado.

Uma das reflexões que o presente estudo nos proporcionou se refere às atividades desenvolvidas pelas mulheres do povoado Pontal. Como já havíamos dito, as atividades da mariscagem e do extrativismo da mangaba constituem as atividades principais das mulheres de Pontal. Através da complementariedade dessas duas atividades, as mulheres e suas famílias constroem um modo de vida e de interpretação do mundo bastante singular.

Uma das características é o conhecimento profundo sobre os ciclos dos recursos naturais que é gerado a partir das relações dessas mulheres com a natureza por meio do trabalho. Este conhecimento permite traçar as melhores estratégias e a construção ou o uso de instrumentos apropriados, para as atividades tanto da pesca quanto da cata.

Ao conhecer esses ciclos biológicos, as mulheres traçam as melhores estratégias para combinar as atividades da pesca e da cata, especialmente quando as mesmas se combinam em um determinado período do ano. Tais estratégias são traçadas a partir das necessidades mais diversas, inclusive para a obtenção de recursos. No período da safra da mangaba, por um lado, há mulheres que não vão para o mangue e ficam somente na atividade extrativista, o que caracteriza como alternância entre as atividades. Por outro lado, há mulheres que se dividem entre as atividades, separando os dias da semana para cada trabalho ou determinando o turno do dia para cada trabalho.

A partir disso, o trabalho nas duas atividades pode ser organizado tanto individualmente quanto em grupo. Na organização em grupo, a força de trabalho pode ser composta pela família ou pela vizinhança. Sendo assim, o trabalho da pesca do marisco e da cata da mangaba também se configuram como momento de socialização importante entre os

atores envolvidos, de estreitamento de laços, de aprendizagem e de ensinamento para as próximas gerações. Esses significados e simbolismos atribuídos ao trabalho constituem elementos valiosos para as mulheres na forma de vivenciar e interpretar o mundo.

A relação simbiótica estabelecida entre as mulheres e o ambiente em que atuam na transformação da natureza gera um sentimento de pertença com a mesma. Sentimento esse que torna inconcebível para as mulheres a negação com relação ao acesso ou alteração na dinâmica dos recursos naturais por outras lógicas racionais.

No caso da pesca do marisco, o acesso aos recursos do mangue se restringiu após a implantação da empresa Lusomar e dos tanques voltados para maricultura, que, ao despejarem produtos químicos diretamente no rio Real, causaram a mortandade de diversas espécies pesqueiras, como foi apontado pelas entrevistadas. Porém, no mesmo período de implementação desses empreendimentos, coincidentemente, foi percebida a doença do caranguejo letárgico (DCL), como principal causa de mortandade de caranguejo, não só em Sergipe como em outras localidades de manguezais no Brasil, especialmente no Nordeste. Sendo assim, os impactos gerados por esses empreendimentos somados à doença do caranguejo letárgico podem ter sido as principais causas de mortandade das espécies pesqueiras, por mais que as mulheres do povoado Pontal, através dos relatos, não façam tal associação.

Já no caso da atividade extrativista, o acesso à mangaba se restringiu devido a dois fatores. O primeiro está relacionado à aquisição das áreas por pessoas que não residem no povoado, fomentada pela especulação do espaço através da valorização turística. O segundo fator consiste no fechamento das áreas após a valorização da fruta em todo o estado.

Diante de tais dinâmicas, as mulheres tiveram que se adaptar a cada um delas. No período em que a mariscagem estava sendo afetada pelos diversos motivos já citados, uma das estratégias encontradas pelas mulheres para continuar garantindo sua subsistência e sua reprodução social foi se voltar cada vez mais ao extrativismo da mangaba. No momento em que a atividade extrativista da mangaba passa a apresentar conflitos que dificultaram o seu acesso e, ao mesmo tempo, o mangue dá sinais de recuperação, as mulheres à cata retornam. Sendo assim, o próprio momento histórico e determinadas condições vivenciadas pelas mulheres podem influenciar na atividade principal.

Sendo assim, a profunda simbiose das mulheres com os ciclos da mangaba e ciclos do mangue permite uma relação estreita entre a produção e reprodução social em termos

materiais e simbólicos para a comunidade como um todo. A complementariedade do trabalho da mangaba e da mariscagem, seja em momentos em que uma atividade se destaque mais, seja em ocasiões em que as duas atividades se combinem, assume uma centralidade fundamental para a compreensão da reprodução sociocultural e do modo de vida singular das mulheres do povoado Pontal.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. C. O.. **Rios de reciprocidades:** saberes tradicionais no contexto da sustentabilidade socioambiental na comunidade Mem de Sá – Itaporanga D’Ajuda-SE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, 2011.

ARRUDA, Rinaldo. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades e Conservação. In: **Ambiente & Sociedade**. Ano II. n. 5, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>> Acesso em: 24 de Set. 2012.

ARAÚJO, S. L.. **Reestruturação produtiva as novas territorialidades no espaço agrário cearense: a carcicultura em questão.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, 2006.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=280280&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>> Acesso em: 27 de Nov. 2013.

BEAUD, Stéphane. **Guia para pesquisa de campo:** produzir e analisar dados etnográficos / Stéphane Beaud, Florence Weber; tradução de Sérgio Joaquim de Almeida; revisão da tradução Henrique Caetano Nardi. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. In: **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, vol. 1, n. 2, p. 37-64, Mar/2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ceres/037-064-carlos_rodrigues.pdf> Acesso em: 14 de Abr. 2013.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica:** Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 95-105.

COSTA, B.G.. **Bacia Inferior do Rio Real:** uma análise socioambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2011.

CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. In: **Estudos Feministas, Florianópolis**, vol. 16, n. 3, p. 913-925, setembro-dezembro/2010.

DANTAS, Vanda Maria Campos Salmeron. **Nas marés da vida:** histórias e saberes das mulheres. Dissertação (Mestrado em Interinstitucional em Ciências Sociais). Universidade Federal de Rio Grande do Norte, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. et al. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf> Acesso em: 22 de Set. 2012.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 2002, p.79-100.

_____. **A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais**. Conferência proferida na XV Semana de Oceanologia, Instituto Oceanográfico da USP. São Paulo – SP, 2003.

DUMITH, R. de C. **Dinâmicas do sistema de gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): análise da robustez institucional e de possibilidades para o ecodesenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande, 2012.

FAGUNDES, R. C.. **Vida entre a maré e o estado: educação, ambientalismo e política**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária**. São Paulo, agosto, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf>. Acessado em : 25 Out. 2011.

FRAXE, T. de J. P. **Homens anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FREITAS, I. C. F. et al. Pesquisa qualitativa em saúde: um olhar inovador sobre a produção do conhecimento científico. **Revista baiana de saúde pública**. 2011.

GODELIER, Maurice. Racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, Edgard de Assis (org.). **Godelier**. São Paulo: Ática, 1981. p. 37-58.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990.

LANDIM, M. A importância da preservação dos Manguezais. A lição do caranguejo uçá em Sergipe. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 2003, p.4. Disponível em: <http://myrlandim.org/Arquivos/Artigos%20jornais.pdf/A_licao_do_caranguejo_uca_em_S E.pdf> Acessado em : 26 Jan. 2015.

LESSA, S. Reprodução e Ontologia em Lukács. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.17, 1994, p.63-79.

_____. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 82., 1996, p.7-23.

_____. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. Brasília: **CEAD**, 1999.

_____. **Introdução à filosofia de Marx** / Sérgio Lessa, Ivo Tonet – 1 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008 -3d. p.128.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**/Sérgio Lessa.- São Paulo: Instituto Lukács, 2012 -3d. p.254.

MALDONADO, S.C. 1986 **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática. 77p.

MANESCHY, Maria Cristina; ÁLVARES, Maria Luzia Mendonça. Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. **Revista eletrônica Coletiva**, nº 01, JUL/AGO/SET, 2010.

MANGUE MAR. **Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia**. (2007). Disponível em: <http://justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/mapeamento_portugues_final_25_03.pdf> Acesso em: 10 de Mar. 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política./ Karl Marx; tradução de Reginaldo Santana – 24ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006. 2v, p.996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.128.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999.

MOTA, D.M.; SILVA JÚNIOR, J.F.; SCHMITZ, H. Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. 43, Ribeirão Preto, 2005, **Anais**, Brasília: SOBER. Pesquisa financiada com recursos do MCT/CNPq.

_____.; SANTOS, J.V. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. In: **Acta Sci. Human Soc. Sci.** Maringá, v. 30, n. 2, p. 173-180. 2008. Disponível em: <<http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-1.pdf>> Acesso em: 10 de Set. 2012.

_____. et al. **Capacitação solidária das catadoras de mangaba** : relatório / Dalva Maria da Mota ... [et al.]. --Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. 38 p.: - (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, ISSN1678-1953; 135). Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2008/Doc-133.pdf>. Acesso em 15 de Set. 2012.

_____. et al. **A mangabeira as catadoras o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. 297p.

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. In: **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 6. n. 12, 2009. Disponível em: <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&catid=74&Itemid=114> Acesso em: 10 de Set. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de capitalista produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: ática,1990.

OLIVEIRA, Neuza Maria. Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, Vol. 10, nº 1 e 2, p.71-88, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do Antropólogo**. 2.ed. Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000, p. 19-35.

OVERING, Joanna. Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica. In: **Revista Mana – Estudos de Antropologia Social**, vol. 5, n. 1, p. 81-107, Rio de Janeiro, abril/1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n1/v5n1a04.pdf>> Acesso em: 23 de Abr. 2013.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/16054/13504>> Acesso em: 20 de Set. 2012.

PEREIRA, Emanuel Oliveira. **Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu – SE**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Sergipe, 2008.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O canto de sereia da aquicultura. In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes (Org's). **Conflitos socioambientais em Pernambuco. Recife: Massangana**, 2013. p. 165-194..

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros: pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. 2012.

ROCHA, Maria Margarete Lisboa. **Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no povoado Pontal/SE**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. 2012.

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, Edgard Assis (Org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 07-44.

SANTIAGO, L., ACCIOLY, M. da C. Trabalho na Lama: Saberes e fazeres de marisqueiras de Garapuí e Barra dos Carvalhos - Ba. I SEC - **Seminário Espaços Costeiros**. IGEO - UFBA. Salvador, 2011.

SANTOS, Jane Velma dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancorniaspeciosa* Gomes) em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Sergipe, 2007.

SEBRAE. **Aquicultura e Pesca: Camarões, Estudos de mercado Sebrae/ ESPM**, 2008. 136p. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/47ACFD29DAFB1D2D832574DC00461D54/\\$File/NT0003906A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/47ACFD29DAFB1D2D832574DC00461D54/$File/NT0003906A.pdf)>. Acesso em 20 de Jan de 2015.

SOUZA, M.J.F.T *et al.* **Estatística pesqueira da costa do Estado de Sergipe e Extremo Norte da Bahia.** 2010/ Mário José Fonseca Thomé de Souza [et al] – São Cristóvão. Editora UFS, 2012, p.88. Disponível em: <http://www.ufs.br/sites/default/files/boletim_de_pesca_20101.pdf> Acesso em: 17 de Out. 2014.

SOUTO, F. J. B.A. **A ciência que veio da lama:** uma abordagem etnoecológica das relações ser humano/manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro, BA. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos, 2004.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In:____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

VANUCCI, Marta. **Os manguezais e nois.** São Paulo: EDUSP 2003.

VIEIRA NETO, R. D. **Fruteiras potenciais para os tabuleiros costeiros e baixadas litorâneas.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2002. 216p.

WOORTMAN, Ellen. Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste”. **Série Antropologia.** Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 1991.

APÊNDICE A- roteiro de entrevista semiestruturada aplicado as mulheres do povoado Pontal, SE.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS DA ENTREVISTADA

1. Nome:
2. Idade _____
3. Situação conjugal:
5. Possui filhos? Quantos?
6. Grau de Escolaridade?
7. Nascida no povoado ?
8. Sua renda é composta por:
 - () Bolsa Família () Defeso () Marisco () Cata da Mangaba
 - () Outras atividades: _____
9. Quais atividades contribui mais na renda familiar?
 - () Marisco () Cata da Mangaba
 - () Outras atividades: _____
10. Com relação a sua profissão, você gostaria de ser identificada como:

A) ATIVIDADE DO EXTRATIVISMO DA MANGABA

1. Você cata mangaba?
2. Por quê você realiza a cata da mangaba?
3. Com quem aprendeu a catar mangaba? E com qual idade começou a catar?
4. Em qual época do ano, você cata mangaba?
5. Como era o acesso as mangabeiras antigamente e como está hoje?
6. Como se organizava o trabalho da cata da mangaba e como está hoje?
7. As crianças participam da cata a partir de que idade? Por que as crianças participam? Qual a atividade elas realizam?
8. Como você descreveria a paisagem das áreas de mangabeiras antes e atualmente?
9. Quais os cuidados precisa ter na cata da mangaba?
10. Quais materiais são utilizados na cata?

11. Como você realiza a venda da mangaba?
12. Comente sobre as dificuldades encontradas para realizar o extrativismo da mangaba?
13. Quais foram as consequências geradas a partir das dificuldades no extrativismo da mangaba?

B) ATIVIDADE DA MARISCAGEM

1. Você pesca/Marisca?
2. Em qual época do ano, você pesca/marisca?
3. Com quem aprendeu a pescar?
4. Com quem você pesca hoje?
5. Como se organiza para pescar/mariscar?
6. Quais os materiais utilizados para pegar o marisco?
7. Para pescar/mariscar, você depende das fases da lua, maré, do quê?
8. Como você se organiza para vender o marisco?
9. Qual a importância da pesca/mariscagem em sua vida?
10. Quais eram as dificuldades para pegar o marisco antigamente e nos dias de hoje?
11. Sua renda familiar depende da pesca?
12. A pesca/mariscagem é importante para alimentação de sua família?
13. Como combina pesca e a cata da mangaba?
14. Cada grupo de marisqueira tem um local certo para pescar? Como isso se organiza nos grupos?

APÊNDICE B - roteiro de entrevista semiestruturada aplicado aos donos e cuidadores de áreas com mangabeiras do povoado Pontal, SE.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS DA ENTREVISTADO

1. Nome:
2. Nascido no povoado ?

SOBRE AS ÁREAS

1. Possui alguma propriedade?
2. Se não, qual a sua função na propriedade? Ganha alguma remuneração pela função que cumpre na propriedade?
3. Tamanho da Propriedade ?
3. A propriedade é cercada? Por quê?
4. Quais os tipos de plantações existem na propriedade? Possuem pés de mangabeiras?
5. Quais são as pessoas que podem ter acesso as mangabeiras?
6. Quais os motivos para restringir os acesso as mangabeiras por outras pessoas?
7. Também realizam a extração de mangabas nas próprias áreas ? Com que finalidade?